

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV  
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB  
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT  
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

## SUMÁRIO

- 1 – PROPOSIÇÕES DE LEI**
- 2 – ATAS**
  - 2.1 – Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
  - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
  - 3.1 – Plenário
  - 3.2 – Comissões
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE**
- 6 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO**
- 7 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 8 – ERRATA**



## PROPOSIÇÕES DE LEI

### PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.971

Declara de utilidade pública a Associação Amigos da Casa Lar, com sede no Município de Diamantina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Amigos da Casa Lar, com sede no Município de Diamantina.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 25 de novembro de 2021.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

### PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.972

Declara de utilidade pública a Sociedade Fraterna Esperança e Luz – ONG-Fratelu –, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Fraterna Esperança e Luz – ONG-Fratelu –, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 25 de novembro de 2021.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

#### **PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.973**

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária do Aredó – Asca –, com sede no Município de Medina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária do Aredó – Asca –, com sede no Município de Medina.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 25 de novembro de 2021.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

#### **PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.974**

Declara de utilidade pública o Lions Clube de Mariana Leão das Minas, com sede no Município de Mariana.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Lions Clube de Mariana Leão das Minas, com sede no Município de Mariana.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 25 de novembro de 2021.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

#### **PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.975**

Declara de utilidade pública a entidade Conselho Comunitário Rural de Desenvolvimento Rural de Cachoeirinha, com sede no Município de Divinópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Conselho Comunitário Rural de Desenvolvimento Rural de Cachoeirinha, com sede no Município de Divinópolis.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 25 de novembro de 2021.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

#### **PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.976**

Declara de utilidade pública a Associação Casa de Acolhimento Nossa Senhora Rosa Mística, com sede no Município de Montes Claros.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Casa de Acolhimento Nossa Senhora Rosa Mística, com sede no Município de Montes Claros.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 25 de novembro de 2021.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

#### **PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.977**

Declara de utilidade pública a entidade Cruzada Pró-Infância de Cambuí, Córrego do Bom Jesus, Senador Amaral e Bom Repouso, com sede no Município de Cambuí.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Cruzada Pró-Infância de Cambuí, Córrego do Bom Jesus, Senador Amaral e Bom Repouso, com sede no Município de Cambuí.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 25 de novembro de 2021.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

#### **PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.978**

Declara de utilidade pública a Associação Esportiva e Cultural Sport Brasil – AECSB –, com sede no Município de Montes Claros.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Esportiva e Cultural Sport Brasil – AECSB –, com sede no Município de Montes Claros.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 25 de novembro de 2021.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

#### **PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.979**

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores de Pé da Serra, com sede no Município de Ponto Chique.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores de Pé da Serra, com sede no Município de Ponto Chique.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 25 de novembro de 2021.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

#### **PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.980**

Declara de utilidade pública a Associação de Promoção à Cidadania do Bairro Santa Lúcia, com sede no Município de Divinópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Promoção à Cidadania do Bairro Santa Lúcia, com sede no Município de Divinópolis.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 25 de novembro de 2021.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

#### **PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.981**

Declara de utilidade pública a Associação Obras Sociais Chico Xavier de João Pinheiro, com sede no Município de João Pinheiro.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Obras Sociais Chico Xavier de João Pinheiro, com sede no Município de João Pinheiro.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 25 de novembro de 2021.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

### PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.982

Declara de utilidade pública a entidade Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Vinhático, com sede no Município de Carai.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Vinhático, com sede no Município de Carai.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 25 de novembro de 2021.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

### PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.983

Declara de utilidade pública a Associação Alegria de Viver Terceira Idade – Aleviti –, com sede no Município de Santa Cruz de Salinas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Alegria de Viver Terceira Idade – Aleviti –, com sede no Município de Santa Cruz de Salinas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 25 de novembro de 2021.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário



ATAS

## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA EM 24/11/2021

### Presidência do Deputado Antonio Carlos Arantes

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum – Ordem do Dia.

#### Comparecimento

– Comparecem os deputados e a deputada:

Antonio Carlos Arantes – André Quintão – Arnaldo Silva – Beatriz Cerqueira – Bernardo Mucida – Celinho Sintrocel – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Inácio Franco – Neilando Pimenta – Sávio Souza Cruz – Ulysses Gomes.

**Falta de Quórum**

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Às 14h5min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 25, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.).

**ATA DA 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 10/11/2021**

Às 10h12min, comparecem à reunião as deputadas Beatriz Cerqueira e Laura Serrano e os deputados Betão e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, debater a situação da Escola Estadual Maria Elisa Valle de Menezes.

Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.383/2020 (relator: deputado Professor Cleiton), e pela rejeição, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.175/2019 (relator: deputado Betão), registrando-se voto contrário da deputada Laura Serrano. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Professor Cleiton, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.125/2017 na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça, no 1º turno, a presidenta defere o pedido de vista da deputada Laura Serrano. É distribuído em avulso o parecer da relatora, deputada Beatriz Cerqueira, sobre o Projeto de Lei nº 99/2019, que conclui pela aprovação na forma do Substitutivo nº 2 apresentado. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 8.739, 9.234, 9.375 e 9.497 a 9.499/2021. Registra-se, nesse momento, a saída da deputada Laura Serrano. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.381/2021, do deputado Gil Pereira, em que requer seja formulado apelo ao reitor da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – com vistas a que seja estudada a viabilidade de ser oferecido o curso de Direito no Câmpus de Espinosa;

nº 10.384/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações consolidadas nos documentos, dados e estudos técnicos encaminhados pela Prefeitura Municipal de Barão de Monte Alto à Secretaria de Estado de Educação que resultaram na adesão ao projeto Mãos Dadas, com a municipalização dos anos finais do ensino fundamental, e nos documentos, respostas e informações enviados à referida prefeitura por parte dessa secretaria;

nº 10.392/2021, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que seja incluído no Orçamento Anual do Estado recursos financeiros destinados à construção do câmpus universitário da Uemg na cidade de Ubá, o que proporcionará melhoria e especialização da mão de obra do município, ampliará o acesso à educação no ensino superior e, em curto prazo, resultará em ganho não só educacional e cultural, como também em desenvolvimento econômico e social no município e na microrregião;

nº 10.393/2021, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – e à Prefeitura Municipal de Ubá pedido de providências para que seja constituído um grupo de trabalho entre esses dois entes públicos com a finalidade de estabelecer critérios e condições para a renovação ou ampliação do prazo ou edição de novo projeto de lei que assegure a doação do terreno situado no Bairro Ligação, no local denominado Sobradinho, na Fazenda do Amargoso, para a construção do câmpus universitário através do Projeto de Lei Municipal nº 3716, de 26 de novembro de 2008;

nº 10.416/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos da adesão ao Projeto Mãos Dadas do Município de Pavão, sem consulta prévia e debate com a comunidade escolar da região;

nº 10.466/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos para a comunidade escolar em virtude do fechamento da Escola Estadual Coronel José Gomes de Araújo, situada no Distrito de Cônego João Pio, em São Domingos do Prata;

nº 10.479/2021, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Escola Estadual de Estiva pela premiação na 1ª edição do Prêmio Escola Transformação, instituído pela Resolução SEE nº 4.524, de 2021;

nº 10.488/2021, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação, pedido de providências para que seja retomado o atendimento do 1º ano do ensino fundamental I, na Escola Estadual Gabriel Ribeiro, no Município de Carmo de Minas;

nº 10.489/2021, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a data de lançamento do edital para a contratação de assistentes sociais e psicólogos para atuação na rede estadual de ensino, e de seus termos, de modo a cumprir o disposto na Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019;

nº 10.491/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que seja mantida a oferta dos anos iniciais da Escola Estadual Gabriel Ribeiro, em Carmo de Minas, com autorização para matrículas para o ano letivo de 2022;

nº 10.492/2021, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o número total de escolas estaduais situadas em zona rural ou que atendem comunidades da zona rural; o número total de escolas quilombolas e indígenas e os municípios onde estão localizadas; o número de estudantes atendidos, o número de professores lotados nessas escolas e as modalidades de ensino oferecidas, bem como sobre os serviços de saneamento (água; água e coleta de esgoto; água, coleta e tratamento de esgoto) de que essas escolas dispõem;

nº 10.493/2021, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja criado um programa destinado à instalação de biodigestores, individuais e ecologicamente sustentáveis, para tratamento de esgoto nas escolas rurais, indígenas e quilombolas que não dispõem do serviço de saneamento mencionado;

nº 10.496/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita à comunidade escolar situada na Rua Corrente, nº 44, Bairro Jardim Teresópolis, no Município de Betim, para escutar a comunidade escolar da Escola Municipal Aristides José da Silva sobre as exonerações da direção eleita para a escola;

nº 10.497/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a importância do estímulo da poesia na educação e a sua importância para a formação do cidadão, em comemoração do Dia Estadual da Poesia, que é celebrado, anualmente, no dia 31 de outubro e é reconhecido pela Lei nº 14.493, de 2002, em homenagem à data de nascimento de Carlos Drummond de Andrade;

nº 10.499/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a importância da promoção de investimentos, destinação de orçamento e autonomia universitária da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – e da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg;

nº 10.500/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos decorrentes do processo de municipalização do ensino fundamental promovido pelo Projeto Mãos Dadas, de autoria do governador do Estado, no Município de Periquito;

nº 10.504/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, do deputado Professor Cleiton e da deputada Leninha, em que requerem seja realizada visita à Advocacia-Geral do Estado para obter esclarecimentos sobre o descumprimento dos termos do acordo de greve

firmado em 8 de maio de 2018 entre o governo do Estado e a Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Montes Claros – Adunimontes – e homologado judicialmente;

nº 10.505/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, do deputado Professor Cleiton e da deputada Leninha, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o cumprimento dos termos do acordo de greve firmado em 8 de maio de 2018 entre o governo do Estado e a Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Montes Claros – Adunimontes –, para a qual seja convocada a secretária de Estado de Planejamento e Gestão, a fim de prestar esclarecimentos relativos ao não cumprimento do citado acordo homologado judicialmente;

nº 10.533/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater e buscar esclarecimentos sobre a entrega do prédio da Escola Estadual Sarah Kubitschek Ipiranga, localizada em Belo Horizonte, para o Colégio Tiradentes, sem que houvesse qualquer consulta prévia à comunidade e ao colegiado escolar, bem como a importância da referida escola;

nº 10.613/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para questionar a decisão do governo do Estado de fechamento integral da Escola Estadual Frei Brás Berten, em Teófilo Otôni, considerando-se a importância dessa instituição, sobretudo em relação aos excelentes resultados com a educação em tempo integral para toda a comunidade escolar;

nº 10.614/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que não se concretize o fechamento da Escola Estadual Frei Brás Berten, em Teófilo Otôni, bem como para que seja autorizada a abertura de novas matrículas para o ensino fundamental no plano de atendimento de 2022, conforme as necessidades da escola;

nº 10.620/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com a professora e analista educacional aposentada Roseli Moraes Dias Pinto, por sua valorosa e destacada atuação durante 35 anos na vida pedagógica, bem como pela sua história de luta em defesa de uma educação de qualidade;

nº 10.631/2021, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que seja realizado novo termo de compromisso para trocar portas e janelas da Escola Estadual Padre Frederico Vienken, em Juiz de Fora, que já se encontra em reforma, mas sofreu vários danos em decorrência das últimas chuvas;

nº 10.687/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Marcos Ribeiro dos Reis, conhecido como Pachecão, professor e sindicalista, por sua valorosa e destacada atuação na vida pedagógica e por sua brilhante história de luta em defesa de uma educação pública de qualidade;

nº 10.759/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o processo de convocação e contratação temporária de profissionais da educação básica, na rede estadual de ensino, para o ano de letivo de 2022;

nº 10.760/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita às novas instalações da Escola Estadual Amélia de Castro Monteiro, no Município de Belo Horizonte, para averiguar e fiscalizar as condições de prestação de serviço aos estudantes e de trabalho aos servidores, após o fechamento da antiga unidade dessa escola e transferência de seus alunos e professores para o prédio do Centro Interescolar de Cultura Arte Linguagens e Tecnologias – Cicalt;

nº 10.761/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a importância da reabertura e da manutenção do Programa Escola Aberta – PEA –, da Prefeitura de Belo Horizonte, que foi suspenso durante a pandemia de covid-19;

nº 10.762/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita ao Centro Estadual de Educação Continuada – Cesec –, no Município de Ibitiré, para debater e buscar esclarecimentos sobre o processo de cessão do Cesec para o Colégio Tiradentes, nesse município, sem consulta prévia à comunidade escolar;



nº 10.763/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater e buscar esclarecimentos sobre o fechamento da Escola Estadual Padre Maximino Benassati, localizada no Município de Muriaé, para implantação do Colégio Tiradentes nesse município, sem que houvesse qualquer consulta ou participação da comunidade escolar;

nº 10.764/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados pedido de providências para que sejam votados, com urgência, os Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 17/2021 e 31/2021, que tratam da liberação de recursos para o pagamento das bolsas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid – e da Residência Pedagógica da Universidade Aberta do Brasil – UAB – pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes –, visto que a falta de permissão legal impede a Capes de efetuar o pagamento das bolsas destinadas à formação dos professores da educação básica;

nº 10.766/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre o número de profissionais da educação que receberam a ajuda de custo mencionada pelo governador em entrevista concedida ao canal Cortes do Flow, no Youtube, em 20 de outubro de 2021; o montante repassado a esses profissionais por meio dessa ajuda de custo; o período em que foi paga; os critérios adotados para sua concessão; e a norma que instituiu esse auxílio.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência de convidados. A presidência registra e agradece a presença das Sras. Maria Levimar Viana Tupinambá, superintendente regional de Ensino de Montes Claros, da Secretaria de Estado de Educação; Maria Auxiliadora Amaral Silveira Gomes, coordenadora do Laboratório de Educação do Campo Semiárido Mineiro da Unimontes, representando a coordenadora do Laboratório; Marly Duarte de Souza, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bocaiuva; Arlete Dias dos Santos Silva, mãe de aluno e assentada do Projeto de Assentamento Betinho; Maria Lúcia Pereira Santos, assentada do Projeto de Assentamento Betinho; Luciana Márcia de Souza, presidenta da Associação do Angico do Projeto de Assentamento Betinho; Marilene Faustino Pereira, diretora do Departamento de Reforma Agrária da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg; e Marília Faria Vitoria, diretora da Escola Estadual Maria Eliza Valle de Menezes; e dos Srs. Fernando Fonseca Veloso, coordenador da Subsede do Sind/UTE-MG de Bocaiuva; Anderson Cardoso Rocha, aluno, pai de aluno e assentado do Projeto de Assentamento Betinho; e Antoniel Assis de Oliveira, membro do Coletivo Estadual de Educação do MST. A presidência faz as considerações iniciais e, logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidente – Laura Serrano – Professor Cleiton.

#### **ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 24/11/2021**

Às 14h12min, comparecem à reunião os deputados Celinho Sintrocel, André Quintão e Betão, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho Sintrocel, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail* do Sr. Michael Bomfim Magalhães, relatando que a lei que regulamenta o auxílio emergencial mineiro tem prejudicado cidadãos que fizeram cadastro tardio no sistema federal. Comunica ainda o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão (5/11/2021); Renata Ferreira Leles Dias, presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (28/10/2021); e Luciana Vianna de Salles Drumond, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (28/10/2021); e dos Srs. Marcos Montes, secretário-executivo do

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (18/11/2021); e Leorges de Araujo Rodrigues, do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (11/11/2021). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 2.898/2021, no 1º turno (André Quintão), e Projetos de Lei nºs 2.908, em turno único, e 3.242/2021, em turno único (Celinho Sintrocel). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.577/2021, na forma do Substitutivo nº 2; 2.756/2021, na forma do Substitutivo nº 1; e 2.925/2021, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, todos com relatoria do deputado Celinho Sintrocel. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 2.519/2021 (relator: deputado Celinho Sintrocel), 2.566 e 3.131/2021 (relator: deputado Betão) com a Emenda nº 1, votada em separado, e os Projetos de Lei nºs 967 e 1.297/2019 e 2.614, 2.908, 2.969, 2.991, 3.087, 3.151 e 3.242/2021 (relator: deputado Celinho Sintrocel); 2.570/2015 e 3.100 e 3.140/2021 (relator: deputado André Quintão); 2.569/2015 e 2.700, 2.874, 2.973 e 3.045/2021 (relator: deputado Betão); e 2.816/2021 (relator: deputado Mário Henrique Caixa). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 9.455, 9.456, 9.578, 9.664 e 9.687/2021. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.511/2015, 3.715/2016, 523 e 979/2019, 1.565, 2.086 e 2.315/2020 e 2.451, 2.486, 2.672, 2.853, 2.938 e 3.046/2021. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.635/2021, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Saúde para debater as condições trabalhistas e salariais dos motoristas do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – Samu;

nº 10.765/2021, do deputado André Quintão, em que requer seja realizada audiência pública para debater o financiamento para o Sistema Único de Assistência Social – Suas – e a Proposta de Emenda à Constituição nº 383/2017;

nº 10.788/2021, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de informações sobre os planos de destinação e gerenciamento dos espaços da CeasaMinas, de propriedade e administração do governo do Estado, constituídos pelas portarias, pelos Mercados Livres do Produtor – MLPs – e pelo pavilhão 4 do entreposto de Contagem, nos estudos de privatização dos demais espaços de propriedade do governo federal;

nº 10.789/2021, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de informações sobre os planos de destinação e gerenciamento dos espaços da CeasaMinas, de propriedade e administração do governo do Estado, a saber: as portarias, os mercados livres do produtor – MLPs – e o pavilhão 4 do entreposto de Contagem, nos estudos de privatização dos demais espaços de propriedade do governo federal;

nº 10.790/2021, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre os impactos da proposta de privatização da CeasaMinas no cálculo e no pagamento do Valor Adicionado Fiscal – VAF – para os municípios, em especial para os que são sede dos entrepostos da Ceasa;

nº 10.906/2021, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública, para a qual seja convidada a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para debater as condições de trabalho e o impacto sobre o conjunto das classes trabalhadoras, e da população em geral, das atividades da Serra Leste Mineração, próximas ao Córrego dos Justos, na comunidade de Barreira de Cima, no Município de Guanhães;

nº 10.927/2021, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Movimento Transporte Legal e Responsável e com a sua comissão de mobilização, pelas respectivas atuações no processo de aprovação do

Projeto de Lei nº 1.155, que regulamentou o transporte de fretamento no Estado, e na defesa do emprego e dos interesses dos trabalhadores em transportes rodoviários de Minas Gerais;

nº 10.929/2021, do deputado Betão, em que requer seja realizada visita à Cemig, em sua sede administrativa e em suas bases operacionais, no Município de Belo Horizonte, para verificar as condições de trabalho e a organização dos trabalhadores em seus locais de trabalho.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 2021.

Celinho Sintrocel, presidente – André Quintão – Betão.



## **EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

#### **Reunião Especial da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 9 horas do dia 26 de novembro de 2021, destinada a debater as propostas de traçado do Rodoanel e seus impactos para a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Palácio da Inconfidência, 25 de novembro de 2021.

Agostinho Patrus, presidente.

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

#### **Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Delegada Sheila e os deputados Bruno Engler, Delegado Heli Grilo e João Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/11/2021, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater assuntos relacionados à valorização das Guardas Municipais, especialmente aqueles que dependem de alterações na legislação federal para serem concretizados, e receber os integrantes da Marcha Azul Marinho, encontro de Guardas Municipais de diversos municípios mineiros.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente.

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

#### **Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Beatriz Cerqueira e Ione Pinheiro e os deputados Duarte Bechir, Glaycon Franco, Raul Belém e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 29/11/2021, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 2º Turno dos Projetos de Lei nºs 2.825/2021, do deputado Betinho Pinto Coelho, e 2.953/2021, do deputado Virgílio Guimarães, de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 4.325/2017, do deputado Ulysses Gomes, 2.215/2020, do deputado Doutor Paulo, 2.480/2021, do deputado Zé Guilherme, e 2.972/2021, do deputado Cássio Soares, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

João Magalhães, presidente.



## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 129/2021

#### Comissão de Participação Popular

##### Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 129/2021, elaborada por Luiz Roberto Andrade Santos, sugere alterações no Programa 126 – Regularização Fundiária – Ampliação da Segurança Jurídica no Campo –, previsto no projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022.

A proposta foi formulada durante o processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, promovido pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que foram recebidas sugestões por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, entre 18 e 29/10/2021, e em encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, vem a proposta a esta comissão para dela receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

##### Fundamentação

O processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022 foi realizado por meio de consulta pública disponível no Portal da Assembleia no período de 18 a 29/10/2021 e de encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021, com representantes da sociedade civil, organizados em cinco reuniões regionais e quatro reuniões temáticas, quando foram discutidas as nove áreas temáticas finalísticas que organizam os programas do PPAG.

Por meio da consulta pública ou dos encontros *on-line*, com o suporte informacional remoto de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes apresentaram sugestões de alterações no Programa 126 – Regularização Fundiária – Ampliação da Segurança Jurídica no Campo –, da área finalística Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com objetivo de realizar a regularização fundiária rural.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta em epígrafe não deve ser acolhida, uma vez que o supracitado Programa 126 já se ocupa da regularização fundiária rural e a proposta não possui objeto específico definido.

##### Conclusão

Diante do exposto, somos pelo não acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 129/2021.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente e relator – Virgílio Guimarães – Sávio Souza Cruz.

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 130/2021****Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 130/2021, elaborada coletivamente por Ariadne Elloise Coelho, da Ordem dos Cavaleiros da Inconfidência Mineira, e outros, sugere alterações no Programa 65 – Aprimoramento da Política Estadual de Assistência Social –, previsto no projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022.

A proposta foi formulada durante o processo de discussão participativa da revisão do PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022, promovido pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que foram recebidas sugestões por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, entre 18 e 29/10/2021, e em encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022 foi realizado por meio de consulta pública disponível no Portal da Assembleia no período de 18 a 29/10/2021 e de encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021, com representantes da sociedade civil, organizados em cinco reuniões regionais e quatro reuniões temáticas, tendo sido discutidas as nove áreas temáticas finalísticas que organizam os programas do PPAG.

Por meio da consulta pública ou dos encontros *on-line*, com o suporte informacional remoto de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes apresentaram sugestões de alterações no Programa 65 – Aprimoramento da Política Estadual de Assistência Social –, da área finalística Desenvolvimento Social, com objetivo de:

– Reajustar os valores dos repasses mensais devidos pelo Estado às associações da sociedade civil para a realização de projeto/aquisição de algum produto ou objeto, para que o valor repassado seja suficiente para as despesas previstas no plano de trabalho.

– Apoiar ações e projetos solidários e/ou de grande relevância social.

– Destinar recursos financeiros para o Centro Educativo e Social de Guaranésia. A entidade oferece serviço de Proteção Básica de Convivência e Fortalecimento de Vínculos a 85 crianças (entre 6 a 14 anos) no período de contraturno escolar, apoiando as famílias, ofertando uniformes, duas refeições diárias, apoio psicossocial e diversas oficinas, proporcionando a elas atividades que estimulam a interação, o diálogo, experiências culturais, esportivas e educacionais, que auxiliam no desenvolvimento da cidadania, criando novas perspectivas de futuro. Pretende-se ampliar meta física para 120 atendimentos.

– Apoiar os serviços socioassistenciais oferecidos pela Associação e Projeto Águia, uma Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos, que atende crianças, adolescentes e jovens (na faixa etária entre 6 a 29 anos de idade) em situação de vulnerabilidade e risco social no Município de Guaranésia-MG.

– Instituir, no âmbito do Estado, o Programa de Transferência de Renda Permanente, para as famílias inscritas no Cadastro Único que estejam em situação de extrema pobreza. Público-Alvo: Famílias em situação de pobreza/ou extrema pobreza. Meta Física: 1,2 milhão famílias.

– Alocar recursos na Ação 1066 – Transferência de Renda para Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social – para assegurar, em caráter permanente, essa transferência. Solicitar à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e à Secretaria de

Governo esforços para alocação de recursos na Ação 1066 para estruturação da ação e informar que se trata de demanda do processo de discussão participativa do PPAG.

– Ampliar as metas física e financeira da Ação 4130 – Regionalização da Proteção Social Especial de Média Complexidade –, no valor de R\$1.000.000,00 para a implantação dos Creas Regionais, conforme meta pactuada no Plano Estadual de Regionalização da Proteção Social Especial, ou Creas municipais para situações de violação de direitos, de modo a alcançar os 11 territórios elencados no referido plano, além de implantar unidades de acolhimento institucional.

– Solicitar informações à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social sobre a realização do diagnóstico das situações de violência em municípios de pequeno porte 1 sem cobertura de Creas.

– Apoiar financeiramente o Projeto Rafah, que vem realizando trabalho significativo no Estado. O projeto é filantrópico, sem fins lucrativos, formado por um grupo de voluntários e tem como um dos objetivos principais prestar assistência a pacientes de famílias carentes que, em sua maioria, vêm do interior para a Capital e região metropolitana para buscar tratamento médico. Os voluntários do projeto realizam visitas em grupos a hospitais públicos, levando palhaços e muita alegria para os pacientes internados. Por meio dessas visitas, os participantes conheceram pacientes, famílias de pacientes, suas histórias e as dificuldades ocasionadas pela enfermidade e processo de tratamento. O projeto passou, então, a amparar os pacientes e suas famílias com visitas domiciliares, envio de cesta básica, compra de medicamentos, insumos e outros itens necessários.

– Apoiar financeiramente o Projeto Unidade em Cristo, que ajuda pessoas com as mais diversas necessidades, distribuindo alimentos, cestas básicas e enxovais e encaminhando dependentes químicos a clínicas terapêuticas.

– Ampliar meta física e financeira da Ação 4535 – Rede Cuidar: Aprimoramento da Rede Socioassistencial do Suas –, ampliando o atendimento para os Centro-Dia das Apaes e para as unidades de atendimento ao idoso. Acréscimo de R\$700.000,00 na meta financeira e de 6 unidades na meta física. Do recurso acrescido, R\$115.000 será destinado para assegurar o adequado funcionamento de uma unidade de atendimento ao idoso.

Ampliar meta financeira da Ação 4131 – Proteção Social Especial de Alta Complexidade – no valor de R\$600.000,00 para contemplar 10 unidades de acolhimento (acréscimo de 10 na meta física) e manter esse valor nos próximos anos.

– Ampliar meta financeira da Ação 4132 – Piso Mineiro de Assistência Social Fixo – para atender as reais demandas dos municípios quanto a benefícios eventuais, bem como para favorecer a utilização mais ampla dos recursos em outros serviços tipificados, visto que o valor do cofinanciamento é reduzido e, portanto, insuficiente para execução de forma qualificada de todas as ações previstas/permitidas na Ação 4132. Viabilizar nesta ação o atendimento nos Centros-Dia das Apaes e o atendimento ao migrante.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta em epígrafe deve ser acolhida na forma de requerimentos com pedidos de informações à secretária de Estado de Desenvolvimento Social e de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e à Secretaria de Estado de Governo.

### **Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº130/2021 na forma dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente e relator – Virgílio Guimarães – Sávio Souza Cruz.

### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 130/2021, apresentada por Ariadne Elloise Coelho, da Ordem dos Cavaleiros da Inconfidência Mineira, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para que oriente o Município de Guaranésia sobre as alternativas de financiamento dos serviços socioassistenciais prestados por entidades sociais, conforme previsto nas normativas da política de assistência social, de modo a atender as necessidades das crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 130/2021, apresentada por Ariadne Elloise Coelho, da Ordem dos Cavaleiros da Inconfidência Mineira, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para alocação de recursos na Ação 1066 – Transferência de Renda para Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social – para estruturação de programa continuado de transferência de renda, demanda resultante do processo de discussão participativa para revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023, para o exercício de 2022.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 130/2021, apresentada por Ariadne Elloise Coelho, da Ordem dos Cavaleiros da Inconfidência Mineira, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para alocação de recursos na Ação 1066 – Transferência de Renda para Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social –, para estruturação de programa continuado de transferência de renda no Estado, demanda resultante do processo de discussão participativa para revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023, para o exercício de 2022.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 130/2021, apresentada por Ariadne Elloise Coelho, da Ordem dos Cavaleiros da Inconfidência Mineira, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para dar continuidade à implantação dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social – Creas – regionais, conforme meta pactuada no Plano Estadual de Regionalização da Proteção Social Especial.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 130/2021, apresentada por Ariadne Elloise Coelho, da Ordem dos Cavaleiros da Inconfidência Mineira, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para que no âmbito da Ação 4535 – Rede Cuidar: Aprimoramento da Rede Socioassistencial do Suas – seja proporcionado apoio técnico e financeiro aos Centros-Dia das Apaes.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 130/2021, apresentada por Ariadne Elloise Coelho, da Ordem dos Cavaleiros da Inconfidência Mineira, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para alocação de recursos na Ação 4132 – Piso Mineiro de Assistência Social Fixo – para o reajuste do Piso Mineiro a partir de janeiro de 2022, com a finalidade de atender as reais demandas dos municípios quanto aos benefícios eventuais, bem como de possibilitar a utilização mais ampla dos recursos em outros serviços tipificados, visto que o valor do cofinanciamento praticado é insuficiente para execução de forma qualificada de todas as ações permitidas na Ação 4132.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 130/2021, apresentada por Ariadne Elloise Coelho, da Ordem dos Cavaleiros da Inconfidência Mineira, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a realização do diagnóstico das situações de violência em municípios de pequeno porte 1 sem cobertura de Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Creas –, que se encontra em andamento para subsidiar a rediscussão do Plano Estadual de Regionalização da Proteção Social Especial.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.



**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 131/2021****Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 131/2021, elaborada coletivamente por Ariadne Elloise Coelho, da Ordem dos Cavaleiros Inconfidência Mineira, e outros, sugere alterações no Programa 5 – Investigação –, previsto no projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022.

A proposta foi formulada durante o processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, promovido pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que foram recebidas sugestões por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, entre 18 e 29/10/2021, e em encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022 foi realizado por meio de consulta pública disponível no Portal da Assembleia no período de 18 a 29/10/2021 e de encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021, com representantes da sociedade civil, organizados em cinco reuniões regionais e quatro reuniões temáticas, tendo sido discutidas as nove áreas temáticas finalísticas que organizam os programas do PPAG.

Por meio da consulta pública ou dos encontros *on-line*, com o suporte informacional remoto de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes apresentaram sugestões de alterações no Programa 5 – Investigação –, da área finalística Segurança Pública, com objetivo de:

– ampliar as metas física e financeira da Ação 1067 – Projeto Delegacia Rural –, sobretudo diante dos impactos causados pela pandemia de Covid-19 nas regiões rurais do Estado;

– fortalecer ações e projetos solidários e de grande relevância social, a exemplo da campanha da Polícia Civil de Minas Gerais que tem por *slogan* “O silêncio também mata. Não se cale! Denuncie!”;

– criar e implantar plataforma digital destinada à consolidação e divulgação de dados sobre a violência sexual contra crianças, adolescentes e mulheres no Estado, organizados por município e discriminados por tipo de violência, idade e gênero da vítima, como ferramenta fundamental para o enfrentamento do abuso e da exploração sexual.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta em epígrafe deve ser acolhida na forma de requerimentos com pedidos de providências à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – e à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp.

**Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 131/2021 na forma dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente e relator – Virgílio Guimarães – Sávio Souza Cruz.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 131/2021, apresentada por Ariadne Elloise Coelho, da Ordem dos Cavaleiros Inconfidência Mineira, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para, no âmbito da Ação 1067 – Projeto Delegacia Rural –, do Programa 5 – Investigação –, ampliar o número de delegacias especializadas em investigação e repressão a crimes rurais, a fim de potencializar a apuração de crimes ocorridos nas zonas rurais de todo o Estado, com a responsabilização dos autores e consequente redução dos índices de criminalidade referentes a essa modalidade.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 131/2021, apresentada por Ariadne Elloise Coelho, da Ordem dos Cavaleiros Inconfidência Mineira, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para, no âmbito da Ação 1039 – Enfrentamento à Violência Contra a Mulher –, do Programa 5 – Investigação –, adotar medidas de fortalecimento e intensificação de ações da campanha “O silêncio também mata, Não se cale!, Denuncie!”, em todas as regiões do Estado, a fim de encorajar mulheres em situação de violência e pessoas que presenciem ou tomem conhecimento dessa violência a romper com o silêncio e denunciá-la.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 131/2021, apresentada por Ariadne Elloise Coelho, da Ordem dos Cavaleiros Inconfidência Mineira, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que promova a divulgação detalhada, regular e de fácil acesso e compreensão, em seu *site* institucional, de dados e informações sobre todo tipo de violência contra crianças, adolescentes, mulheres e idosos no Estado, notadamente a violência sexual, especificando-se o tipo de violência praticada, a idade e o gênero da vítima, o município de ocorrência, entre outros dados que favoreçam o princípio da publicidade, bem como o acompanhamento e o controle social em relação a esse problema e aos resultados da política de segurança pública do Estado.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 131/2021, apresentada por Ariadne Elloise Coelho, da Ordem dos Cavaleiros Inconfidência Mineira, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – pedido de providências para que promova a divulgação detalhada, regular e de fácil acesso e compreensão, em seu *site* institucional, de dados e informações sobre todo tipo de violência contra crianças, adolescentes, mulheres e idosos no Estado, notadamente a violência sexual, especificando-se o tipo de violência praticada, a idade e o

gênero da vítima, o município de ocorrência, entre outros dados que favoreçam o princípio da publicidade, bem como o acompanhamento e o controle social em relação a esse problema e aos resultados da política de segurança pública do Estado.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

## PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 132/2021

### Comissão de Participação Popular

#### Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 132/2021, elaborada coletivamente por Junior José da Silva, do Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade, e outros, sugere alterações no Programa 34 – Polícia Ostensiva –, previsto no projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022.

A proposta foi formulada durante o processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, promovido pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que foram recebidas sugestões por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, entre 18 e 29/10/2021, e em encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022 foi realizado por meio de consulta pública disponível no Portal da Assembleia no período de 18 a 29/10/2021 e de encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021, com representantes da sociedade civil, organizados em cinco reuniões regionais e quatro reuniões temáticas, tendo sido discutidas as nove áreas temáticas finalísticas que organizam os programas do PPAG.

Por meio da consulta pública ou dos encontros *on-line*, com o suporte informacional remoto de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes apresentaram sugestões de alterações no Programa 34 – Polícia Ostensiva –, da área finalística Segurança Pública, especificadas a seguir.

– Alterar a finalidade da Ação 2032 – Educação Profissional de Segurança Pública –, de forma a incluir a oferta, no processo de formação prática dos militares, de uma etapa de policiamento do transporte público da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

– Alterar a finalidade da Ação 4048 – Policiamento Ostensivo Geral –, de forma a incluir a realização de trabalho preventivo no transporte coletivo de passageiros, bem como em prol das categorias dos taxistas e motoristas/entregadores de aplicativo.

– Aumentar as metas físicas e financeira da Ação 4058 – Policiamento Ostensivo de Meio Ambiente –, com o objetivo de ampliar e estruturar as patrulhas de policiamento ostensivo de meio ambiente da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – com vistas a coibir a prática de crimes ambientais, especialmente queimadas irregulares.

– Aumentar as metas físicas e financeira da Ação 4166 – Grupo Especial de Policiamento em Áreas de Risco (Gepar) –, com o objetivo de ampliar o número de localidades que passarão a contar com o Gepar, a fim de potencializar a prevenção de crimes, com consequente redução dos índices de criminalidade e aumento da sensação de segurança.

– Criar ação nova no âmbito do Programa 034 – Polícia Ostensiva –, com o objetivo de adquirir câmeras a serem instaladas nos uniformes dos policiais militares do Estado, visando esclarecer e, principalmente, evitar situações relacionadas a comportamentos inadequados em abordagens policiais.

– Aumentar as metas físicas e financeira da Ação 4169 – Bases Comunitárias –, com o objetivo de ampliar o número de Bases Móveis da PMMG, a fim de potencializar a prevenção de crimes, com consequente redução dos índices de criminalidade e aumento da sensação de segurança.

– Aumentar as metas físicas e financeira da Ação 4432 – Prevenção à Violência Doméstica –, com o objetivo de fortalecer as Patrulhas de Prevenção à Violência Doméstica – PPVDs – para potencializar a repressão a essa modalidade criminosa.

– Aumentar a meta financeira da Ação 4507 – Segurança Rural –, com o objetivo de aumentar a sensação de segurança nas áreas localizadas nas zonas rurais do Estado.

– Aumentar as metas físicas e financeira da Ação 4048 – Policiamento Ostensivo Geral –, com o objetivo de fomentar ações preventivas de enfrentamento da prática do delito de importunação sexual no transporte público, com posterior divulgação dos resultados dessas ações à sociedade.

– Criar ação nova no âmbito do Programa 034 – Polícia Ostensiva –, com o objetivo de fomentar a utilização de sistemas de monitoramento por câmeras (Olho Vivo) na prevenção de crimes e controle da criminalidade no Estado.

– Criar ação nova no âmbito do Programa 034 – Polícia Ostensiva –, com o objetivo de prevenir a incidência criminal em áreas comerciais, seja por meio de campanhas educativas, do aumento do número de abordagens a indivíduos suspeitos, do fomento de redes de comerciantes protegidos e da ampliação do sistema de videomonitoramento (Olho Vivo), bem como pelo trabalho articulado junto a outros órgãos de segurança pública, no intuito de reduzir as taxas de criminalidade de que são vítimas os comerciantes e consumidores.

– Aumentar a meta financeira da Ação 4432 – Prevenção à Violência Doméstica –, com o objetivo de enfrentar a violência de gênero nos municípios da região do Vale do Mucuri.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta em epígrafe deve ser acolhida na forma de requerimento com pedido de providências à Secretaria de Estado de Governo – Segov – para que os projetos e as atividades nele especificados, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, sejam executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã –, e de requerimentos com pedidos de providências à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG.

### **Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 132/2021 na forma dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente e relator – Virgílio Guimarães – Sávio Souza Cruz.

### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 132/2021, apresentada por Junior José da Silva, do Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que os projetos e as atividades indicados a seguir, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do Plano

Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022, sejam executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

#### INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto/Atividade: Aquisição de viaturas para o patrulhamento e policiamento ostensivo de meio ambiente da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – com vistas a coibir a prática de crimes ambientais, especialmente queimadas irregulares, e fortalecer a patrulha rural

Regionalização: Estadual

Valor: R\$1.000.000,00

Categoria econômica da despesa: capital

Sugestão de remanejamento: Ação 4058 – Policiamento Ostensivo de Meio Ambiente

UO: Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG

Projeto/Atividade: Fortalecimento do policiamento ostensivo nas zonas rurais do Estado

Regionalização: Estadual

Valor: R\$1.000.000,00

Categoria econômica da despesa: capital

Sugestão de remanejamento: Ação 4507 – Segurança Rural

UO: Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG

Projeto/Atividade: Fortalecimento das Patrulhas de Prevenção à Violência Doméstica do Estado

Regionalização: Estadual e Região Intermediária de Teófilo Otoni

Valor: R\$500.000,00, sendo R\$300.000,00 para Estadual e R\$200.000,00 para o Vale do Mucuri (Região Intermediária de Teófilo Otoni)

Categoria econômica da despesa: capital

Sugestão de remanejamento: Ação 4432 – Prevenção à Violência Doméstica

UO: Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 132/2021, apresentada por Junior José da Silva, do Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que intensifique o policiamento no transporte público da Região Metropolitana de Belo Horizonte, dentro e fora dos coletivos (pontos de ônibus e estações de integração), a fim de aumentar a sensação de segurança dos usuários do sistema e coibir as práticas criminais.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 132/2021, apresentada por Junior José da Silva, do Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que intensifique a realização de operações policiais com vistas a coibir delitos cujas vítimas são pessoas que exerçam atividade profissional de transporte de passageiros individuais (taxistas e motoristas de aplicativo) ou de entrega de mercadoria (entregadores de aplicativo).

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 132/2021, apresentada por Junior José da Silva, do Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para, no âmbito da Ação 4166 – Grupo Especial de Policiamento em Áreas de Risco (Gepar) –, do Programa 034 – Polícia Ostensiva –, ampliar o número de localidades que contam com o Gepar, a fim de potencializar a prevenção de crimes, com consequente redução dos índices de criminalidade e aumento da sensação de segurança.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 132/2021, apresentada por Junior José da Silva, do Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para, no âmbito da Ação 4558 – Modernização e Estruturação da Polícia Militar de Minas Gerais –, do Programa 034 – Polícia Ostensiva –, instalar câmeras nos uniformes dos policiais militares do Estado, visando esclarecer e, principalmente, evitar situações relacionadas a comportamentos inadequados em abordagens policiais.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 132/2021, apresentada por Junior José da Silva, do Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para, no âmbito da Ação 4169 – Bases Comunitárias –, do Programa 034 – Polícia Ostensiva –, ampliar o número de Bases Móveis da PMMG, a fim de potencializar a prevenção de crimes, com consequente redução dos índices de criminalidade e aumento da sensação de segurança.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 132/2021, apresentada por Junior José da Silva, do Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que, na execução da Ação 4048 – Policiamento Ostensivo Geral –, do Programa 034 – Polícia Ostensiva –, fomente ações preventivas de enfrentamento da prática do delito de importunação sexual no transporte público, com posterior divulgação dos resultados dessas ações à sociedade.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 132/2021, apresentada por Junior José da Silva, do Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que, no âmbito do Programa 034 – Polícia Ostensiva –, fortaleça o sistema de videomonitoramento Olho Vivo nos municípios em que ele já tenha sido implementado e promova novas instalações naqueles que ainda não dispõem desse recurso, considerando os efeitos benéficos do uso dessa ferramenta pela PMMG, a exemplo do aumento da sensação de segurança e do efeito dissuasor em relação à prática de atos criminosos, o que acaba por repercutir positivamente na política de segurança pública do Estado.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 132/2021, apresentada por Junior José da Silva, do Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que, no âmbito do Programa 034 – Polícia Ostensiva –, intensifique, em todo o Estado, a promoção de ações de policiamento ostensivo com vistas à prevenção da criminalidade em áreas comerciais, por meio de campanhas educativas, do aumento do número de abordagens a indivíduos suspeitos, do fomento de redes de comerciantes protegidos, da ampliação do sistema de videomonitoramento Olho Vivo e do trabalho articulado junto a outros órgãos de segurança pública, no intuito de reduzir as taxas de criminalidade de que são vítimas os comerciantes e consumidores.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 133/2021****Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 133/2021, elaborada coletivamente pela Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Itaobim, e outros, sugere alterações no Programa 155 – Promoção de Defesa Civil –, previsto no projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022.

A proposta foi formulada durante o processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, promovido pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que foram recebidas sugestões por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, entre 18 e 29/10/2021, e em encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022 foi realizado por meio de consulta pública disponível no Portal da Assembleia no período de 18 a 29/10/2021 e de encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021, com representantes da sociedade civil, organizados em cinco reuniões regionais e quatro reuniões temáticas, tendo sido discutidas as nove áreas temáticas finalísticas que organizam os programas do PPAG.

Por meio da consulta pública ou dos encontros *on-line*, com o suporte informacional remoto de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes apresentaram sugestões de alterações no Programa 155 – Promoção de Defesa Civil –, da área finalística Segurança Pública, com objetivo de:

– aumentar as metas financeira e física da Ação 4472 – Gestão da Resposta a Desastres – para todas as regiões do Estado, com exceção da Região Intermediária de Belo Horizonte, para que todos os municípios sejam capazes de realizar a gestão de resposta a desastres e emergências;

– aumentar as metas financeira e física da Ação 4484 – Recrutamento, Treinamento e Formação de Bombeiros – para todas as regiões do Estado, com exceção da Região Intermediária de Belo Horizonte, de forma que todos os municípios tenham condições de atender suas demandas e necessidades no tocante à capacitação de militares e civis em atividades de prevenção e resposta a desastres, no escopo da política pública de defesa civil;

– aumentar, na Ação 4479 – Expansão do CBMMG através da Criação e Ampliação de Unidades Prediais –, a meta física em 2 unidades e a meta financeira em R\$1.500.000,00 para a Região Intermediária de Teófilo Otoni, sendo R\$1.000.000,00 para o Município de Itaobim e R\$500.000,00 para o de Pedra Azul, para a instalação de unidades do CBMMG nessas localidades.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta em epígrafe deve ser acolhida na forma de requerimento com pedido de providências à Secretaria de Estado de Governo – Segov – para que os projetos e as atividades nele especificados, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, sejam executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã –, e de requerimentos com pedidos de informações ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais – CBMMG – e de providências à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, à Secretaria de Estado de Governo – Segov – e ao CBMMG.



**Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 133/2021 na forma dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente e relator – Virgílio Guimarães – Sávio Souza Cruz.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 133/2021, apresentada pela Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Itaobim, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que os projetos e as atividades indicados a seguir, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022, sejam executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

**INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES**

Projeto/Atividade: Instalação de unidade do CBMMG na Região Intermediária de Teófilo Otoni

Regionalização: Região Intermediária de Teófilo Otoni

Valor: R\$1.000.000,00, para os Municípios de Itaobim e de Pedra Azul

Categoria econômica da despesa: capital

Sugestão de remanejamento: Ação 4479 – Expansão do CBMMG através da Criação e Ampliação de Unidades Prediais

UO: CBMMG

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 133/2021, apresentada pela Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Itaobim, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para que estude a viabilidade de ampliação das regiões do Estado atendidas no âmbito da política pública de defesa civil e gestão de respostas a desastres e emergências do CBMMG, conforme o Plano de Comando 2015-2026, 4ª edição.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 133/2021, apresentada pela Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Itaobim, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que, na execução da Ação 4472 – Gestão da Resposta a Desastres –, do Programa 155 – Promoção de Defesa Civil –, todas as Regiões Intermediárias do Estado sejam contempladas com

recursos orçamentários e metas físicas suficientes para suas respectivas demandas e necessidades no tocante à gestão de respostas a desastres e emergências, no escopo da política pública de defesa civil.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 133/2021, apresentada pela Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Itaobim, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para que, na execução da Ação 4472 – Gestão da Resposta a Desastres –, do Programa 155 – Promoção de Defesa Civil –, todas as Regiões Intermediárias do Estado sejam contempladas com recursos orçamentários e metas físicas suficientes para suas respectivas demandas e necessidades no tocante à gestão de respostas a desastres e emergências, no escopo da política pública de defesa civil.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 133/2021, apresentada pela Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Itaobim, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que, na execução da Ação 4484 – Recrutamento, Treinamento e Formação de Bombeiros –, do Programa 155 – Promoção de Defesa Civil –, todas as Regiões Intermediárias do Estado sejam contempladas com recursos orçamentários e metas físicas suficientes para suas respectivas demandas e necessidades no tocante à capacitação de militares e civis em atividades de prevenção e resposta a desastres, no escopo da política pública de defesa civil.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 133/2021, apresentada pela Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Itaobim, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para que, na execução da Ação 4484 – Recrutamento, Treinamento e Formação de Bombeiros –, do Programa 155 – Promoção de Defesa Civil –, todas as Regiões Intermediárias do Estado sejam contempladas com recursos orçamentários e metas físicas suficientes para suas respectivas demandas e necessidades no tocante à capacitação de militares e civis em atividades de prevenção e resposta a desastres, no escopo da política pública de defesa civil.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 133/2021, apresentada pela Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Itaobim, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para, não havendo possibilidade de utilização de recursos destinados à instalação de unidade do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – no Município de Pedra Azul, alocados na Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã –, com sugestão de remanejamento para a Ação 4479 – Expansão do CBMMG através da Criação e Ampliação de Unidades Prediais –, do Programa 155 – Promoção de Defesa Civil –, que esses recursos sejam remanejados para a aquisição de materiais e equipamentos para outras unidades do CBMMG, preferencialmente as que atendem o Município de Pedra Azul.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 133/2021, apresentada pela Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Itaobim, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para, não havendo possibilidade de utilização de recursos destinados à instalação de unidade do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – no Município de Pedra Azul, alocados na Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã –, com sugestão de remanejamento para a Ação 4479 – Expansão do CBMMG através da Criação e Ampliação de Unidades Prediais –, do Programa 155 – Promoção de Defesa Civil –, que esses recursos sejam remanejados para a aquisição de materiais e equipamentos para outras unidades do CBMMG, preferencialmente as que atendem o Município de Pedra Azul.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 133/2021, apresentada pela Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Itaobim, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para, não havendo possibilidade de utilização de recursos destinados à instalação de unidade do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – no Município de Pedra Azul, alocados na Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã –, com sugestão de remanejamento para a Ação 4479 – Expansão do CBMMG através da Criação e Ampliação de Unidades Prediais –, do Programa 155 – Promoção de Defesa Civil –, que esses recursos sejam remanejados para a aquisição de materiais e equipamentos para outras unidades do CBMMG, preferencialmente as que atendem o Município de Pedra Azul.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 133/2021, apresentada pela Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Itaobim, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre a execução orçamentária de cada região do Estado em 2021, no âmbito da Ação 4472 – Gestão da Resposta a Desastres –, do Programa 155 – Promoção de Defesa Civil.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Participação Popular:

O deputado que este subscreve, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 133/2021, apresentada pela Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Itaobim, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja realizada audiência pública desta comissão para debater a ampliação das regiões do Estado atendidas no âmbito da política pública de defesa civil e gestão de respostas a desastres e emergências do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG –, conforme o Plano de Comando 2015-2026, 4ª edição.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 134/2021****Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 134/2021, elaborada coletivamente por Adriana Inacia de Almeida Gomes, da Associação Comunitária do Município de Medina – Ascomed –, e outros, sugere alterações no Programa 56 – Fomento, Democratização e Acesso à Cultura e ao Turismo –, previsto no projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022.

A proposta foi formulada durante o processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, promovido pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que foram recebidas sugestões por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, entre 18 e 29/10/2021, e em encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022 foi realizado por meio de consulta pública disponível no Portal da Assembleia no período de 18 a 29/10/2021 e de encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021, com representantes da sociedade civil, organizados em cinco reuniões regionais e quatro reuniões temáticas, tendo sido discutidas as nove áreas temáticas finalísticas que organizam os programas do PPAG.

Por meio da consulta pública e dos encontros *on-line*, com o suporte informacional remoto de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes apresentaram sugestões de alterações no Programa 56 – Fomento, Democratização e Acesso à Cultura e ao Turismo –, da área finalística Cultura e Turismo, com objetivo de possibilitar a realização de encontros, mostras, festivais e outros eventos, bem como de mapeamentos e inventários, atendimento a comunidades tradicionais e festas populares no âmbito da Ação 4322 – Apoio a Projetos Culturais e Turísticos Executados por meio de Parcerias – e da Ação 4291 – Apoio a Projetos Culturais por meio do Sistema de Financiamento à Cultura.

Com objetivo de proporcionar meios para a formação de público e para democratização do acesso aos bens da cultura, congadeiros, povos indígenas e quilombolas, circo tradicional nômade, violeiros, quadrilheiros, foliões, assim como artistas, outros agentes e grupos culturais apresentaram sugestões diversas.

Foram reapresentadas sugestões já atendidas em outras edições, tais como as que se propõem viabilizar o Festivale e o Mucuriarte. Outros festivais, como de teatro, teatro infantil, de literatura e mostras de artesanato também constaram entre as demandas apresentadas em 2021, para execução em 2022.

Também foram apresentadas sugestões de realização de mostras de artesanato, que, a partir da análise de viabilidade para a execução, optou-se pela indicação de execução no âmbito da Ação 4279 – Artesanato mineiro para o desenvolvimento regional, prevista no programa 064 – Caminhos para o desenvolvimento – Desenvolvimento e integração regional.

Alguns dos projetos mencionados nas sugestões em análise se referem a iniciativas que não se realizaram em 2021 e, em razão de poderem encontrar obstáculos ou impedimentos para sua execução, no que se refere à legislação eleitoral, não foram priorizados.

Assim, as sugestões passíveis de acolhimento, no todo ou em parte, são as que têm por objetivo:

- Realização do Festivale.
- Realização do Mucuriarte.
- Realização de projeto-piloto nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri para viabilizar a criação e implantação de uma plataforma georreferenciada de coleta e sistematização de dados que propicie a geração de estatísticas e informações sobre o setor cultural.
- Realização do Festival de Arte Urbana e Hip Hop de Machado e região.
- Realização de encontros de folia de reis e culturas tradicionais, nos vales do Mucuri e do Jequitinhonha e no Sul de Minas.
- Realização do Artemercado, em Diamantina, no mercado velho da cidade.
- Mapeamento do circo tradicional nômade em Minas Gerais.
- Desenvolvimento do centro de referência do circo, na cidade do Circo (antiga estação Gameleira), em Belo Horizonte.
- Realização do Jequitifest – Festival de Cultura Popular do Alto Jequitinhonha.
- Realização de festivais de quadrilhas, no Vale do Jequitinhonha, nos Municípios de Salto da Divisa, Araçuaí, Felisburgo e Jequitinhonha.
- Realização de atividades e eventos relacionados ao circo, como o Circolab, e ações artísticas em cinco municípios da estrada real, além de apoio à instalação e circulação do Circocomunidade.
- Realização da Mostra Cultural Bastião Mão de Onça, no Município de Medina.
- Realização do Festinho e do Festto, em Teófilo Otoni.

- Manutenção das atividades culturais do Centro Educacional para Infância e Adolescência do Município de Pavão – Ceia –, para desenvolvimento de oficinas artísticas de artes cênicas, música e artesanato para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social no contraturno escolar.
- Realização do Festa de São João Batista, no Município de Bertópolis.
- Apoio para realização do projeto “Qual seu Santo?”, do Cenarab, em Belo Horizonte.
- Realização da primeira edição do Festival Literário Internacional Auguste de Saint-hilaire – Fliashi – nos Municípios de Diamantina, Serro e Conceição do Mato Dentro, em formato híbrido.
- Apoio à biblioteca itinerante municipal, em Espera Feliz.
- Realização do III Encontro das Congadas Mirins e o I Encontro Regional da Juventude Congadeira em Machado e região.
- Realização do Festival Nacional da Canção de Águas Formosas – Fenacaf.
- Realização da Mostra Puxadinho, em Belo Horizonte.
- Realização de um conjunto de eventos denominados Viola de Feira, nos Municípios de Carbonita, Diamantina, Bocaiúva, Araçuaí, Itamarandiba, Belo Horizonte, Santa Helena de Minas e Teófilo Otoni.
- Realização do Festival de Artes Cênicas, em Conselheiro Lafaiete.
- Intervenções na infraestrutura do Centro Regional de Artesanato Maria dos Anjos Macedo – Cramam –, situado em Sete Lagoas.
- Publicação de livro sobre o patrimônio imaterial do Município de Pompéu e adjacências.
- Medalha da Ordem dos Cavaleiros da Inconfidência.
- Editais para atendimento de encontros e celebrações de comunidades tradicionais.
- Editais para eventos de *rock* independente.
- Revitalização do Programa Bandas de Minas.
- Retomada do Programa Circula Minas.
- Reativação dos escritórios regionais que compunham a estrutura da antiga Secretaria de Estado de Cultura.
- Apoio a projetos intersetoriais que relacionem cultura, reciclagem e meio ambiente.
- Editais para incremento da Cozinha Mineira, com particular atenção para as peculiaridades da região de Pompéu, no Baixo Paraopeba.
- Realização de mostra de artesanato típico da região do Vale do Jequitinhonha na Universidade Federal de Minas Gerais, *campus* Pampulha

- Realização da 2ª mostra itinerante das mulheres de Poté.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta em epígrafe deve ser acolhida na forma de requerimento com pedido de providências à Secretaria de Estado de Governo para que os projetos e as atividades nele especificados, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, sejam executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã –, e na forma de requerimentos com pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – e ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha/MG.

### Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 134/2021 na forma dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente e relator – Virgílio Guimarães – Sávio Souza Cruz.

### REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 134/2021, apresentada por Adriana Inacia de Almeida Gomes, da Associação Comunitária do Município de Medina – Ascomed –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para que os projetos e as atividades indicados a seguir, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022, sejam executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

#### INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto / Atividade: Realização de projeto-piloto nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri para viabilizar a criação e implantação de uma plataforma georreferenciada de coleta e sistematização de dados que propicie a geração de estatísticas e informações sobre o setor cultural.

Valor: R\$250.000,00

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Região Intermediária Teófilo Otoni

Categoria econômica da despesa: Corrente

Projeto / Atividade: Realização do Festivale

Valor: R\$250.000,00

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Região Intermediária Teófilo Otoni

Categoria econômica da despesa: Corrente

Projeto / Atividade: 1º Festival de Arte Urbana e Hip Hop de Machado e região

Valor: R\$100.000,00

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Região Intermediária Varginha

Categoria econômica da despesa: Corrente

Projeto / Atividade: Realização de encontros de folia de reis e culturas tradicionais, para o vale do Mucuri, vale do Jequitinhonha e o sul de Minas (3 eventos)

Valor: R\$300.000,00 (R\$100.000 por evento)

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Região Intermediária Varginha, Região Intermediária Teófilo Otoni

Categoria econômica da despesa: Corrente

Projeto / Atividade: Apoio à realização do Arte Mercado, no Mercado Velho de Diamantina

Valor: R\$ 70.000,00

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Região Intermediária Teófilo Otoni

Categoria econômica da despesa: Corrente

Projeto / Atividade: Mapeamento do circo tradicional nômade em MG

Valor: R\$100.000,00

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Estadual

Categoria econômica da despesa: Corrente

Projeto / Atividade: Desenvolvimento do centro de referência do circo, na cidade do Circo (antiga estação Gameleira)

Valor: R\$100.000,00

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Região Intermediária Belo Horizonte

Categoria econômica da despesa: Capital

Projeto / Atividade: Realização do Festival de Cultura Popular do Alto Jequitinhonha – Jequitifest

Valor: R\$100.000,00

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Região Intermediária Teófilo Otoni



Categoria econômica da despesa: Corrente

Projeto / Atividade: Realização de festivais de quadrilhas, no Vale do Jequitinhonha (Salto da Divisa, Araçuaí, Felisburgo, Jequitinhonha do Alto Jequitinhonha)

Valor: R\$200.000,00 (R\$50.000 por evento)

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Região Intermediária Teófilo Otoni

Categoria econômica da despesa: Corrente

Projeto / Atividade: Realização de atividades e eventos relacionados ao circo: Circolab / Ações artísticas em 5 cidades da estrada real / Instalação circulação da lona Circunidade – 3 eventos e aquisição da lona

Valor: R\$632.000,00, dos quais:

R\$100.000,00 para Circolab

R\$100.000,00 para ações artísticas em cinco municípios da Estrada Real

R\$180.000,00 para instalação da lona Circunidade

R\$252.000,00 para circulação da lona Circunidade

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Estadual

Categoria econômica da despesa: Capital (R\$ 180.000,00), Corrente (R\$ 452.000,00)

Projeto / Atividade: Realização da Mostra Cultural Bastião Mão de Onça, no município de Medina

Valor: R\$50.000,00

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Região Intermediária Teófilo Otoni

Categoria econômica da despesa: Corrente

Projeto / Atividade: Realização do FESTTINHO e do FESTTO em Teófilo Otoni

Valor: R\$100.000,00

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Região Intermediária Teófilo Otoni

Categoria econômica da despesa: Corrente

Projeto / Atividade: Manutenção das atividades culturais do Centro Educacional para Infância e Adolescência do Município de Pavão – Ceia –, para desenvolvimento de oficinas artísticas de teatro/dança, canto/instrumentos, artesanato para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social no contraturno escolar

Valor: R\$100.000,00

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Região Intermediária Teófilo Otoni

Categoria econômica da despesa: Corrente

Projeto / Atividade: Realização do Festa de São João Batista no município de Bertópolis

Valor: R\$100.000,00

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Região Intermediária Teófilo Otoni

Categoria econômica da despesa: Corrente

Projeto / Atividade: Apoio para realização do projeto “Qual seu Santo”, do Cenarab, em Belo Horizonte

Valor: R\$200.000,00

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Região Intermediária Belo Horizonte

Categoria econômica da despesa: Corrente

Projeto / Atividade: Viabilizar a primeira edição do Festival Literário Internacional Auguste de Saint-Hilaire, a ser realizado nos municípios de Diamantina, Serro e Conceição do Mato Dentro, em formato híbrido, durante 9 dias

Valor: R\$400.000,00

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Região Intermediária Belo Horizonte, Região Intermediária Teófilo Otoni

Categoria econômica da despesa: Corrente

Projeto / Atividade: Criação de biblioteca itinerante municipal em Espera Feliz

Valor: R\$300.000,00

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Região Intermediária Juiz de Fora

Categoria econômica da despesa: Capital

Projeto / Atividade: Realização do III Encontro das Congadas Mirins e o I Encontro Regional da Juventude Congadeira em Machado

Valor: R\$135.000,00

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Região Intermediária Varginha

Categoria econômica da despesa: Corrente

Projeto / Atividade: Realização do Mucuriarte

Valor: R\$250.000,00

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Região Intermediária Teófilo Otoni

Categoria econômica da despesa: Corrente

Projeto / Atividade: Realização do Festival Nacional da Canção de Águas Formosas – Fenacaf

Valor: R\$100.000,00

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Região Intermediária Teófilo Otoni

Categoria econômica da despesa: Corrente

Projeto / Atividade: Realização da Mostra Puxadinho em Belo Horizonte

Valor: R\$20.000,00

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Região Intermediária Belo Horizonte

Categoria econômica da despesa: Corrente

Projeto / Atividade: Realização “Viola de Feira”, em Carbonita, Diamantina, Bocaiúva, Araçuaí, Itamarandiba, Belo Horizonte, Santa Helena de Minas e Teófilo Otoni.

Valor: R\$400.000,00 (R\$50.000,00 por evento)

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Região Intermediária Belo Horizonte, Região Intermediária Montes Claros, Região Intermediária Teófilo

Otoni

Categoria econômica da despesa: Corrente

Projeto / Atividade: Realização do Festival de Artes Cênicas, em Conselheiro Lafaiete

Valor: R\$100.000,00

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Região Intermediária Barbacena

Categoria econômica da despesa: Corrente

Projeto / Atividade: Intervenções na infraestrutura do Centro Regional de Artesanato Maria dos Anjos Macedo – Cramam –, em Sete Lagoas

Valor: R\$400.000,00

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Região Intermediária Belo Horizonte

Categoria econômica da despesa: Capital

Projeto / Atividade: Publicação de livro sobre o patrimônio imaterial do município de Pompéu e adjacências

Valor: R\$50.000,00

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Região Intermediária Divinópolis

Categoria econômica da despesa: Corrente

Projeto / Atividade: Implementação da Medalha da Ordem dos Cavaleiros da Inconfidência

Valor: R\$100.000,00

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4322 – Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Estadual

Categoria econômica da despesa: Corrente

Projeto / Atividade: Realização de editais, por meio do FEC, para as bandas de música civis existentes em Minas Gerais.

Valor: R\$500.000,00

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4291 – Apoio a projetos culturais por meio do Sistema de Financiamento à Cultura

UO: 1271 – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Regionalização: Estadual

Categoria econômica da despesa: Corrente

Projeto / Atividade – Realização de mostra de artesanato típico da região do Vale do Jequitinhonha na Universidade Federal de Minas Gerais, *campus* Pampulha, e realização da 2ª mostra itinerante das mulheres de Poté.

Valor: R\$150.000,00, sendo R\$100.000,00 para a mostra de artesanato da UFMG e R\$50.000,00 para a mostra itinerante das mulheres de Poté

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4279 – Artesanato mineiro para o desenvolvimento regional, prevista no programa 064 – Caminhos para o desenvolvimento – Desenvolvimento e integração regional

UO: 1221 – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

Regionalização: Região Intermediária de Belo Horizonte e Região Intermediária de Teófilo Otoni

Categoria Econômica da Despesa: Corrente

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 134/2021, apresentada por Adriana Inacia de Almeida Gomes, da Associação Comunitária do Município de Medina – Ascomed –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que analise a viabilidade de lançamento de edital de fomento cultural específico para as demandas de povos tradicionais indígenas, quilombolas e de comunidades de terreiro.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 134/2021, apresentada por Adriana Inacia de Almeida Gomes, da Associação Comunitária do Município de Medina – Ascomed –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que analise a viabilidade de lançamento de edital de fomento cultural específico para o *rock* independente.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 134/2021, apresentada por Adriana Inacia de Almeida Gomes, da Associação Comunitária do Município de Medina – Ascomed –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que analise a viabilidade de lançamento de edital de fomento cultural específico para a circulação e divulgação de obras literárias, como consta do escopo do Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, cuja minuta foi resultado do evento Semeando Letras, parceria entre a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, a então Secretaria de Estado de Cultura e diversas entidades da sociedade civil desse segmento cultural.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 134/2021, apresentada por Adriana Inacia de Almeida Gomes, da Associação Comunitária do Município de Medina – Ascomed –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que analise a viabilidade de revitalização do Programa Bandas de Minas.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 134/2021, apresentada por Adriana Inacia de Almeida Gomes, da Associação Comunitária do Município de Medina – Ascomed –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que analise a viabilidade de retomada do Programa Circula Minas, com destinação de recursos para a circulação de grupos de cultura popular de Minas Gerais.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 134/2021, apresentada por Adriana Inacia de Almeida Gomes, da Associação Comunitária do Município de Medina – Ascomed –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que analise a viabilidade de reativação de escritórios regionais da antiga Secretaria de Estado de Cultura, para permitir maior descentralização das ações da atual Secretaria de Estado de Cultura e Turismo e facilitar o acesso dos agentes e grupos culturais aos mecanismos de fomento e às demais políticas públicas da área.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos presidente da Comissão de Participação Popular.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 134/2021, apresentada por Adriana Inacia de Almeida Gomes, da Associação Comunitária do Município de Medina – Ascomed –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que analise a viabilidade de lançamento de edital de fomento cultural específico para a Cozinha Mineira, com especial atenção às peculiaridades da região de Pompéu, no Baixo Paraopeba.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 134/2021, apresentada por Adriana Inacia de Almeida Gomes, da Associação Comunitária do Município de Medina – Ascomed –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que analise a viabilidade de lançamento de edital de fomento cultural específico para a realização de festivais e outros eventos e atividades que relacionem cultura, reciclagem e meio ambiente nas escolas mineiras.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 134/2021, apresentada por Adriana Inacia de Almeida Gomes, da Associação Comunitária do Município de Medina – Ascomed –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais pedido de providências para que analise a viabilidade de programar os estudos técnicos necessários ao reconhecimento do circo tradicional nômade como patrimônio cultural do Estado.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 135/2021****Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 135/2021, elaborada coletivamente por Junior José da Silva, do Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade, e outros, sugere alterações no Programa 73 – Mobilidade em Minas Gerais –, previsto no projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022.

A proposta foi formulada durante o processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, promovido pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que foram recebidas sugestões por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, entre 18 e 29/10/2021, e em encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

### Fundamentação

O processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022 foi realizado por meio de consulta pública disponível no Portal da Assembleia no período de 18 a 29/10/2021 e de encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021, com representantes da sociedade civil, organizados em cinco reuniões regionais e quatro reuniões temáticas, tendo sido discutidas as nove áreas temáticas finalísticas que organizam os programas do PPAG.

Por meio da consulta pública ou dos encontros *on-line*, com o suporte informacional remoto de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes apresentaram sugestões de alterações no Programa 73 – Mobilidade em Minas Gerais –, da área finalística Infraestrutura e Mobilidade, com objetivo de:

- aumentar a meta financeira da ação, tendo em vista os novos projetos apresentados pela Secretaria de Infraestrutura – Seinfra –, com destaque para o projeto de concessão da rodoviária de Belo Horizonte e dos terminais e estações do Move Metropolitano. A alteração na meta financeira proposta é de 3.000.000 em 2022, 3.000.000 em 2023 e de 3.000.000 em 2024. O proponente sugeriu deixar a alteração na meta física a cargo dos técnicos da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade;

- rescindir o contrato com as empresas de ônibus;

- implementar o Bilhete Único Metropolitano, com integrações tarifárias, em todos os sistemas de transporte público da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH –, principalmente do transporte público metropolitano, gerenciado pela Seinfra, do transporte público municipal, gerenciado pela BHTrans, e do Metrô, gerenciado pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU;

- Criar nova ação, denominada Financiamento do Transporte Público Metropolitano, com a finalidade de subsidiar as gratuidades do transporte público metropolitano, tendo como produto o melhor equilíbrio econômico e social do transporte público e como público-alvo a população da RMBH. A regionalização proposta é a RMBH, e propõe-se uma meta física, em 2022, de uma unidade.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta em epígrafe deve ser acolhida na forma de requerimento com pedido de providências para a realização de audiência pública da Comissão de Participação Popular com o objetivo de debater a mobilidade urbana no âmbito da Região Metropolitana de Belo Horizonte, notadamente a implantação do cartão metropolitano de gratuidade e do bilhete único metropolitano, a situação dos contratos de concessão do transporte metropolitano, a situação da fiscalização do transporte metropolitano e o financiamento do transporte coletivo, tendo em vista a precária situação do transporte metropolitano.

### Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 135/2021 na forma do requerimento anexo.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente e relator – Virgílio Guimarães – Sávio Souza Cruz.



**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 135/2021, apresentada por Junior José da Silva, do Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja realizada audiência pública desta comissão para debater a mobilidade urbana no âmbito da Região Metropolitana de Belo Horizonte, notadamente a implantação do cartão metropolitano de gratuidade e do bilhete único metropolitano, a situação dos contratos de concessão do transporte metropolitano, a situação da fiscalização do transporte metropolitano e o financiamento do transporte coletivo, tendo em vista a precária situação do transporte metropolitano.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 136/2021****Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 136/2021, elaborada coletivamente por Junior José da Silva, do Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade, e outros, sugere alterações no Programa 81 – Infraestrutura Rodoviária –, previsto no projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022.

A proposta foi formulada durante o processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, promovido pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que foram recebidas sugestões por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, entre 18 e 29/10/2021, e em encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022 foi realizado por meio de consulta pública disponível no Portal da Assembleia no período de 18 a 29/10/2021 e de encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021, com representantes da sociedade civil, organizados em cinco reuniões regionais e quatro reuniões temáticas, tendo sido discutidas as nove áreas temáticas finalísticas que organizam os programas do PPAG.

Por meio da consulta pública ou dos encontros *on-line*, com o suporte informacional remoto de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes apresentaram sugestões de alterações no Programa 81 – Infraestrutura Rodoviária –, da área finalística Infraestrutura e Mobilidade, com objetivo de:

– incluir a elaboração do projeto e principalmente a pavimentação da estrada estadual que liga o Município de Sabará à BR-381, nas proximidades do Distrito de Ravena, que também pertence a Sabará, com alteração na meta física da ação da Região Intermediária de Belo Horizonte, em 2022, para 14, que corresponde à elaboração do projeto, e em 2023, para 01, que corresponde à pavimentação da estrada;

– solicitar a pavimentação asfáltica da Rodovia LMG-744 que liga a cidade de Marilac ao entrocamento de São José da Safira e Nacip Raydan;

– criar uma nova ação, denominada Recuperação e Readequação da BR-367, tendo como unidade responsável o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG –, e como finalidade realizar ações e destinar para assinatura de convênio/cooperação técnica com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit –, visando à assunção de trechos hoje sob jurisdição federal, a recuperação e adequação de capacidade de trechos pavimentados, a pavimentação de trechos ainda não pavimentados, a instalação de postos de fiscalização, de praças de pesagem e de radares de velocidade, melhorias e adequações viárias dos trevos de acesso e melhoria na sinalização vertical e horizontal, notadamente nos trechos com maiores índices de acidentes, com prioridade para os trechos dentro do Médio e Baixo Jequitinhonha. O produto sugerido para a ação é quilômetro pavimentado/melhorado, e o público-alvo são os usuários da rodovia.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta em epígrafe deve ser acolhida na forma de requerimentos à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra –, com pedido de providências para que priorize a pavimentação dos seguintes trechos rodoviários: estrada que liga o Município de Sabará à BR-381, nas proximidades do Distrito de Ravena e LMG-744, no trecho entre Marilac e o entrocamento com a Rodovia AMG-2315, acesso a São José da Safira; para que priorize a conservação, recuperação e pavimentação de todos os segmentos da BR-367 em Minas Gerais, inclusive, se necessário, com eventual assunção pelo Estado dos trechos sob gestão federal; e para que sejam realizados os projetos de pavimentação das Rodovias MG-108, no trecho que liga Mutum à MGC-474, acesso a Aimorés, e MG-214, no trecho que liga Senador Modestino Gonçalves a Capelinha.

#### **Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 136/2021 na forma dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente e relator – Virgílio Guimarães – Sávio Souza Cruz.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 136/2021, apresentada por Junior José da Silva, do Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra –, pedido de providências para que priorize a pavimentação dos seguintes trechos rodoviários:

– MGC-262, estrada estadual que liga o Município de Sabará à BR-381, nas proximidades do Distrito de Ravena;

– LMG-744, que liga a cidade de Marilac ao entrocamento de São José da Safira e Nacip Raydan.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 136/2021, apresentada por Junior José da Silva, do Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que

priorize a conservação, recuperação e pavimentação de todos os segmentos da BR-367 em Minas Gerais, inclusive, se necessário, com eventual assunção pelo Estado dos trechos sob gestão federal.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 136/2021, apresentada por Junior José da Silva, do Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que sejam realizados os projetos de pavimentação das Rodovias MG-108, no trecho que liga Mutum a Aimorés, e LMG-214, no trecho que liga Senador Modestino Gonçalves a Capelinha.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 137/2021

##### Comissão de Participação Popular

##### Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 137/2021, elaborada por Junior José da Silva, do Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade, sugere alterações no Programa 82 – Operação e Segurança Viária –, previsto no projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022.

A proposta foi formulada durante o processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, promovido pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que foram recebidas sugestões por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, entre 18 e 29/10/2021, e em encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

##### Fundamentação

O processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022 foi realizado por meio de consulta pública disponível no Portal da Assembleia no período de 18 a 29/10/2021 e de encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021, com representantes da sociedade civil, organizados em cinco reuniões regionais e quatro reuniões temáticas, tendo sido discutidas as nove áreas temáticas finalísticas que organizam os programas do PPAG.

Por meio da consulta pública ou dos encontros *on-line*, com o suporte informacional remoto de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes apresentaram sugestões de alterações no Programa 82 – Operação e Segurança Viária –, da área finalística Infraestrutura e Mobilidade, com objetivo de aumentar a meta física em comparação com a estabelecida para 2021, de maneira que o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG –, que tem apenas 13 fiscais de transporte atuando na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH –, passe a ter no mínimo 200 fiscais de transporte a mais para atuar exclusivamente nessa mesma região.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta em epígrafe deve ser acolhida na forma de requerimentos à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag– e ao DER-MG com pedido de providências para que seja aumentado o número de servidores que atuam na fiscalização de transporte realizada pelo DER-MG em todo o Estado.

#### **Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 137/2021 na forma dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente e relator – Virgílio Guimarães – Sávio Souza Cruz.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 137/2021, apresentada por Junior José da Silva, do Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências solicitando o aumento do número de servidores que atuam na fiscalização de transporte realizada pelo DER-MG em todo o Estado.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 137/2021, apresentada por Junior José da Silva, do Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências solicitando o aumento do número de servidores que atuam na fiscalização de transporte realizada por esse órgão em todo o Estado.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

### **PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 138/2021**

#### **Comissão de Participação Popular**

##### **Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 138/2021, elaborada coletivamente por Flávia Assis Alves, do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária, e outros, sugere alterações no Programa 39 – Políticas de Trabalho e Emprego –, previsto no projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022.

A proposta foi formulada durante o processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, promovido pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que foram recebidas sugestões por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, entre 18 e 29/10/2021, e em encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

### Fundamentação

O processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022 foi realizado por meio de consulta pública disponível no Portal da Assembleia no período de 18 a 29/10/2021 e de encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021, com representantes da sociedade civil, organizados em cinco reuniões regionais e quatro reuniões temáticas, tendo sido discutidas as nove áreas temáticas finalísticas que organizam os programas do PPAG.

Por meio da consulta pública ou dos encontros *on-line*, com o suporte informacional remoto de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes apresentaram sugestões de alterações no Programa 39 – Políticas de Trabalho e Emprego –, da área finalística Desenvolvimento Social, especificadas a seguir.

– Alterar finalidade e metas física e financeira da Ação 4088 – Fomento aos Empreendimentos da Economia Popular Solidária. Finalidade: Fomentar os empreendimentos de Economia Popular Solidária no Estado, visando à melhoria da organização e ao fortalecimento de suas atividades econômicas solidárias e à promoção da geração de renda das pessoas. Meta física: ampliar de 70 para 150 empreendimentos apoiados (para atendimento de, no mínimo, 10 empreendimentos em cada uma das 15 regionais do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária) e meta financeira: aumentar para R\$1.500.000,00 (R\$100.000,00 por regional do Fórum) para 2022.

– Criar ação nova no âmbito do Programa 39. Nome: Fomento e Apoio às Atividades de Formação, Capacitação e Assessoramento Técnico aos Empreendimentos de Economia Popular Solidária. Finalidade: Promover ações de formação, capacitação e assessoramento aos empreendimentos econômicos solidários, visando atender a população em situação de rua e os catadores de materiais recicláveis. Produto: empreendimentos econômicos solidários. Público-alvo: empreendimentos econômicos solidários da população em situação de rua e dos catadores de materiais recicláveis.

– Contribuir para a inclusão social, o resgate da dignidade e a qualificação de grupos em situação de risco social nos municípios com *campi* da Universidade Federal de Uberlândia – UFU –, por meio de ações para: incrementar e qualificar os processos produtivos de grupos sociais já atendidos pelo Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários – Cieps – da UFU; promover a conservação do meio ambiente por meio da ampliação e implementação da coleta seletiva nos municípios com *campi* da UFU; implementar o sistema de agroecologia e agricultura familiar nos municípios com *campi* da UFU.

– Desenvolver projeto-piloto de diagnóstico, qualificação e inserção social e econômica de mulheres atendidas pelo Programa Bolsa-Família no Município de Patos de Minas.

– Criar ação nova no âmbito do Programa 39. Nome: Programa Estadual de Incentivo e Fortalecimento à Produção, Comercialização e Consumo Solidário da Economia Popular Solidária. Finalidade: Implementar e estruturar espaços para comercialização dos produtos da Economia Popular Solidária – EPS –, visando contribuir para a inclusão produtiva, utilizando a estratégia de regionalização proposta pelo Estado de Minas Gerais e a abertura de espaços para realização das feiras livres. Público-alvo: empreendimentos econômicos solidários. Produto: feiras regionais e estadual da EPS realizadas. Unidade de medida: espaços de comercialização. Unidade orçamentária: Sedese. Regionalização: Estado de Minas Gerais (15 regionais do Estado e região Estadual). Meta física: 30 empreendimentos atendidos por região. Meta financeira: R\$1.000.000,00 (R\$62.500,00 para cada uma das 15 feiras regionais e uma feira estadual).

– Criar ação nova no âmbito do Programa 39. Nome: Conhecimento, Educação, Formação e Assessoramento para os Empreendimentos Econômicos Solidários, Técnicos das Entidades de Apoio e Fomento e Gestores da Economia Popular Solidária de Minas Gerais. Finalidade: Desenvolver e implementar ações de formação e assessoramento, visando contribuir para a formação e o assessoramento contínuo dos empreendimentos econômicos solidários, técnicos das entidades de apoio e fomento – EAFs –, gestores

e associações e cooperativas da EPS. Público-alvo: empreendimentos econômicos solidários, técnicos das EAFs e gestores. Unidade de medida: espaços de formação e assessoramento. Unidade orçamentária: Sedese. Regionalização: Estado de Minas Gerais (15 regionais do Estado). Meta física: 450 empreendimentos atendidos, incluindo técnicos das EAFs e gestores por região. Meta financeira: R\$100.000,00 por 15 regionais (total de R\$1.500.000,00).

– Destinar R\$100.000,00 para catalogar e assessorar ações empreendedoras de moradores das ocupações urbanas de Belo Horizonte e Região Metropolitana em situação de vulnerabilidade social.

– Ampliar metas física e financeira da Ação 4088 – Fomento aos Empreendimentos da Economia Solidária – e destinar recursos específicos, no âmbito da ação, para apoiar a comercialização solidária do Vale do Mucuri. Meta física: 100 (acréscimo de 30 empreendimentos) e meta financeira: acréscimo de R\$2.100.000,00.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta em epígrafe deve ser acolhida na forma de requerimento com pedido de providências à Secretaria de Estado de Governo – Segov – para que os projetos e as atividades nele especificados, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, sejam executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã –, e de requerimentos com pedidos de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese.

### Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 138/2021 na forma dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente e relator – Virgílio Guimarães – Sávio Souza Cruz.

### REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 138/2021, apresentada por Flávia Assis Alves, do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que os projetos e as atividades indicados a seguir, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022, sejam executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

#### INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto/Atividade: Ampliar para 150 o número de empreendimentos econômicos solidários apoiados, totalizando no mínimo 10 empreendimentos nas 15 regionais do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária

Regionalização: Estadual

Valor: R\$500.000,00

Categoria econômica da despesa: Corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4088 – Fomento aos Empreendimentos da Economia Popular Solidária

UO: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese

Projeto/Atividade: Estruturação de espaços para comercialização dos produtos da Economia Popular Solidária

Regionalização: Estadual

Valor: R\$480.000,00

Categoria econômica da despesa: Corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4088 – Fomento aos Empreendimentos da Economia Popular Solidária

UO: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese

Projeto/Atividade: Formação e assessoramento dos empreendedores solidários, técnicos das entidades de assessoria e fomento à Economia Popular Solidária, associações e cooperativas da Economia Popular Solidária e gestores que atuam na área

Regionalização: Estadual

Valor: R\$300.000,00

Categoria econômica da despesa: Corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4088 – Fomento aos Empreendimentos da Economia Popular Solidária

UO: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese

Projeto/Atividade: Assessoramento e apoio técnico a moradores de ocupações urbanas da Região Metropolitana de Belo Horizonte, visando à criação e ao desenvolvimento de empreendimentos para a geração de renda

Regionalização: Estadual

Valor: R\$100.000,00

Categoria econômica da despesa: Corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4076 – Promoção de ações de fomento à geração de renda e empreendedorismo

UO: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 138/2021, apresentada por Flávia Assis Alves, do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que, na execução da Ação 4088 – Fomento aos Empreendimentos da Economia Popular Solidária –, sejam realizadas ações de fomento aos empreendimentos econômicos solidários de catadores de materiais recicláveis e pessoas em situação de rua, por meio de atividades de formação, capacitação e assessoramento técnico.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 138/2021, apresentada por Flávia Assis Alves, do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que avalie a possibilidade de apoiar

iniciativas de assessoramento a empreendimentos da economia popular solidária formados por catadores de materiais recicláveis, agricultores familiares e recuperandos de Apacs, entre outros grupos, nas regiões de Uberlândia e Patos de Minas.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 138/2021, apresentada por Flávia Assis Alves, do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que avalie a necessidade de implantar ação específica de geração de trabalho e renda para mulheres atendidas pelo Programa Bolsa Família na região do Alto Paranaíba.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 139/2021

##### Comissão de Participação Popular

##### Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 139/2021, elaborada coletivamente por Danilo Marinho Lamêgo Borges, da Câmara Municipal de Araçuaí, sugere alterações no Programa 150 – Vigilância em Saúde –, previsto no projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022.

A proposta foi formulada durante o processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, promovido pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que foram recebidas sugestões por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, entre 18 e 29/10/2021, e em encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

##### Fundamentação

O processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022 foi realizado por meio de consulta pública disponível no Portal da Assembleia no período de 18 a 29/10/2021 e de encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021, com representantes da sociedade civil, organizados em cinco reuniões regionais e quatro reuniões temáticas, tendo sido discutidas as nove áreas temáticas finalísticas que organizam os programas do PPAG.

Por meio da consulta pública ou dos encontros *on-line*, com o suporte informacional remoto de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes apresentaram sugestões de alterações no Programa 150 – Vigilância em Saúde –, da área finalística Saúde, com objetivo de criar ação para adquirir castramóvel para apoiar as entidades no controle populacional de cães e gatos e, assim, promover vida digna aos animais domésticos ou domesticados.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta em epígrafe deve ser acolhida na forma de requerimento com pedido de providências à Secretaria de Estado de Saúde para verificar a possibilidade de incentivar os municípios a realizarem ações de esterilização cirúrgica (castração) de cães e gatos, no âmbito da Vigilância Ambiental.



**Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 139/2021 na forma do requerimento anexo.  
Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente e relator – Virgílio Guimarães – Sávio Souza Cruz.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 139/2021, apresentada por Danilo Marinho Lamêgo Borges, da Câmara Municipal de Araçuaí, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que avalie a possibilidade de incentivar os municípios a realizarem ações de esterilização cirúrgica (castração) de cães e gatos, no âmbito da Vigilância Ambiental.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 140/2021****Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 140/2021, elaborada por Junior José da Silva, do Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade, sugere alterações no Programa 69 – Gestão da Estratégia, Planejamento e Orçamento Governamental –, previsto no projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022.

A proposta foi formulada durante o processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, promovido pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que foram recebidas sugestões por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, entre 18 e 29/10/2021, e em encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022 foi realizado por meio de consulta pública disponível no Portal da Assembleia no período de 18 a 29/10/2021 e de encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021, com representantes da sociedade civil, organizados em cinco reuniões regionais e quatro reuniões temáticas, tendo sido discutidas as nove áreas temáticas finalísticas que organizam os programas do PPAG.

Por meio da consulta pública ou dos encontros *on-line*, com o suporte informacional remoto de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes apresentaram sugestões de alterações no Programa 69 – Gestão da Estratégia, Planejamento e Orçamento Governamental –, da área finalística Planejamento e Gestão, com objetivo de elaborar um projeto de lei na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, pela Comissão de Participação Popular, visando destinar um percentual mínimo do orçamento do Estado para o atendimento das propostas apresentadas pela sociedade em cada tema do PPAG.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta em epígrafe não deve ser acolhida, devido à sua prejudicialidade, dado que a forma como ocorreu o processo participativo neste ano já contempla a sugestão.

### Conclusão

Diante do exposto, somos pelo não acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 140/2021.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente e relator – Virgílio Guimarães – Sávio Souza Cruz.

## PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 141/2021

### Comissão de Participação Popular

#### Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 141/2021, elaborada coletivamente por João Humberto Zago, da Jh9.Org, e outros, sugere alterações no Programa 64 – Caminhos para o Desenvolvimento – Desenvolvimento e Integração Regional –, previsto no projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022.

A proposta foi formulada durante o processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, promovido pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que foram recebidas sugestões por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, entre 18 e 29/10/2021, e em encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022 foi realizado por meio de consulta pública disponível no Portal da Assembleia no período de 18 a 29/10/2021 e de encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021, com representantes da sociedade civil, organizados em cinco reuniões regionais e quatro reuniões temáticas, tendo sido discutidas as nove áreas temáticas finalísticas que organizam os programas do PPAG.

Por meio da consulta pública ou dos encontros *on-line*, com o suporte informacional remoto de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes apresentaram sugestões de alterações no Programa 64 – Caminhos para o Desenvolvimento – Desenvolvimento e Integração Regional, da área finalística de Desenvolvimento Econômico, com objetivo de:

– ampliar os recursos previstos para a Ação 1018 – Fomento aos Negócios –, bem como criar uma subação específica de Fomento e Promoção dos Setores de Comércio e Serviços;

– aprimorar os indicadores de monitoramento da atividade econômica da Ação 4168 – Metrópole Digital –, incluindo, entre seus objetivos, o aprimoramento de ferramentas e indicadores de monitoramento da atividade econômica e a produção de pesquisas sobre os setores de comércio e serviços;

– incluir o setor de comércio entre os objetivos estratégicos do Programa 019 – Financiamento ao Desenvolvimento –, bem como ampliar suas metas financeiras;

– promover a regularização fundiária urbana no Município de Belo Horizonte, por meio da Ação 1020 – Programa Mineiro de Regularização Territorial – Minas Reurb;

– criar o Encontro Estadual de Negócios do Artesanato e da Gastronomia Típica;

– criar a Casa do Artesão Mineiro;

– realizar, por meio do Poder Legislativo, o II Seminário de Regiões Metropolitanas, com foco na mobilidade urbana.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que as sugestões relativas à alteração da Ação 4168 – Metrópole Digital – e do Programa 019 – Financiamento ao Desenvolvimento – não devem ser acolhidas.

Além disso, as sugestões relativas à realização do Seminário de Regiões Metropolitanas foram prejudicadas, em razão de já terem sido tratadas na Proposta de Ação Legislativa nº 135/2021.

Por sua vez, a análise de viabilidade das sugestões pela comissão entendeu que a sugestão relativa à inclusão do Município de Belo Horizonte na Ação 1020 – Programa Mineiro de Regularização Territorial – Minas Reurb – deve ser acolhida na forma de requerimento com pedido de providências à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte para que o município implemente políticas públicas de regularização fundiária no âmbito da referida ação orçamentária.

Ainda, a análise de viabilidade das sugestões pela comissão considerou que a proposta de criação da Casa do Artesão Mineiro deve ser acolhida na forma de requerimento com pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo e à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, para realização de estudo de viabilidade referente ao pleito.

Por fim, quanto às propostas de ampliar os recursos previstos para a ação 1018 – Fomento aos Negócios – e de criar o Encontro Estadual de Artesanato e Gastronomia, esta comissão entendeu que devem ser acolhidas na forma de requerimento com pedido de providências à Secretaria de Estado de Governo – Segov – quanto aos projetos e atividades demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, para serem executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

### Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 141/2021 na forma dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente e relator – Virgílio Guimarães – Sávio Souza Cruz.

### REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 141/2021, apresentada por João Humberto Zago, da Jh9.Org, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para a execução dos projetos e atividades demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, indicados abaixo, no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

#### INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto / Atividade – Promover iniciativas inovadoras de fomento e promoção de negócios para o desenvolvimento das regiões de Minas Gerais, em complemento às vocações regionais consolidadas, ampliando a competitividade regional, em especial dos pequenos e médios negócios locais.

Regionalização: estadual

Valor: R\$100.000,00

Categoria Econômica da Despesa: Corrente

Sugestão de remanejamento: *Ação 1018 – Fomento aos Negócios* – UO: Sede

Projeto / Atividade – Apoiar iniciativas e projetos voltados para o desenvolvimento do artesanato em Minas Gerais, visando ao acesso a novos mercados, ao estímulo ao cooperativismo e ao empreendedorismo como alternativa para os artesãos conquistarem sua autonomia e entenderem sua arte como negócio sustentável, além de promover o assessoramento para criação e gestão de cooperativas de artesanato.

Regionalização: estadual

Valor: R\$200.000,00

Categoria Econômica da Despesa: Corrente

Sugestão de remanejamento: *Ação 4279 – Artesanato Mineiro para o Desenvolvimento Regional* – UO: Sede

Sala das Reuniões, ...de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 141/2021, apresentada por João Humberto Zago, de Jh9.Org, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para que o município implemente políticas públicas de regularização fundiária no âmbito do Programa Mineiro de Regularização Territorial – Minas Reurb.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 141/2021, apresentada por João Humberto Zago, de Jh9.Org, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para a criação da Casa do Artesão Mineiro, visando ao fortalecimento e à consolidação de ações de comercialização do artesanato mineiro, incluída a gastronomia.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 141/2021, apresentada por João Humberto Zago, de Jh9.Org, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de providências para a criação da Casa do Artesão Mineiro, visando ao fortalecimento e à consolidação de ações de comercialização do artesanato mineiro, incluída a gastronomia.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 142/2021****Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 142/2021, elaborada coletivamente por Emerson Rodrigues Cunha e outros, sugere alterações no Programa 42 – Defesa Sanitária –, previsto no projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022.

A proposta foi formulada durante o processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, promovido pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que foram recebidas sugestões por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, entre 18 e 29/10/2021, e em encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, vem a proposta a esta comissão para dela receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022 foi realizado por meio de consulta pública disponível no Portal da Assembleia no período de 18 a 29/10/2021 e de encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021, com representantes da sociedade civil, organizados em cinco reuniões regionais e quatro reuniões temáticas, quando foram discutidas as nove áreas temáticas finalísticas que organizam os programas do PPAG.

Por meio da consulta pública ou dos encontros *on-line*, com o suporte informacional remoto de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes apresentaram sugestões de alterações no Programa 42 – Defesa Sanitária, da área finalística Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com os seguintes objetivos:

- aumento do volume de recursos para que o Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA – possa aprimorar a fiscalização de cargas de animais sem documentação nas rodovias, com novos veículos e servidores;

- montagem no Estado de um laboratório de análise de plantas apícolas, com ênfase na análise da própolis verde.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta em epígrafe deve ser acolhida na forma de requerimentos com pedidos de providências:

- à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa –, para que sejam assegurados os recursos necessários para o aprimoramento da fiscalização de cargas de animais nas rodovias pelo IMA, com novos veículos e servidores em quantidade suficiente, diante da iminente retirada da obrigatoriedade de vacinação contra a febre aftosa e consequente declaração do território mineiro como livre de aftosa sem vacinação;

- ao IMA e à Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Minas Gerais – Eпамig –, para que estudem a possibilidade de, por meio de parcerias, promover a instalação de laboratório de análise de plantas apícolas, com ênfase na análise da própolis verde no Estado, em face da importância socioeconômica do segmento apícola como um todo e da própolis verde como produto de exportação.

**Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 142/2021 na forma dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente e relator – Virgílio Guimarães – Sávio Souza Cruz.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 142/2021, apresentada por Emerson Rodrigues Cunha e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que sejam assegurados os recursos necessários para o aprimoramento da fiscalização de cargas de animais nas rodovias pelo Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA –, com novos veículos e servidores em quantidade suficiente, diante da iminente retirada da obrigatoriedade de vacinação contra a febre aftosa e consequente declaração do território mineiro como livre de aftosa sem vacinação.

Sala das Reuniões, ..... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 142/2021, apresentada por Emerson Rodrigues Cunha e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA –, pedido de providências para que estude a possibilidade de, por meio de parcerias, promover a instalação de laboratório de análise de plantas apícolas com ênfase na análise da própolis verde no Estado, em face da importância socioeconômica do segmento apícola como um todo e da própolis verde como produto de exportação.

Sala das Reuniões, ..... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 142/2021, apresentada por Emerson Rodrigues Cunha e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Minas Gerais – Epamig –, pedido de providências para que estude a possibilidade de, por meio de parcerias, promover a instalação de laboratório de análise de plantas apícolas com ênfase na análise da própolis verde no Estado, em face da importância socioeconômica do segmento apícola como um todo e da própolis verde como produto de exportação.

Sala das Reuniões, .... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 143/2021****Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 143/2021, elaborada coletivamente por José Ribeiro, do Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais – 6ª Região, e outros, sugere alterações no Programa 43 – Fomento ao Esporte, à Atividade Física e ao Lazer –, previsto no projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022.

A proposta foi formulada durante o processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, promovido pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que foram recebidas sugestões por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, entre 18 e 29/10/2021, e em encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

### Fundamentação

O processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022 foi realizado por meio de consulta pública disponível no Portal da Assembleia no período de 18 a 29/10/2021 e de encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021, com representantes da sociedade civil, organizados em cinco reuniões regionais e quatro reuniões temáticas, tendo sido discutidas as nove áreas temáticas finalísticas que organizam os programas do PPAG.

Por meio da consulta pública ou dos encontros *on-line*, com o suporte informacional remoto de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes apresentaram sugestões de alterações no Programa 43 – Fomento ao Esporte, à Atividade Física e ao Lazer –, com objetivo de garantir:

- a realização dos jogos indígenas de Minas Gerais;
- a publicação de editais da Lei de Incentivo ao Esporte direcionados a projetos com maior dificuldade de captação executados por entidades privadas sem fins lucrativos; e
- a realização de análise de viabilidade de instituir fundo contábil destinado à promoção do esporte.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta em epígrafe deve ser acolhida na forma de requerimento com pedido de providências à Secretaria de Estado de Governo para que os projetos e as atividades nele especificados, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, sejam executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã – e de requerimentos com pedidos de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.

### Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 143/2021 na forma dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente e relator – Virgílio Guimarães – Sávio Souza Cruz.

### REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 143/2021, apresentada por José Ribeiro, do Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais – 6ª Região, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para que os projetos e as atividades indicados a seguir, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022, sejam executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto / Atividade: Promover e fomentar a prática esportiva entre os povos indígenas

Valor: R\$249.000,00

Sugestão de remanejamento:

Ação: 4531 – Promoção dos Jogos Indígenas

UO: 1481 – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

Regionalização: Estadual

Categoria econômica da despesa: Corrente

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 143/2021, apresentada por José Ribeiro, do Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais – 6ª Região, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para que publique editais da Lei de Incentivo ao Esporte direcionados a projetos com maior dificuldade de captação executados por entidades privadas sem fins lucrativos.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 143/2021, apresentada por José Ribeiro, do Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais – 6ª Região, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para que analise a viabilidade de instituir fundo contábil destinado à promoção do esporte, nos moldes do Fundo Estadual de Cultura.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

### **PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 144/2021**

#### **Comissão de Participação Popular**

##### **Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 144/2021, elaborada por Maycon Junio Pereira, sugere alterações no Programa 35 – Investimentos Cemig Holding –, previsto no projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022.

A proposta foi formulada durante o processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, promovido pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que foram recebidas sugestões por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, entre 18 e 29/10/2021, e em encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021.



Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, vem a proposta a esta comissão para dela receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

O processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022 foi realizado por meio de consulta pública disponível no Portal da Assembleia no período de 18 a 29/10/2021 e de encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021, com representantes da sociedade civil, organizados em cinco reuniões regionais e quatro reuniões temáticas, quando foram discutidas as nove áreas temáticas finalísticas que organizam os programas do PPAG.

Por meio da consulta pública ou dos encontros *on-line*, com o suporte informacional remoto de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes apresentaram sugestões de alterações no Programa 35 – Investimentos Cemig Holding, da área finalística Desenvolvimento Econômico, com objetivo de que se privatize a Cemig, com base no entendimento de que só assim a conta de luz poderá sofrer redução e mais investimentos serão realizados pela empresa.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta em epígrafe não deve ser acolhida, uma vez que a demanda não tem aderência ao escopo do PPAG e nem aos limites desse processo de discussão participativa.

#### **Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo não acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 144/2021.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente e relator – Virgílio Guimarães – Sávio Souza Cruz.

### **PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 145/2021**

#### **Comissão de Participação Popular**

##### **Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 145/2021, elaborada coletivamente por Luiz Felipe de Paiva Lourenção, do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais, e outros, sugere alterações no Programa 147 – Programa de Apoio às Cadeias Produtivas da Agropecuária –, previsto no projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022.

A proposta foi formulada durante o processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, promovido pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que foram recebidas sugestões por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, entre 18 e 29/10/2021, e em encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, vem a proposta a esta comissão para dela receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

O processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022 foi realizado por meio de consulta pública disponível no Portal da Assembleia no período de 18 a 29/10/2021 e de encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021, com representantes da sociedade civil, organizados em cinco reuniões regionais e quatro reuniões temáticas, quando foram discutidas as nove áreas temáticas finalísticas que organizam os programas do PPAG.

Por meio da consulta pública ou dos encontros *on-line*, com o suporte informacional remoto de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes apresentaram sugestões de alterações no Programa 147 – Programa de Apoio às Cadeias Produtivas da Agropecuária, da área finalística Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com os seguintes objetivos:

- alterar, na estrutura administrativa do Estado, a atribuição do controle da exploração, do transporte e da transformação de produtos advindos de floresta plantada, hoje delegados à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, para a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa;
- disseminar, por meio de minicursos, cartilhas e palestras, a elaboração e a utilização de biofertilizantes;
- alocar recursos na Ação 4245, com o objetivo de incentivar a agricultura urbana e periurbana de base agroecológica, nos 118 municípios do território Sul de Minas;
- alocar recursos na Ação 4516, com destinação específica para projeto de fomento à cadeia produtiva da piscicultura no Norte de Minas, por meio do desenvolvimento de infraestrutura e fornecimento de subsídios no valor de R\$500.000,00, para custeio da atividade na Região Intermediária de Montes Claros e demais regiões que compõem a Bacia do Rio São Francisco;
- apresentar requerimento à Seapa para que dê especial atenção à piscicultura nas regiões do Jequitinhonha e do Mucuri e promova estudos para implantação de ações específicas voltadas ao desenvolvimento da atividade nessas áreas;
- apresentar requerimento com pedido de providências à Seapa e ao Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene – para que sejam desenvolvidos projetos de construção de tanques para promoção da piscicultura e incentivo à atividade no Norte de Minas Gerais e para que sejam alocados recursos na Ação 4094, com destinação específica para a construção de tanques escavados.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta em epígrafe deve ser acolhida na forma de requerimento com pedido de providências à Secretaria de Estado de Governo – Segov – encaminhando os projetos e as atividades demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, para serem executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã –, e de requerimentos com pedidos de providências à Seapa e à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais – Emater-MG –, além de requerimento para a realização de audiência pública desta comissão.

### **Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 145/2021 na forma dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente e relator – Virgílio Guimarães – Sávio Souza Cruz.

### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 145/2021, apresentada por Luiz Felipe de Paiva Lourenção, do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para a execução dos projetos e das atividades demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, indicados abaixo, no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto/Atividade – Promoção e disseminação de capacitação sobre as tecnologias de elaboração de biofertilizante, bem como sobre sua aplicação, por meio de minicursos, cartilhas e palestras, preferencialmente a ser executado pela Fundação de Apoio e Desenvolvimento da Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – Fadecit.

Regionalização: estadual

Valor: R\$200.000,00

Categoria Econômica da Despesa: corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4069 – Atividade de extensão universitária – UO: Uemg

---

Projeto/Atividade – Incentivo à agricultura urbana e periurbana de base agroecológica nos 118 municípios do território Sul de Minas.

Regionalização: RI Varginha e Pouso Alegre.

Valor: R\$500.000,00, sendo R\$250.000 em cada RI.

Categoria Econômica da Despesa: corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4245 – Agricultura Urbana – UO: Seapa

---

Projeto/Atividade – Projeto de fomento à cadeia produtiva da piscicultura no Norte de Minas, por meio de desenvolvimento de infraestrutura e fornecimento de subsídios para financiamento de projetos na Bacia do Rio São Francisco, em parceria com a Codevasf e o DNOCS.

Regionalização: RI Montes Claros, RI Teófilo Otoni e demais regiões que compõem a Bacia do Rio São Francisco.

Valor: R\$500.000,00

Categoria Econômica da Despesa: corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4516 – Diagnóstico das Cadeias Produtivas da Agropecuária UO: Seapa

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº.../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 145/2021, apresentada por Luiz Felipe de Paiva Lourenção, do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais – Emater-MG – pedido de providências para que se empenhe no desenvolvimento, em parceria com prefeituras e organizações da sociedade civil, de projetos de agricultura urbana e periurbana nos municípios do Sul de Minas, por meio da aplicação de recursos redirecionados para a Ação 4245.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 145/2021, apresentada por Luiz Felipe de Paiva Lourenção, do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja realizada audiência pública desta comissão para debater a atribuição administrativa no Estado para o controle da exploração, do transporte e da transformação de produtos advindos de florestas plantadas, hoje delegado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, além de outras questões relacionadas à atividade de silvicultura no Estado, como a gestão fundiária de áreas devolutas ou dominiais do Estado cedidas a empresas florestais por arrendamento para plantios florestais; a regularidade ambiental dos plantios atuais; o uso concorrente com o abastecimento público de recursos hídricos no processo de plantio ou de irrigação de plantios florestais, em especial no semiárido mineiro; a regularidade trabalhista dos contingentes empregados nos plantios; entre outras.

Sala das Comissões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 145/2021, apresentada por Luiz Felipe de Paiva Lourenção, do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que, diante da alocação de recursos para a Uemg – no âmbito da Ação 4069, com o objetivo de promover e disseminar conhecimento sobre as tecnologias de elaboração de biofertilizantes, bem como sobre sua utilização, por meio de minicursos, cartilhas e palestras –, atue em parceria com a universidade e empenhe esforços para a consecução desses objetivos.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 146/2021

##### Comissão de Participação Popular

##### Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 146/2021, elaborada coletivamente pelo Centro de Referência em Direitos Humanos do Mucuri, pela Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, sugere alterações no Programa 46 – Políticas de Direitos Humanos –, previsto no projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022.

A proposta foi formulada durante o processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, promovido pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que foram recebidas sugestões por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, entre 18 e 29/10/2021, e em encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

##### Fundamentação

O processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022 foi realizado por meio de consulta pública disponível no Portal da Assembleia no período de 18 a 29/10/2021 e de encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021, com

representantes da sociedade civil, organizados em cinco reuniões regionais e quatro reuniões temáticas, tendo sido discutidas as nove áreas temáticas finalísticas que organizam os programas do PPAG.

Por meio da consulta pública ou dos encontros *on-line*, com o suporte informacional remoto de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes apresentaram sugestões de alterações no Programa 46 – Políticas de Direitos Humanos –, da área finalística Desenvolvimento Social, especificadas a seguir.

1 – Criar ação destinada à manutenção de equipamentos e políticas de direitos humanos, com foco no desenvolvimento da tecnologia social do Centro Estadual de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis, visando à defesa dos direitos humanos da população em situação de rua e catadores de materiais recicláveis, além do registro, encaminhamento e monitoramento das violações dos direitos humanos – meta financeira de R\$600.000,00.

2 – Criar ação voltada para a promoção e proteção da mulher em situação de violência, para aprimorar a capacidade estrutural e humana de atendimento da casa abrigo Tina Martins, visando garantir o atendimento, acolhimento e abrigamento dessas mulheres, bem como a capacitação dos profissionais envolvidos – meta financeira de R\$600.000,00.

3 – Apoiar a manutenção do projeto Juntas Somos Mais Fortes, desenvolvido pela Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, para a promoção dos direitos das mulheres e a redução das vulnerabilidades e violências – meta financeira de R\$150.000,00.

4 – Apoiar a manutenção do projeto Juventudes em Movimento, desenvolvido pela Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, para a formação de jovens, com foco na mobilização e comunicação social, de forma a incentivar e potencializar maior participação desse público nos espaços de formulação e implementação de políticas públicas – meta financeira de R\$150.000,00.

5 – Realizar ações educativas para crianças e adolescentes acerca da violência sexual e do trabalho infantil, como o desenvolvimento de atividades lúdicas, nas regiões com maior índice de violência sexual, nos moldes do projeto Minas Agindo em Rede – meta financeira de R\$300.000,00.

6 – Realizar campanhas amplas e permanentes acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes, inclusive em rodovias estaduais, com a divulgação de canais de denúncia, dados e informações sobre o aumento do número de casos durante o atual cenário de pandemia – meta financeira de R\$200.000,00.

7 – Equipar os Centros de Referência da Assistência Social, os Centros de Referência Especializados de Assistência Social e os Conselhos Tutelares das regiões com maior índice de violência sexual, como forma de fortalecer o combate às violências praticadas contra crianças e adolescentes – meta financeira de R\$500.000,00.

8 – Produzir diagnóstico, com o levantamento quantitativo e qualitativo, da situação dos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente no Estado – meta financeira de R\$100.000,00.

9 – Efetuar ações voltadas para o fortalecimento dos vínculos e o enfrentamento da violência de gênero, sobretudo da violência doméstica e familiar, e das demais violações de direitos humanos nos municípios da região do Vale do Mucuri – meta financeira de R\$500.000,00.

10 – Implementar o projeto Arte LGBT na Jason, na Penitenciária Professor Jason Soares Albergaria, visando à humanização do cumprimento das penas na unidade, bem como a formação e a sensibilização dos servidores do sistema prisional acerca do contexto e particularidades do segmento LGBTQIA+ – meta financeira de R\$100.000,00.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta em epígrafe deve ser acolhida, quanto às sugestões n°s 1, 2, 5 e 8, na forma de requerimento com pedido de providências à Secretaria de Estado de Governo – Segov – para que os projetos e as atividades nele especificados, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, sejam executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã –, e, quanto às sugestões n°s 3, 4, 6, 7 e 9, na forma de requerimentos com pedidos de providências

à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese. Registramos que a sugestão nº 10 foi devidamente atendida no âmbito da Proposta de Ação Legislativa nº 149/2021.

### **Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 146/2021 na forma dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente e relator – Virgílio Guimarães – Sávio Souza Cruz.

### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 146/2021, apresentada pelo Centro de Referência em Direitos Humanos do Mucuri, pela Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que os projetos e as atividades indicados a seguir, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022, sejam executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

#### **INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES**

Projeto/Atividade: Desenvolvimento da tecnologia social do Centro Estadual de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis

Regionalização: RI Belo Horizonte

Valor: R\$450.000,00

Categoria econômica da despesa: corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4034 – Manutenção de Equipamentos e Políticas de Direitos Humanos

UO: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese

Projeto/Atividade: Manutenção da Casa de Referência da Mulher Tina Martins

Regionalização: RI Belo Horizonte

Valor: R\$100.000,00

Categoria econômica da despesa: corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4034 – Manutenção de Equipamentos e Políticas de Direitos Humanos

UO: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese

Projeto/Atividade: Realização de ações educativas para crianças e adolescentes sobre a violência sexual e o trabalho infantil, nas regiões com maior índice de violência sexual, nos moldes do projeto Minas Agindo em Rede

Regionalização: Estadual

Valor: R\$300.000,00

Categoria econômica da despesa: corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4116 – Promoção, Proteção e Reparação de Direitos Humanos

UO: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese

Projeto/Atividade: Produção de diagnóstico quantitativo e qualitativo da situação dos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente no Estado

Regionalização: Estadual

Valor: R\$100.000,00

Categoria econômica da despesa: corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4112 – Promoção da Cidadania e Participação Social

UO: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 146/2021, apresentada pelo Centro de Referência em Direitos Humanos do Mucuri, pela Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para apoiar, no âmbito de suas atribuições, o projeto Juntas Somos Mais Fortes, desenvolvido pela Associação de Bairros do Município de Teófilo Otoni, que tem como escopo a orientação das mulheres sobre seus direitos, o estímulo ao seu protagonismo e à sua autonomia econômica e a superação das situações de vulnerabilidade e violência.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 146/2021, apresentada pelo Centro de Referência em Direitos Humanos do Mucuri, pela Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para apoiar, no âmbito de suas atribuições, o projeto Juventudes em Movimento, desenvolvido pela Associação de Bairros do Município de Teófilo Otoni, que tem por objetivo mapear, motivar e formar articuladores, fomentando a mobilização e a comunicação social, de modo a incentivar e potencializar, ainda, a participação dos jovens nos espaços de formulação e implementação das políticas públicas.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 146/2021, apresentada pelo Centro de Referência em Direitos Humanos do Mucuri, pela Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para priorizar a realização de campanhas amplas e permanentes acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes, inclusive em rodovias

estaduais, com a divulgação dos canais de denúncia, de dados e de informações inerentes, destacando-se o aumento do número desses casos durante a pandemia de Covid-19 no Estado e no País.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 146/2021, apresentada pelo Centro de Referência em Direitos Humanos do Mucuri, pela Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para fomentar as ações de prevenção e enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes junto aos municípios, com o incremento dos equipamentos públicos de assistência social, principalmente nas regiões com maior taxa dessas ocorrências e/ou com menor Índice de Desenvolvimento Humano no Estado.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 146/2021, apresentada pelo Centro de Referência em Direitos Humanos do Mucuri, pela Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para, no âmbito de suas atribuições, atuar no fortalecimento dos conselhos tutelares, inclusive com oferta de apoio técnico a esses colegiados, com foco na melhoria do atendimento prestado às crianças e aos adolescentes e na prevenção e mitigação das situações de vulnerabilidade e violência.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 146/2021, apresentada pelo Centro de Referência em Direitos Humanos do Mucuri, pela Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para ampliar as ações e estratégias voltadas para o fortalecimento dos vínculos e o enfrentamento da violência de gênero, sobretudo da violência doméstica e familiar, e das demais violações de direitos humanos nos municípios da região do Vale do Mucuri.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.



**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 147/2021****Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 147/2021, elaborada coletivamente por Cristina Bove, sugere alterações no Programa 134 – Moradas Gerais –, previsto no projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022.

A proposta foi formulada durante o processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, promovido pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que foram recebidas sugestões por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, entre 18 e 29/10/2021, e em encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022 foi realizado por meio de consulta pública disponível no Portal da Assembleia no período de 18 a 29/10/2021 e de encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021, com representantes da sociedade civil, organizados em cinco reuniões regionais e quatro reuniões temáticas, tendo sido discutidas as nove áreas temáticas finalísticas que organizam os programas do PPAG.

Por meio da consulta pública ou dos encontros *on-line*, com o suporte informacional remoto de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes apresentaram sugestões de alterações no Programa 134 – Moradas Gerais –, da área finalística Desenvolvimento Social, com objetivo de criar ação nova no Programa 134 – Moradas Gerais –, destinada à construção, reforma, melhorias e/ou aluguel de unidades habitacionais por meio da implantação do projeto Moradia Primeiro (Housing in First) para a população em situação de rua.

Após realizar estudo de viabilidade da sugestão, esta comissão entendeu que a proposta em epígrafe deve ser acolhida na forma de requerimento com pedido de providências à Secretaria de Estado de Governo – Segov – para que os projetos e as atividades nele especificados, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, sejam executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

**Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 147/2021 na forma do requerimento anexo.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente e relator – Virgílio Guimarães – Sávio Souza Cruz.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 147/2021, apresentada por Cristina Bove, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que os projetos e as atividades indicados a seguir, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022, sejam executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

## INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto / Atividade – Viabilizar moradias para a população em situação de rua, conforme os preceitos da política pública do Housing First (Moradia Primeiro).

Regionalização: estadual

Valor: R\$200.000,00

Categoria Econômica da Despesa: corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4420 – Viabilização do Acesso à Habitação de Interesse Social – UO: Sedese

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 148/2021****Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 148/2021, elaborada coletivamente por Cristina Carrara, sugere alterações no Programa 159 – Atenção Primária à Saúde –, previsto no projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022.

A proposta foi formulada durante o processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, promovido pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que foram recebidas sugestões por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, entre 18 e 29/10/2021, e em encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022 foi realizado por meio de consulta pública disponível no Portal da Assembleia no período de 18 a 29/10/2021 e de encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021, com representantes da sociedade civil, organizados em cinco reuniões regionais e quatro reuniões temáticas, tendo sido discutidas as nove áreas temáticas finalísticas que organizam os programas do PPAG.

Por meio da consulta pública ou dos encontros *on-line*, com o suporte informacional remoto de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes apresentaram sugestões de alterações no Programa 159 – Atenção Primária à Saúde –, da área finalística Saúde, com objetivo de ampliar as iniciativas e estratégias de organização de serviços de saúde voltados aos cuidados da leishmaniose, hanseníase e saúde da mulher (com ênfase em HPV/câncer do colo do útero) nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta em epígrafe deve ser acolhida na forma de requerimento com pedido de providências à Secretaria de Estado de Governo – Segov – para que os projetos e as atividades nele especificados, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, sejam executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã –, e de requerimento com pedido de providências à Secretaria de Estado de Saúde – SES – para que avalie a possibilidade de atuar em parceria com a Fiocruz Minas, na região dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, para a consecução de ações de pesquisa sobre leishmaniose, hanseníase e infecção pelo HPV.

**Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 148/2021 na forma dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente e relator – Virgílio Guimarães – Sávio Souza Cruz.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 148/2021, apresentada por Cristina Carrara, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que os projetos e as atividades indicados a seguir, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022, sejam executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

**INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES**

Projeto/Atividade: Realização de pesquisa sobre leishmaniose, hanseníase e infecção pelo HPV, na região dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Regionalização: RI Teófilo Otoni

Valor: R\$ 500.000,00

Categoria econômica da despesa: Corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4349 – Vigilância Epidemiológica, Ambiental e Saúde do Trabalhador

UO: Fundo Estadual de Saúde – FES

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 148/2021, apresentada por Cristina Carrara, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que avalie a possibilidade de atuar em parceria com a Fiocruz Minas, na região dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, para a consecução de ações de pesquisa sobre leishmaniose, hanseníase e infecção pelo HPV.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 149/2021****Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 149/2021, elaborada coletivamente por Maria Auxiliadora Viana Pinto, da Defensoria Pública de Minas Gerais, e outros, sugere alterações no Programa 145 – Infraestrutura do Sistema Prisional –, previsto no projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022.

A proposta foi formulada durante o processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, promovido pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que foram recebidas sugestões por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, entre 18 e 29/10/2021, e em encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022 foi realizado por meio de consulta pública disponível no Portal da Assembleia no período de 18 a 29/10/2021 e de encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021, com representantes da sociedade civil, organizados em cinco reuniões regionais e quatro reuniões temáticas, tendo sido discutidas as nove áreas temáticas finalísticas que organizam os programas do PPAG.

Por meio da consulta pública ou dos encontros *on-line*, com o suporte informacional remoto de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes apresentaram as seguintes sugestões de alterações no Programa 145 – Infraestrutura do Sistema Prisional –, da área finalística Segurança Pública:

- instalação de placas solares para aquecimento de água em unidades prisionais e qualificação profissional dos custodiados para a instalação de tais equipamentos, de modo a se tornarem aptos a atuar nessa área quando egressos do sistema prisional;
- destinação de R\$100.000,00 para implementação do projeto Arte LGBT na Jason, na Penitenciária Professor Soares Albergaria, em São Joaquim de Bicas.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta em epígrafe deve ser acolhida na forma de requerimento com pedido de providências à Secretaria de Estado de Governo – Segov – para que os projetos e as atividades nele especificados, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, sejam executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã –, e de requerimentos com pedidos de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – e à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – para a instalação de placas de aquecimento solar de água em unidades prisionais e a oferta de cursos de qualificação profissional para a instalação de tais equipamentos, a fim de garantir a ressocialização de egressos do sistema prisional.

**Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 149/2021 na forma dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente e relator – Virgílio Guimarães – Sávio Souza Cruz.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 149/2021, apresentada por Maria Auxiliadora Viana Pinto, da Defensoria Pública de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que os projetos e as atividades indicados a seguir, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022, sejam executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

**INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES**

Projeto/Atividade: Realização do projeto Arte LGBT na Jason, na Penitenciária Professor Jason Soares Albergaria, em São Joaquim de Bicas

Regionalização: RI BH

Valor: R\$100.000,00

Categoria econômica da despesa: corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4423 – Custódia e Ressocialização de Presos

UO: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp

Projeto/Atividade: Aquisição de veículos para atendimento às Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – Apacs – do Estado

Regionalização: Estadual

Valor: R\$1.000.000,00

Categoria econômica da despesa: capital

Sugestão de remanejamento: Ação 4427 – Manutenção e Implantação de Metodologia de Custódia Alternativa

UO: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 149/2021, apresentada por Maria Auxiliadora Viana Pinto, da Defensoria Pública de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para que, na execução da Ação 4423 – Custódia e Ressocialização de Presos –, do Programa 145 – Infraestrutura do Sistema Prisional –, sejam instaladas placas de aquecimento solar de água em unidades prisionais e ofertados cursos de qualificação profissional aos custodiados para a instalação de tais equipamentos, a fim de garantir sua ressocialização quando se tornarem egressos do sistema prisional.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 149/2021, apresentada por Maria Auxiliadora Viana Pinto, da Defensoria Pública de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que, na execução da Ação 1012 – Qualificação Profissional –, do Programa 089 – Rede de Desenvolvimento de Educação Profissional –, seja ofertada a custodiados do sistema prisional qualificação para a instalação de equipamentos de aquecimento solar de água, com vistas a possibilitar sua reinserção profissional quando se tornarem egressos.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 150/2021****Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 150/2021, elaborada coletivamente por André Aparecido Fernandes, do Conselho de Desenvolvimento Comunitário dos Maias, e outros, sugere alterações no Programa 67 – Políticas de Integração e Segurança Alimentar e Nutricional –, previsto no projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022.

A proposta foi formulada durante o processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, promovido pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que foram recebidas sugestões por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, entre 18 e 29/10/2021, e em encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022 foi realizado por meio de consulta pública disponível no Portal da Assembleia no período de 18 a 29/10/2021 e de encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021, com representantes da sociedade civil, organizados em cinco reuniões regionais e quatro reuniões temáticas, tendo sido discutidas as nove áreas temáticas finalísticas que organizam os programas do PPAG.

Por meio da consulta pública ou dos encontros *on-line*, com o suporte informacional remoto de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes apresentaram sugestões de alterações no Programa 67 – Políticas de Integração e Segurança Alimentar e Nutricional –, da área finalística Desenvolvimento Social, com objetivo de:

1) implementar projeto de produção agrícola, preservação ambiental e geração de trabalho e renda a partir dos princípios da agroecologia e da economia solidária, para promover a transição dos atuais modelos de agricultura convencional para o modelo de desenvolvimento sustentável agroecológico rural e urbano, com ações voltadas à recuperação, à proteção e ao equilíbrio ambiental do lado da produção; e com ações que busquem o consumo responsável, crítico e solidário e a segurança e soberania alimentar no lado do consumo, buscando gerar renda, reconhecimento social e evidência à pauta da educação ambiental, na Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (Uberlândia, Monte Carmelo, Patos de Minas e Ituiutaba);

2) criar plataforma educacional com o objetivo de capacitar os Técnicos Agrícolas, Produtores e afins do Estado de Minas Gerais, com cursos destinados aos itens com menor oferta do Estado nos entrepostos da CeasaMinas, com vistas a diminuir o valor médio comercializado dos hortifrutigranjeiros aos consumidores no Estado de Minas Gerais, e também assegurar e estimular a produção dos hortifrutícolas;

3) criar ação nova para a manutenção do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais – Consea MG –, com a finalidade de garantir recursos financeiros e orçamentários para a manutenção do Consea MG e das 17 comissões regionais para o cumprimento de suas competências de acordo com o art. 16 da Lei nº 22.806, de 2017, tendo como produto os eventos realizados, como público-alvo os gestores de políticas públicas e sociedade em geral e como meta financeira R\$300.000,00 (4 eventos estaduais e 17 regionais);

4) criar programa novo de combate à fome e à insegurança alimentar nutricional, com o objetivo de coordenar a estratégia de redução das vulnerabilidades dos indivíduos e famílias, por meio do gerenciamento de políticas públicas intersetoriais focalizadas nos municípios e regiões do estado independente de menor desenvolvimento social, com fonte orçamentária do Fundo de Erradicação Da Miséria – FEM –, e meta financeira de R\$5.000.000,00;

5) elaborar e implementar sistema de vigilância estadual, por inquérito telefônico, que identifique os diferentes níveis de insegurança alimentar (leve, moderada e grave) e que forneça dados e indicadores para orientar o planejamento das políticas, seu monitoramento e a tomada de decisão com base em evidências, tendo como produto o monitoramento ou estudo realizado, como público-alvo os gestores de políticas públicas, instituições de ensino, pesquisa e extensão, sociedade em geral, e como meta financeira R\$1.000.000,00;

6) ampliar as metas físicas e financeiras da Ação 4011 – Apoio, articulação e execução de projetos de segurança alimentar e nutricional – para 18 (incluindo uma horta comunitária) e acrescentando R\$900.000,00, com vistas a assegurar as iniciativas de implantação de campos de sementes crioulas e de bancos comunitários de sementes crioulas e para apoio à implantação de hortas comunitárias no meio rural no Sul de Minas, bem como para distribuir sementes crioulas para a região do Norte de Minas.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que as de nºs 1 e 3 devem ser acolhidas na forma de requerimento com pedido de providências à Secretaria de Estado de Governo para que os projetos e as atividades nele especificados, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, sejam executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã – e que as sugestões nºs 2, 4, 5 e 6 devem ser acolhidas na forma de requerimentos com pedidos de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais.

### **Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 150/2021 na forma dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente e relator – Virgílio Guimarães – Sávio Souza Cruz.

### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 150/2021, apresentada por André Aparecido Fernandes, do Conselho de Desenvolvimento Comunitário dos Maias, e outros, requer a V. Exa., seja encaminhado à

Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para que os projetos e as atividades indicados a seguir, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022, sejam executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

#### INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto / Atividade – Desenvolvimento de projeto de produção agrícola baseado nos princípios da agroecologia e da economia solidária na Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (Uberlândia, Monte Carmelo, Patos de Minas e Ituiutaba).

Regionalização: RI Uberlândia e RI Patos de Minas

Valor: R\$ 900.000,00

Categoria Econômica da Despesa: Corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4011 – Apoio, Articulação e Execução de Projetos de Segurança Alimentar e Nutricional

UO: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese

Projeto / Atividade – Manutenção do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais – Consea-MG.

Regionalização: Estadual

Valor: R\$200.000,00

Categoria Econômica da Despesa: Corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 2035 – Apoio à Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

UO: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 150/2021, apresentada por André Aparecido Fernandes, do Conselho de Desenvolvimento Comunitário dos Maias, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de providências para estudar a viabilidade de criar plataforma educacional com o objetivo de capacitar os técnicos agrícolas, com cursos destinados ao cultivo dos itens com menor oferta nos entrepostos da CeasaMinas, conforme levantamento técnico dos itens mais encarecidos, como principal estratégia para reduzir o valor médio comercializado, a longo prazo, destes hortifrutícolas.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 150/2021, apresentada por André Aparecido Fernandes, do Conselho de Desenvolvimento Comunitário dos Maias, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG – pedido de providências para estudar a viabilidade de criar plataforma educacional com o objetivo de capacitar os técnicos agrícolas, com cursos



destinados ao cultivo dos itens com menor oferta nos entrepostos da CeasaMinas, conforme levantamento técnico dos itens mais encarecidos, como principal estratégia para reduzir o valor médio comercializado, a longo prazo, destes hortifrutícolas.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 150/2021, apresentada por André Aparecido Fernandes, do Conselho de Desenvolvimento Comunitário dos Maias, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para realizar esforços com vistas a aumentar a dotação orçamentária destinada à manutenção do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais – Consea-MG –, para a garantir o funcionamento do conselho e das comissões regionais como instâncias de controle social da política, bem como para fortalecer as ações do Programa 067 – Políticas de Integração e Segurança Alimentar e Nutricional.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 150/2021, apresentada por André Aparecido Fernandes, do Conselho de Desenvolvimento Comunitário dos Maias, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para avaliar a possibilidade de ampliar o escopo do sistema de vigilância estadual por meio da realização de inquérito telefônico com vistas a identificar os diferentes níveis de insegurança alimentar (leve, moderada e grave) e fornecer dados e indicadores para orientar o planejamento da política de segurança alimentar e nutricional, seu monitoramento e a tomada de decisão com base em evidências.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

### **PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 151/2021**

#### **Comissão de Participação Popular**

##### **Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 151/2021, elaborada por Jorge Nobuhico Kiryu sugere alterações no Programa 22 – Inovações e Soluções Tecnológicas para a Agropecuária e a Agroindústria –, previsto no projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022.

A proposta foi formulada durante o processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, promovido pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que foram recebidas sugestões por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, entre 18 e 29/10/2021, e em encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, vem a proposta a esta comissão para dela receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

### Fundamentação

O processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022 foi realizado por meio de consulta pública disponível no Portal da Assembleia no período de 18 a 29/10/2021 e de encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021, com representantes da sociedade civil, organizados em cinco reuniões regionais e quatro reuniões temáticas, quando foram discutidas as nove áreas temáticas finalísticas que organizam os programas do PPAG.

Por meio da consulta pública ou dos encontros *on-line*, com o suporte informacional remoto de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes apresentaram sugestões de alterações no Programa 22 – Inovações e Soluções Tecnológicas para a Agropecuária e a Agroindústria, da área finalística Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com objetivo de, no âmbito da Ação 4035 – Desenvolvimento de pesquisa agropecuária e agroindustrial –, melhorar os investimentos na pesquisa e extensão rural, isto é, na Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig – e na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais – Emater-MG –, no valor de R\$100 milhões.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta em epígrafe deve ser acolhida na forma de requerimento de pedido de providências à Secretaria de Estado de Governo – Segov – encaminhando os projetos e as atividades demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, para serem executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

### Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 151/2021 na forma do requerimento anexo.  
Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente e relator – Virgílio Guimarães – Sávio Souza Cruz.

### REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 151/2021, apresentada por Jorge Nobuhico Kiryu, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para a execução dos projetos e atividades demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, indicados abaixo, no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

#### INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto/Atividade – Recursos de reforço ao orçamento de pesquisa agropecuária da Epamig

Regionalização: Estadual

Valor: R\$1.000.000,00

Categoria Econômica da Despesa: corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4035 – Desenvolvimento de pesquisa agropecuária e agroindustrial – UO: Epamig

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 152/2021****Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 152/2021, elaborada coletivamente por Ceps Comunidade Terapêutica Especializada em Projetos Sociais, sugere alteração no Programa 70 – Políticas sobre Drogas –, previsto no projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022.

A proposta foi formulada durante o processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, promovido pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que foram recebidas sugestões por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, entre 18 e 29/10/2021, e em encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022 foi realizado por meio de consulta pública disponível no Portal da Assembleia no período de 18 a 29/10/2021 e de encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021, com representantes da sociedade civil, organizados em cinco reuniões regionais e quatro reuniões temáticas, tendo sido discutidas as nove áreas temáticas finalísticas que organizam os programas do PPAG.

Por meio da consulta pública ou dos encontros *on-line*, com o suporte informacional remoto de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes apresentaram sugestão de alteração no Programa 70 – Políticas sobre Drogas –, da área finalística Desenvolvimento Social, com objetivo de descentralizar para mais organizações da sociedade civil os recursos financeiros destinados à execução de ações estruturadas nos eixos do Sistema Integrado de Política sobre Drogas da Rede Complementar de Suporte Social na Atenção ao Dependente Químico.

Após realizar estudo de viabilidade da sugestão, esta comissão entendeu que a proposta em epígrafe deve ser acolhida na forma de requerimento com pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – para que avalie a possibilidade de abertura de novo edital de chamamento público para o recebimento de propostas técnicas de organizações da sociedade civil, com sede no Estado de Minas Gerais, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros a essas organizações com vistas à execução de ações estruturadas nos eixos do Sistema Integrado de Política sobre Drogas da Rede Complementar de Suporte Social na Atenção ao Dependente Químico, dando-se ampla divulgação aos editais em andamento e orientando-se as organizações da sociedade civil quanto ao cumprimento dos requisitos necessários para participação no chamamento público.

**Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 152/2021 na forma do requerimento anexo.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente e relator – Virgílio Guimarães – Sávio Souza Cruz.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 152/2021, apresentada por Ceps Comunidade Terapêutica Especializada em Projetos Sociais, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que avalie a possibilidade de abertura de novo edital de chamamento público para o recebimento de propostas técnicas de organizações da sociedade civil, com sede no Estado de Minas Gerais, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros a essas organizações com vistas à execução de ações estruturadas nos eixos do Sistema Integrado de Política sobre Drogas da Rede Complementar de Suporte Social na Atenção ao Dependente Químico, dando-se ampla divulgação aos editais em andamento e orientando-se as organizações da sociedade civil quanto ao cumprimento dos requisitos necessários para participação no chamamento público.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

## **PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 153/2021**

### **Comissão de Participação Popular**

#### **Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 153/2021, elaborada por José Idelbrando Ferreira de Souza, da Agência de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Vale do Rio Urucuia, sugere alterações no Programa 63 – Minas + Gerais – Diversificação e Fortalecimento da Economia –, previsto no projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022.

A proposta foi formulada durante o processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, promovido pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que foram recebidas sugestões por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, entre 18 e 29/10/2021, e em encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, vem a proposta a esta comissão para dela receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

O processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022 foi realizado por meio de consulta pública disponível no Portal da Assembleia no período de 18 a 29/10/2021 e de encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021, com representantes da sociedade civil, organizados em cinco reuniões regionais e quatro reuniões temáticas, quando foram discutidas as nove áreas temáticas finalísticas que organizam os programas do PPAG.

Por meio da consulta pública ou dos encontros *on-line*, com o suporte informacional remoto de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes apresentaram sugestões de alterações no Programa 63 – Minas + Gerais – Diversificação e Fortalecimento da Economia, da área finalística Desenvolvimento Econômico, para acrescentar R\$1.374.720,00 (um milhão, trezentos e setenta e quatro mil setecentos e vinte reais) no orçamento do Estado com o objetivo de instalar, na cidade de Bonfinópolis de Minas, uma Unidade Tecnológica e Autoprodução de Energia Fotovoltaica sob a modelagem “Fábrica Solar Social”, associando conhecimento com intensidade de trabalho em comunidades e cadeias produtivas do ecossistema Noroeste Mineiro.

De acordo com o proponente, “trata-se de uma proposta cujo objetivo é a realização tecnológica inovativa, de natureza colaborativa e com alta adesão social de autoprodução de energia solar, de modo a influenciar no cenário socioeconômico e ambiental

da região Noroeste de Minas, formada pelos 19 municípios da região Noroeste de Minas associados ao Consórcio de Saúde e Desenvolvimento dos Vales do Noroeste de Minas – Convales”.

O valor proposto abarcaria: i) a implantação de um núcleo de capacitação técnica, produção de painéis fotovoltaicos, montagem, instalação e assistência de sistemas fotovoltaicos autoproduzidos com a comunidade social de Bonfinópolis de Minas; ii) a implantação de uma unidade fabril-escola de painéis fotovoltaicos e de sistemas de geração fotovoltaica; iii) a execução de processos técnico-pedagógicos de capacitação em produção de painéis fotovoltaicos, modelagens, montagens e instalações de sistemas fotovoltaicos autoproduzidos; iv) a produção de 50Wwp de painéis fotovoltaicos; v) a capacitação de 80 representantes dos beneficiários, montagem e instalação de sistemas autoproduzidos fotovoltaicos de irrigação em 20 unidades familiares produtivas nas comunidades sociais da agricultura familiar de agregação do Noroeste Mineiro; e vi) a possibilidade de viabilizar progressivamente 90% de autonomia energética do prédio da unidade escola-fábrica em Bonfinópolis de Minas.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta em epígrafe deve ser acolhida na forma de requerimento de pedido de providências à Secretaria de Estado de Governo – Segov – encaminhando os projetos e as atividades demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, para serem executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

#### Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 153/2021 na forma do requerimento anexo. Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente e relator – Virgílio Guimarães – Sávio Souza Cruz.

#### REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 153/2021, apresentada por José Idelbrando Ferreira de Souza, da Agência de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Vale do Rio Urucua, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para a execução dos projetos e das atividades demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, indicados abaixo, no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

#### INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto / Atividade – Instalar uma Fábrica Solar Social no Município de Bonfinópolis de Minas. Trata-se de centro tecnológico e de produção, de base comunitária, que contará com as seguintes unidades e processos: 1. Núcleo de capacitação técnica, voltado para a produção de painéis fotovoltaicos, montagens, instalação e assistência de sistemas fotovoltaicos autoproduzidos com a comunidade local; 2. Unidade fabril-escola de painéis fotovoltaicos e sistemas de geração fotovoltaica; 3. Instalação de sistemas fotovoltaicos autoproduzidos na irrigação em 20 propriedades da agricultura familiar de agregação do Noroeste Mineiro; 4. Viabilização progressiva de 90% de autonomia energética do prédio da fábrica solar social.

Regionalização: Região Intermediária de Patos de Minas

Valor: R\$1.374.720,00

Categoria Econômica da Despesa: R\$687.360,00 despesa corrente e R\$687.360,00 despesa de capital

Sugestão de remanejamento: Ação 1044 – Sol de Minas – UO: Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 154/2021****Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 154/2021, elaborada coletivamente por Ana Clara Martins Albuquerque, do Fórum Permanente do Sistema de Atendimento Socioeducativo de Belo Horizonte, sugere alteração no Programa 139 – Gestão Integrada de Segurança Pública –, previsto no projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022.

A proposta foi formulada durante o processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, promovido pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que foram recebidas sugestões por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, entre 18 e 29/10/2021, e em encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022 foi realizado por meio de consulta pública disponível no Portal da Assembleia no período de 18 a 29/10/2021 e de encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021, com representantes da sociedade civil, organizados em cinco reuniões regionais e quatro reuniões temáticas, tendo sido discutidas as nove áreas temáticas finalísticas que organizam os programas do PPAG.

Por meio da consulta pública ou dos encontros *on-line*, com o suporte informacional remoto de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes apresentaram sugestão de alteração no Programa 139 – Gestão Integrada de Segurança Pública –, da área finalística Segurança Pública, com objetivo de incluir ação específica para a implantação da Escola da Socioeducação, voltada para a formação continuada dos servidores que atuam no sistema socioeducativo, tendo em vista: as particularidades da política pública socioeducativa e a necessidade da qualificação específica desses servidores, com a devida diferenciação em relação aos servidores das demais áreas da segurança pública; a singularidade do público-alvo da política pública socioeducativa; e a inexistência, no planejamento e orçamento estaduais, de iniciativas e ações destinadas a essa finalidade.

Após realizar estudo de viabilidade da sugestão, esta comissão entendeu que a proposta em epígrafe deve ser acolhida na forma de requerimento com pedido de providências à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – para que sejam priorizados, no âmbito da Ação 4415 – Recrutamento, Seleção, Formação, Capacitação e Treinamento dos Profissionais do Sistema de Justiça e Segurança Pública –, cursos para capacitação e formação continuada dos servidores que atuam no sistema socioeducativo.

**Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 154/2021 na forma do requerimento anexo.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente e relator – Virgílio Guimarães – Sávio Souza Cruz.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 154/2021, apresentada por Ana Clara Martins Albuquerque, do Fórum Permanente do Sistema de Atendimento Socioeducativo de Belo Horizonte, requer a V. Exa., nos

termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para que sejam priorizados, no âmbito da Ação 4415 – Recrutamento, Seleção, Formação, Capacitação e Treinamento dos Profissionais do Sistema de Justiça e Segurança Pública –, do Programa 139 – Gestão Integrada de Segurança Pública –, cursos para capacitação e formação continuada dos servidores que atuam no sistema socioeducativo.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

## PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 155/2021

### Comissão de Participação Popular

#### Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 155/2021, elaborada coletivamente por Ana Clara Martins Albuquerque, do Fórum Permanente do Sistema de Atendimento Socioeducativo de Belo Horizonte, sugere alteração no Programa 144 – Prevenção à Criminalidade –, previsto no projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022.

A proposta foi formulada durante o processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, promovido pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que foram recebidas sugestões por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, entre 18 e 29/10/2021, e em encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022 foi realizado por meio de consulta pública disponível no Portal da Assembleia no período de 18 a 29/10/2021 e de encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021, com representantes da sociedade civil, organizados em cinco reuniões regionais e quatro reuniões temáticas, tendo sido discutidas as nove áreas temáticas finalísticas que organizam os programas do PPAG.

Por meio da consulta pública ou dos encontros *on-line*, com o suporte informacional remoto de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, a participante apresentou sugestão de alteração no Programa 144 – Prevenção à Criminalidade –, da área finalística Segurança Pública, com objetivo de suplementar o valor autorizado para a Ação 4416 – Implantação de Unidades de Prevenção à Criminalidade – e para a Ação 4417 – Prevenção Social às Violências e Criminalidades –, sustentando a necessidade de expansão dos programas para a garantia dos atendimentos, sobretudo os realizados aos egressos do sistema socioeducativo e demais adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Após realizar estudo de viabilidade da sugestão, esta comissão entendeu que a proposta em epígrafe deve ser acolhida na forma de requerimento com pedido de informações ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública.

#### Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 155/2021 na forma do requerimento anexo.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente e relator – Virgílio Guimarães – Sávio Souza Cruz.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 155/2021, apresentada por Ana Clara Martins Albuquerque, do Fórum Permanente do Sistema de Atendimento Socioeducativo de Belo Horizonte, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre as iniciativas ou programas a serem executados no ano de 2022, e as respectivas previsões orçamentárias, no âmbito da Ação 4416 – Implantação de Unidades de Prevenção à Criminalidade – e da Ação 4417 – Prevenção Social às Violências e Criminalidades –, ambas do Programa 144 – Prevenção à Criminalidade –, especificando-se os projetos direcionados a crianças e adolescentes e aos egressos do sistema socioeducativo, tendo em vista a essencialidade do atendimento a esse público para a mitigação das vulnerabilidades e para a prevenção e redução das violências e da letalidade que incidem sobre esses segmentos.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 156/2021****Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 156/2021, elaborada coletivamente por Peterson Elizandro Gandolfi, da Universidade Federal de Uberlândia, e outros, sugere alterações no Programa 112 – Modalidades e Temáticas Especiais de Ensino –, previsto no projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022.

A proposta foi formulada durante o processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, promovido pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que foram recebidas sugestões por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, entre 18 e 29/10/2021, e em encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022 foi realizado por meio de consulta pública disponível no Portal da Assembleia no período de 18 a 29/10/2021 e de encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021, com representantes da sociedade civil, organizados em cinco reuniões regionais e quatro reuniões temáticas, tendo sido discutidas as nove áreas temáticas finalísticas que organizam os programas do PPAG.

Por meio da consulta pública ou dos encontros *on-line*, com o suporte informacional remoto de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes apresentaram sugestões de alterações no Programa 112 – Modalidades e Temáticas Especiais de Ensino –, da área finalística Educação, com objetivo de:

- oferecer oficinas de teatro e cinema para alunos da rede pública de ensino;
- fomentar a implementação das Leis nºs 10.639, de 2003 e 11.645, de 2008, por meio de material audiovisual produzido pela Universidade Federal de Uberlândia;
- oferecer oficinas pedagógicas a crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social;



– solicitar apoio a projetos profissionais de alunos egressos das Escolas Família Agrícolas, escolas do campo e de escolas técnicas agrícolas.

Dentro da política educacional do Estado, a oferta de oficinas pedagógicas ou de natureza cultural a alunos de escolas públicas deve ser planejada e aprovada pelo sistema de ensino e pelos estabelecimentos escolares e serem previstas nos respectivos projetos político-pedagógicos, observada a legislação em vigor e as matrizes curriculares vigentes, o que dificulta o atendimento das propostas no âmbito do PPAG.

Quanto à proposta de fomento à implementação das Leis nºs 10.639, de 2003, e 11.645, de 2008, seu conteúdo se identifica com o objeto da Ação 4328 – Educação das Relações Étnico-raciais. Assim, é viável o envio de requerimento à Secretaria de Estado de Educação para que avalie a possibilidade de aproveitamento do material didático produzido pela Universidade Federal de Uberlândia na execução da citada ação. Por fim, consideramos pertinente a solicitação de apoio a projetos profissionais dos alunos egressos de Escolas Família Agrícolas, escolas do campo e escolas técnicas, na medida em que guarda consonância com a política de fomento à educação do campo e de apoio às Efas.

Dessa forma, esta comissão entendeu que a proposta em epígrafe deve ser acolhida na forma de requerimentos com pedidos de providências à Secretaria de Estado de Educação.

### **Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº156/2021 na forma dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente e relator – Virgílio Guimarães – Sávio Souza Cruz.

### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 156/2021, apresentada por Peterson Elizandro Gandolfi, da Universidade Federal de Uberlândia, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que conheça o material pedagógico produzido pela Universidade Federal de Uberlândia e avalie a possibilidade de utilizá-lo na execução da Ação nº 4328 – Educação das Relações Étnico-raciais –, vinculada ao Programa 112 – Modalidades e Temáticas Especiais de Ensino – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 156/2021, apresentada por Peterson Elizandro Gandolfi, da Universidade Federal de Uberlândia, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que avalie a viabilidade de instituir apoio a projetos profissionais de estudantes egressos das Escolas Família Agrícola – Efas –, escolas do campo e escolas técnicas agrícolas.

Sala das Reuniões, de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 157/2021****Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 157/2021, elaborada coletivamente por Itamar Rodrigues, sugere alterações no Programa 110 – Organização, Avaliação e Gestão Escolar –, previsto no projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022.

A proposta foi formulada durante o processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, promovido pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que foram recebidas sugestões por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, entre 18 e 29/10/2021, e em encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022 foi realizado por meio de consulta pública disponível no Portal da Assembleia no período de 18 a 29/10/2021 e de encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021, com representantes da sociedade civil, organizados em cinco reuniões regionais e quatro reuniões temáticas, tendo sido discutidas as nove áreas temáticas finalísticas que organizam os programas do PPAG.

Por meio da consulta pública ou dos encontros *on-line*, com o suporte informacional remoto de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes apresentaram sugestões de alterações no Programa 110 – Organização, Avaliação e Gestão Escolar –, da área finalística Educação, com objetivo de priorizar a formação de professores para o uso de tecnologia da informação e comunicações, com ênfase na atuação dos Núcleos de Tecnologia Educacional – NTEs –, que existem nas Superintendências Regionais de Ensino. Segundo o proponente, apesar de os docentes serem demandados em sala de aula sobre o uso de tecnologias inovadoras, não conseguem atender os alunos, por falta de desenvolvimento de competências. Ainda segundo o proponente, os NTEs, por serem próximos da comunidade escolar, poderiam atuar como facilitadores, capacitando professores e alunos no uso da tecnologia como ferramenta pedagógica.

Considerando que os NTEs já deveriam realizar as atividades solicitadas pelo proponente, entendemos que o encaminhamento adequado é buscar informações sobre as atividades desenvolvidas por esses núcleos e solicitar providências para a capacitação dos docentes para o uso de tecnologia da informação e comunicações.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta em epígrafe deve ser acolhida na forma de requerimentos com pedidos de informações à secretária de Estado de Educação e de providências à Secretaria de Estado de Educação.

**Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 157/2021 na forma dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente e relator – Virgílio Guimarães – Sávio Souza Cruz.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 157/2021, apresentada por Itamar Rodrigues, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que utilize os Núcleos de Tecnologia Educacional como plataforma de capacitação de professores para o uso de Tecnologia da Informação e Comunicações – TIC – e para inovação em sala de aula.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 157/2021, apresentada por Itamar Rodrigues, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre as atividades atualmente desenvolvidas pelos Núcleos de Tecnologia Educacional no Estado, bem como sobre o público docente atendido.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 158/2021****Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 158/2021, elaborada coletivamente por João Humberto Zago, da Jh9.Org, sugere alterações no Programa 99 – Execução Descentralizada e Autônoma das Ações e Serviços de Saúde –, previsto no projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022.

A proposta foi formulada durante o processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, promovido pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que foram recebidas sugestões por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, entre 18 e 29/10/2021, e em encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022 foi realizado por meio de consulta pública disponível no Portal da Assembleia no período de 18 a 29/10/2021 e de encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021, com representantes da sociedade civil, organizados em cinco reuniões regionais e quatro reuniões temáticas, tendo sido discutidas as nove áreas temáticas finalísticas que organizam os programas do PPAG.

Por meio da consulta pública ou dos encontros *on-line*, com o suporte informacional remoto de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes apresentaram sugestões de alterações no Programa 99 – Execução Descentralizada e Autônoma das Ações e Serviços de Saúde –, da área finalística Saúde, com objetivo de criar ação para apoiar a Jh9.Org na

implantação de indústrias em Minas Gerais destinadas à fabricação de inaladores de hidrogênio e oxihidrogênio para auxiliar no tratamento do Covid-19, por meio da Terapia de Hidrogênio.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta em epígrafe deve ser acolhida na forma de requerimento com pedido de providências à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais para avaliar a possibilidade de abrir linha de financiamento de projetos de pesquisa sobre a terapia de hidrogênio.

#### **Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 158/2021 na forma do requerimento anexo.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente e relator – Virgílio Guimarães – Sávio Souza Cruz.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 158/2021, apresentada por João Humberto Zago, da Jh9.Org, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que avalie a possibilidade de abrir linha de financiamento de projetos de pesquisa sobre a terapia de hidrogênio.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 159/2021**

##### **Comissão de Participação Popular**

##### **Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 159/2021, elaborada coletivamente por Gustavo Ferreira Silva Carreiros, da Prefeitura Municipal de Bertópolis, sugere alterações no Programa 61 – Proteção e Salvaguarda de Acervos Culturais –, previsto no projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022.

A proposta foi formulada durante o processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, promovido pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que foram recebidas sugestões por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, entre 18 e 29/10/2021, e em encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

##### **Fundamentação**

O processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022 foi realizado por meio de consulta pública disponível no Portal da Assembleia no período de 18 a 29/10/2021 e de encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021, com representantes da sociedade civil, organizados em cinco reuniões regionais e quatro reuniões temáticas, tendo sido discutidas as nove áreas temáticas finalísticas que organizam os programas do PPAG.

Por meio da consulta pública ou dos encontros *on-line*, com o suporte informacional remoto de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes apresentaram sugestões de alterações no Programa 61 – Proteção e Salvaguarda de Acervos

Culturais –, com o objetivo de elaborar projeto de restauração da Igreja Matriz de Santana dos Ferros, em Guaraciaba, e de captar recursos para a elaboração do projeto em questão.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta em epígrafe deve ser acolhida na forma de requerimento com pedido de providências ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-MG.

#### **Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº159/2021 na forma do requerimento anexo.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente e relator – Virgílio Guimarães – Sávio Souza Cruz.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 159/2021, apresentada por Gustavo Ferreira Silva Carreiros, da Prefeitura Municipal de Bertópolis, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-MG – pedido de providências para que preste orientação e apoio à elaboração de projeto de restauração da Igreja Matriz de Santana dos Ferros, em Guaraciaba, bem como à captação de recursos para sua realização.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 160/2021**

##### **Comissão de Participação Popular**

##### **Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 160/2021, elaborada por Rafael Francisco Marques, da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica, sugere alterações no Programa 72 – Distribuição de Energia Elétrica –, previsto no projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022.

A proposta foi formulada durante o processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, promovido pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que foram recebidas sugestões por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, entre 18 e 29/10/2021, e em encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, vem a proposta a esta comissão para dela receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

##### **Fundamentação**

O processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022 foi realizado por meio de consulta pública disponível no Portal da Assembleia no período de 18 a 29/10/2021 e de encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021, com representantes da sociedade civil, organizados em cinco reuniões regionais e quatro reuniões temáticas, quando foram discutidas as nove áreas temáticas finalísticas que organizam os programas do PPAG.

Por meio da consulta pública ou dos encontros *on-line*, com o suporte informacional remoto de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes apresentaram sugestões de alterações no Programa 72 – Distribuição de Energia Elétrica, da área finalística Desenvolvimento Econômico, com os seguintes objetivos:

- Criar ação para aprimoramento da infraestrutura de distribuição de energia elétrica, com os seguintes atributos:
  - Unidade responsável: Distribuidoras de energia elétrica do Estado de Minas Gerais.
  - Finalidade: Implementação de novas subestações de distribuição e extensão de linhas de subtransmissão e de distribuição para conexão de projetos de geração distribuída de energia elétrica.
  - Produto: Aumento do número de subestações e da extensão (em quilômetro) das linhas de subtransmissão e distribuição.
  - Público-alvo: Sociedade mineira em geral (consumidores de energia elétrica residenciais, comerciais e prestadores de serviço, industriais, produtores rurais e edificações públicas).
- Criar ação para atualizar a Lei nº 22.549, de 2017, com vistas a manter os benefícios referentes ao ICMS na circulação de energia elétrica até 2028, com os seguintes atributos:
  - Unidade responsável: Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais e Governo do Estado de Minas Gerais.
  - Finalidade: Extensão do prazo de validade da Lei nº 22.549, de 30 de junho de 2017, de dezembro de 2022 para dezembro de 2028, a fim de garantir os benefícios relativos à isenção de ICMS sobre a circulação de energia elétrica para unidades consumidoras de energia elétrica com micro ou minigeração distribuída de até 5 MW enquadradas em todas as modalidades previstas na Resolução nº 482/2012, incluindo a isenção sobre a parcela referente a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD).
  - Produto: Extensão do prazo de validade da Lei nº 22.549/2017.
  - Público-alvo: Consumidores de energia elétrica que fazem uso do sistema de compensação de energia elétrica (SCEE).
  - Criar ação para atualizar o Convênio Confaz nº 101/1997, que concede isenção de ICMS nas operações com equipamentos e componentes para o aproveitamento das energias solar e eólica que especifica, com os seguintes atributos:
    - Unidade responsável: Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais e Governo do Estado de Minas Gerais.
    - Finalidade: Atualização do Convênio Confaz nº 101/1997, de modo a contemplar os equipamentos solares fotovoltaicos (como inversores, estruturas, *stringbox*, gerador CA, sistemas de armazenamento, etc.) e os insumos produtivos desses equipamentos, garantindo assim a isonomia tributária.
    - Produto: Atualização do Convênio Confaz nº 101/1997
    - Público-alvo: Administração pública, produtores e consumidores de energia elétrica.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta em epígrafe deve ser acolhida na forma de requerimentos com pedidos de providências à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig –, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – e à Secretaria de Estado da Fazenda – SEF.

### Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 160/2021 na forma dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente e relator – Virgílio Guimarães – Sávio Souza Cruz.

### REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 160/2021, apresentada por Rafael Francisco Marques, da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que aprimore sua infraestrutura de distribuição de energia elétrica, especialmente por meio da implantação de novas subestações de distribuição e da extensão de linhas de subtransmissão e de distribuição para conexão de projetos de geração distribuída de energia elétrica.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 160/2021, apresentada por Rafael Francisco Marques, da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado da Fazenda – SEF – pedido de providências para que o Estado de Minas Gerais proponha a atualização do Convênio Confaz nº 101/1997, de modo a contemplar os equipamentos solares fotovoltaicos – como inversores, estruturas, *stringbox*, gerador CA e sistemas de armazenamento – e os insumos produtivos desses equipamentos, de forma a garantir a isonomia tributária.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 160/2021, apresentada por Rafael Francisco Marques, da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – pedido de providências para que o Estado de Minas Gerais proponha a atualização do Convênio Confaz nº 101/1997, de modo a contemplar os equipamentos solares fotovoltaicos – como inversores, estruturas, *stringbox*, gerador CA e sistemas de armazenamento – e os insumos produtivos desses equipamentos, de forma a garantir a isonomia tributária.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 160/2021, apresentada por Rafael Francisco Marques, da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado da Fazenda – SEF – pedido de providências para que o Estado de Minas Gerais estenda o prazo de validade do benefício instituído pelo art. 48 da Lei nº 22.549, de 2017, levando em consideração a alteração no inciso III do § 2º do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 160, de 2017.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 160/2021, apresentada por Rafael Francisco Marques, da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – pedido de providências para que o Estado de Minas Gerais estenda o prazo de validade do benefício instituído pelo art. 48 da Lei nº 22.549, de 2017, levando em consideração a alteração no inciso III do § 2º do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 160, de 2017.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 161/2021****Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 161/2021, elaborada por Rafael Francisco Marques, da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica, sugere alterações no Programa 92 – Transmissão de Energia Elétrica –, previsto no projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022.

A proposta foi formulada durante o processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, promovido pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que foram recebidas sugestões por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, entre 18 e 29/10/2021, e em encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, vem a proposta a esta comissão para dela receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022 foi realizado por meio de consulta pública disponível no Portal da Assembleia no período de 18 a 29/10/2021 e de encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021, com representantes da sociedade civil, organizados em cinco reuniões regionais e quatro reuniões temáticas, quando foram discutidas as nove áreas temáticas finalísticas que organizam os programas do PPAG.

Por meio da consulta pública ou dos encontros *on-line*, com o suporte informacional remoto de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes apresentaram sugestões de alterações no Programa 92 – Transmissão de Energia Elétrica, da área finalística de Desenvolvimento Econômico, com o objetivo de:

- Criar ação para aprimoramento da infraestrutura de transmissão de energia elétrica, com os seguintes atributos:
- Unidade Responsável: Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS –, Empresa de Pesquisa Energética – EPE – e distribuidoras de energia elétrica.
- Finalidade: Realização dos estudos de transmissão necessários para o Norte de Minas Gerais, para viabilizar a implantação de novas linhas de transmissão para o escoamento de energia elétrica de usinas solares fotovoltaicas de grande porte.
- Produto: Estudos concluídos e leilão de transmissão realizado.
- Público-alvo: Sociedade brasileira como um todo, uma vez que a energia elétrica produzida por estas usinas poderá atender a todos a consumidores localizados em qualquer região do Sistema Interligado Nacional – SIN.



Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta em epígrafe deve ser acolhida na forma de requerimentos com pedidos de providências à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig.

#### **Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 161/2021 na forma dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente e relator – Virgílio Guimarães – Sávio Souza Cruz.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 161/2021, apresentada por Rafael Francisco Marques, da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que amplie a infraestrutura de transmissão e distribuição de energia elétrica para a Região Norte, particularmente para as usinas solares fotovoltaicas, em consonância com os estudos elaborados em 2020 pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE – e que, em especial, envide esforços para executar nessa região os investimentos de pequena monta e que possam ser implementados via processo autorizativo.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 161/2021, apresentada por Rafael Francisco Marques, da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que, com apoio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede –, se articule com a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel – para que sejam agilizados e priorizados leilões dos projetos de transmissão, de novas linhas e de aumento de capacidade conforme estudo sobre a Região Norte de Minas, realizado pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 161/2021, apresentada por Rafael Francisco Marques, da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que elabore análise preliminar e, com apoio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede –, se articule com a Empresa de Pesquisa Energética – EPE – ou faça demanda formal a essa entidade no sentido de que sejam feitos novos levantamentos sobre o potencial para expansão da energia solar fotovoltaica em áreas da Região Norte e em outras regiões do Estado nas quais não se tenham estudos concluídos sobre esse tema e exista evidente demanda de energia não atendida por falta de capacidade de transmissão e distribuição.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

## PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 162/2021

### Comissão de Participação Popular

#### Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 162/2021, elaborada coletivamente por Antônio Giacomini Ribeiro, do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba, e outros, sugere alterações no Programa 91 – Gestão e Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos –, previsto no projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022.

A proposta foi formulada durante o processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, promovido pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que foram recebidas sugestões por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, entre 18 e 29/10/2021, e em encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, vem a proposta a esta comissão para dela receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022 foi realizado por meio de consulta pública disponível no Portal da Assembleia no período de 18 a 29/10/2021 e de encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021, com representantes da sociedade civil, organizados em cinco reuniões regionais e quatro reuniões temáticas, quando foram discutidas as nove áreas temáticas finalísticas que organizam os programas do PPAG.

Por meio da consulta pública ou dos encontros *on-line*, com o suporte informacional remoto de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes apresentaram sugestões de alterações no Programa 91 – Gestão e Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos, da área finalística de Meio Ambiente, com os seguintes objetivos:

– Destinar recursos no valor de R\$1.400.000,00 à ação 4547 – Monitoramento da Qualidade da Água –, para monitorar as águas do Rio Jequitinhonha mensalmente, a fim de aferir o grau de contaminação por mercúrio e ou outros contaminantes derivados do garimpo. Aumentar a periodicidade a cada ano até chegar ao monitoramento mensal.

– Destinar recursos no valor de R\$350.000,00, no âmbito do Programa 091, em 2022, especificando sua destinação para que os comitês de bacias hidrográficas, junto com os municípios, realizem expedição anual pelo Rio Jequitinhonha, de forma a fazer interlocução com as comunidades ribeirinhas e catalogá-las, fomentar o turismo no rio, analisar a quantidade e a qualidade de suas águas, coletar e analisar seus peixes, realizar ações de educação ambiental e de mobilização social em parceria com universidades. (Repetir o valor nos próximos anos.)

– Destinar recursos no valor de R\$600.000,00 (para o ano de 2022 e manter o valor para 2023) à Ação 4054 – Elaboração e implementação do Programa Estratégico de Segurança Hídrica e Revitalização das Bacias Hidrográficas de Minas Gerais (Somos Todos Água) – ou à Ação 4216 – Planejamento e Regulação dos Recursos Hídricos –, sendo R\$200.000,00 por sub-bacia, especificando sua destinação para a elaboração de plano específico para a gestão de conflitos por recursos hídricos, nas sub-bacias do Córrego Bebedouro, do Ribeirão Douradinho e do Rio Piedade e para a realização de ações voltadas para o combate à contaminação por agrotóxicos.

– No âmbito da Ação 4054 – Elaboração e implementação do Programa Estratégico de Segurança Hídrica e Revitalização das Bacias Hidrográficas de Minas Gerais (Somos Todos Água), acrescentar meta financeira de R\$1.500.000.00 para 2022 e de R\$1.500.000.00 para 2023, com a finalidade de promover a revitalização, a conservação e a preservação da Bacia Hidrográfica do Rio Araçuaí.

– Solicitar providências à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa –, para que encaminhe os documentos que atestem a regularidade da Barragem do Rio Mosquito, no município de Serranópolis.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta em epígrafe deve ser acolhida na forma de requerimento com pedido de providências encaminhando à Secretaria de Estado de Governo – Segov – os projetos e as atividades demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, para serem executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã –, e de requerimentos com pedido de informações à secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e pedidos de providências ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – e à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável desta Casa.

### **Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 162/2021 na forma dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente e relator – Virgílio Guimarães – Sávio Souza Cruz.

### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 162/2021, apresentada por Antônio Giacomini Ribeiro, do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para a execução dos projetos e das atividades demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, indicados abaixo, no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

#### **INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES**

Projeto / Atividade – Instalação de três plataformas de monitoramento hidrometeorológico do Córrego Bebedouro, do Ribeirão Douradinho e do Rio Piedade para medição da qualidade e quantidade de água, a fim de identificar os conflitos pelo uso da água na região, bem como monitorar a presença de agrotóxicos nas águas.

Regionalização: Estadual

Valor: R\$156.000,00

Categoria Econômica da Despesa: capital

Sugestão de remanejamento: Ação 4265 – Monitoramento Hidrometeorológico – UO: Igam.

Projeto / Atividade – Realizar o monitoramento mensal das águas do Rio Jequitinhonha, com a finalidade de identificar o grau de contaminação por mercúrio e ou outros contaminantes derivados do garimpo.

Regionalização: Estadual

Valor: R\$168.000,00

Categoria Econômica da Despesa: corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4265 – Monitoramento Hidrometeorológico – UO: Igam.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 162/2021, apresentada por Antônio Giacomini Ribeiro, do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de providências para que, no âmbito da Ação 4547 – Monitoramento da Qualidade da Água –, realize o monitoramento mensal das águas do Rio Jequitinhonha, com a finalidade de identificar o grau de sua contaminação por mercúrio e outros contaminantes derivados do garimpo.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 162/2021, apresentada por Antônio Giacomini Ribeiro, do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de providências para que, na execução da Ação 4054 – Elaboração e Implementação do Programa Estratégico de Segurança Hídrica e Revitalização das Bacias Hidrográficas de Minas Gerais (Somos Todos Água) –, seja dada atenção especial à gestão das áreas de conflito pelo uso dos recursos hídricos nas sub-bacias hidrográficas do Córrego Bebedouro, do Ribeirão Douradinho e do Rio Piedade.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 162/2021, apresentada por Antônio Giacomini Ribeiro, do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de providências para que, na execução da Ação 4054 – Elaboração e Implementação do Programa Estratégico de Segurança Hídrica e Revitalização das Bacias Hidrográficas de Minas Gerais (Somos Todos Água) –, sejam realizadas ações voltadas para o combate à contaminação por agrotóxicos.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 162/2021, apresentada por Antônio Giacomini Ribeiro, do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de providências para que, na execução da Ação 4054 – Elaboração e Implementação do Programa Estratégico de Segurança Hídrica e Revitalização das Bacias Hidrográficas de Minas Gerais (Somos Todos Água) –, sejam promovidas atividades de recuperação e conservação das nascentes e de construção de barramentos de pequeno ou médio porte nos afluentes do Rio Araçuaí, com objetivo de promover o controle de vazão nesse curso d'água.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 162/2021, apresentada por Antônio Giacomini Ribeiro, do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de providências para que, na execução da Ação 4054 – Elaboração e Implementação do Programa Estratégico de Segurança Hídrica e Revitalização das Bacias Hidrográficas de Minas Gerais (Somos Todos Água) –, seja analisada a viabilidade de elaboração de estudo técnico para recuperação ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Araçuaí.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 162/2021, apresentada por Antônio Giacomini Ribeiro, do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providências à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da ALMG, sugerindo a realização de audiência pública para debater a necessidade de se agilizar a implementação de agências nas bacias hidrográficas do Estado onde elas ainda não estão instituídas.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 162/2021, apresentada por Antônio Giacomini Ribeiro, do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de informações substanciadas nos documentos que atestem a regularidade fundiária da Barragem do Rio Mosquito, no Município de Serranópolis.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 163/2021****Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 163/2021, elaborada coletivamente por Luciano Amador dos Santos Júnior, do Instituto Auguste de Saint Hilaire, sugere alterações no Programa 50 – Turismo Competitivo –, previsto no projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022.

A proposta foi formulada durante o processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, promovido pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que foram recebidas sugestões por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, entre 18 e 29/10/2021, e em encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022 foi realizado por meio de consulta pública disponível no Portal da Assembleia no período de 18 a 29/10/2021 e de encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021, com representantes da sociedade civil, organizados em cinco reuniões regionais e quatro reuniões temáticas, tendo sido discutidas as nove áreas temáticas finalísticas que organizam os programas do PPAG.

Por meio da consulta pública ou dos encontros *on-line*, com o suporte informacional remoto de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes apresentaram sugestões de alterações no Programa 50 – Turismo Competitivo –, da área finalística Cultura e Turismo. Em especial, a proposta de ação legislativa em estudo tem o objetivo de destinar R\$550 mil reais para a execução do projeto intermunicipal Caminho Saint Hilaire – CaSHi –, no âmbito da Ação 4234 – Diversificação da Oferta Turística de Minas Gerais. Trata-se de rota turística ao longo da Serra do Espinhaço, com foco em ciclistas e caminhantes, que dispõe de importantes atrativos naturais, culturais e históricos.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta em epígrafe deve ser acolhida na forma de requerimento com pedido de providências encaminhando à Secretaria de Estado de Governo – Segov – os projetos e atividades demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, para serem executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

**Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 163/2021 na forma do requerimento anexo. Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente e relator – Virgílio Guimarães – Sávio Souza Cruz.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 163/2021, apresentada por Luciano Amador dos Santos Júnior, do Instituto Auguste de Saint Hilaire, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências solicitando a execução dos projetos e atividades demandados pela população

e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, indicados abaixo, no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

#### INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto / Atividade: Projeto Intermunicipal Caminho Saint Hilaire – CaSHi

Regionalização: RI Teófilo Otoni, RI Belo Horizonte

Valor: R\$550.000,00

Categoria Econômica da Despesa: Corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4234 – Diversificação da Oferta Turística de Minas Gerais – UO: Secult

Sala das Reuniões, de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

### PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 164/2021

#### Comissão de Participação Popular

##### Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 164/2021, elaborada por Antônio Giacomini Ribeiro, do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba, sugere alterações no Programa 93 – Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos –, previsto no projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022.

A proposta foi formulada durante o processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, promovido pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que foram recebidas sugestões por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, entre 18 e 29/10/2021, e em encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, vem a proposta a esta comissão para dela receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

##### Fundamentação

O processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022 foi realizado por meio de consulta pública disponível no Portal da Assembleia no período de 18 a 29/10/2021 e de encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021, com representantes da sociedade civil, organizados em cinco reuniões regionais e quatro reuniões temáticas, quando foram discutidas as nove áreas temáticas finalísticas que organizam os programas do PPAG.

Por meio da consulta pública ou dos encontros *on-line*, com o suporte informacional remoto de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes apresentaram sugestão de alteração no Programa 93 – Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos, da área finalística Meio Ambiente, com objetivo de destinar o montante de R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) para a Ação 4390 – Elaboração e Atualização dos Instrumentos de Planejamento de Recursos Hídricos –, especificando o gasto para a elaboração do enquadramento dos seguintes cursos d'água: Rio da Prata/Tijuco, da nascente do Rio Piracanjuba até a foz (49°51'42,667" w 18°48'24,006" s); Rio Tijuco, da nascente até a foz (50°5'5,584" w 18°39'55,832" s); e Rio Arantes, da nascente até a foz (50°44'33,564" w 19°12'57,832" s).

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta em epígrafe deve ser acolhida na forma de requerimento com pedido de providências ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – para que, na execução da Ação 4390, seja implementado o enquadramento dos cursos d'água supracitados.

#### **Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 164/2021 na forma do requerimento anexo.  
Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente e relator – Virgílio Guimarães – Sávio Souza Cruz.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 164/2021, apresentada por Antônio Giacomini Ribeiro, do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de providências para que, na execução da Ação 4390 – Elaboração e Atualização dos Instrumentos de Planejamento de Recursos Hídricos –, do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023, seja elaborado o enquadramento dos seguintes cursos d'água: Rio da Prata/Tijuco, da nascente do Rio Piracanjuba até a foz (49°51'42,667"w 18°48'24,006"s); Rio Tijuco, da nascente até a foz (50°5'5,584"w 18°39'55,832"s); e Rio Arantes, da nascente até a foz (50°44'33,564"w 19°12'57,832"s).

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 165/2021**

##### **Comissão de Participação Popular**

##### **Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 165/2021, elaborada coletivamente por Antônio Geraldo de Oliveira, do Comitê da Bacia Hidrográfica Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba, e outros, sugere alterações no Programa 104 – Proteção das Áreas Ambientalmente Conservadas, da Fauna e da Biodiversidade Florestal –, previsto no projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022.

A proposta foi formulada durante o processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, promovido pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que foram recebidas sugestões por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, entre 18 e 29/10/2021, e em encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, vem a proposta a esta comissão para dela receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

##### **Fundamentação**

O processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022 foi realizado por meio de consulta pública disponível no Portal da Assembleia no período de 18 a 29/10/2021 e de encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021, com representantes da sociedade civil, organizados em cinco reuniões regionais e quatro reuniões temáticas, quando foram discutidas as nove áreas temáticas finalísticas que organizam os programas do PPAG.



Por meio da consulta pública ou dos encontros *on-line*, com o suporte informacional remoto de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes apresentaram sugestões de alterações no Programa 104 – Proteção das Áreas Ambientalmente Conservadas, da Fauna e da Biodiversidade Florestal –, da área finalística Meio Ambiente, com os seguintes objetivos:

i) enviar requerimento ao Instituto Estadual de Florestas – IEF –, solicitando providências para a quitação do passivo do Programa Bolsa Verde referente aos editais abertos nos anos de 2010 e 2011, além da possibilidade de abertura de novos editais do programa;

ii) dobrar as metas física e financeira da Ação 4276 – Recuperação Ambiental – para o ano de 2022, destinando o valor para o pagamento do Programa Bolsa Verde;

iii) enviar requerimento com pedido de providências ao IEF com pedido de providências para que sejam abertos novos editais do Programa Bolsa Verde, com especial atenção para as regiões do Triângulo e do Alto Paranaíba na execução da Ação 4363 – Bolsa Verde: Conservação e Ampliação da Cobertura Vegetal Nativa;

iv) alocar recursos na Ação 4276 – Recuperação Ambiental –, ou outra mais pertinente, com destinação específica para a recuperação da vegetação no entorno da barragem localizada no Rio Mosquito, no Município de Serranópolis; e

v) implementar o Projeto Centro de Educação Ambiental na Escola Estadual Paulina Rigotti de Castro, localizada no Município de Machado. A proposta apresentada prevê a construção de um viveiro de mudas de espécies nativas e de um espaço chamado Sala Verde, destinado à realização de atividades de educação ambiental. Os proponentes destacam que o centro será aberto à comunidade, capacitará professores e alunos da própria escola, receberá visitas de outras instituições de ensino e realizará atividades de semeadura, plantio de mudas, caminhadas ecológicas, visitação a nascentes, ao Rio Machado e ao Parque Ambiental São Francisco de Assis. Por fim, a proposta pretende cercar toda a extensão dos 16.000m<sup>2</sup> do referido parque, plantar 30 mil mudas em 200km de extensão da mata ciliar do Rio Machado e realizar limpeza para a retirada de lixo do local.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta em epígrafe deve ser acolhida na forma de requerimento com pedido de providências à Secretaria de Estado de Governo – Segov – encaminhando os projetos e as atividades demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, para serem executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã –, e de requerimentos com pedidos de providências ao IEF e à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

### Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 165/2021 na forma dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente e relator – Virgílio Guimarães – Sávio Souza Cruz.

### REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 165/2021, apresentada por Antônio Geraldo de Oliveira, do Comitê da Bacia Hidrográfica Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para a execução dos projetos e das atividades demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, indicados abaixo, no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

**INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES**

Projeto / Atividade – Construção de um viveiro de mudas na Escola Estadual Paulina Rigotti de Castro, localiza no Município de Machado, voltado para o cultivo de mudas de espécies nativas da região, para a realização de ações de semeadura, de plantio de mudas e de cercamento de áreas protegidas e, ainda, a criação do espaço denominado Sala Verde, destinado à realização de atividades de educação ambiental.

Regionalização: RI Varginha

Valor: R\$100.000,00

Categoria Econômica da Despesa: despesa corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4276 – Recuperação Ambiental – UO: Instituto Estadual de Florestas – IEF

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 165/2021, apresentada por Antônio Geraldo de Oliveira, do Comitê da Bacia Hidrográfica Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para a quitação do passivo do Programa Bolsa Verde referente aos editais abertos nos anos de 2010 e 2011, bem como para que estude a possibilidade de abertura de novos editais do programa.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 165/2021, apresentada por Antônio Geraldo de Oliveira, do Comitê da Bacia Hidrográfica Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para a recuperação da vegetação no entorno da barragem localizada no Rio Mosquito, no Município de Serranópolis.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 165/2021, apresentada por Antônio Geraldo de Oliveira, do Comitê da Bacia Hidrográfica Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para que estude a viabilidade de executar ações de preservação das nascentes e de recuperação da mata ciliar da Bacia do Rio Machado.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 165/2021, apresentada por Antônio Geraldo de Oliveira, do Comitê da Bacia Hidrográfica Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para o desenvolvimento de projetos ambientais na Escola Estadual Paulina Rigotti de Castro, localizada no Município de Machado, em especial a construção de um viveiro de mudas de espécies nativas da região e a realização de ações de semeadura, de plantio de mudas e de cercamento de áreas protegidas, tendo em vista o aporte de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) na Ação 4276 – Recuperação Ambiental – para esse fim.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 165/2021, apresentada por Antônio Geraldo de Oliveira, do Comitê da Bacia Hidrográfica Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que estude maneiras de apoiar a Escola Estadual Paulina Rigotti de Castro, localizada no Município de Machado, na criação de uma Sala Verde, espaço destinado à realização de ações de educação ambiental, tendo em vista o aporte de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) na Ação 4276 – Recuperação Ambiental –, de responsabilidade do Instituto Estadual de Florestas – IEF –, voltada para a criação de um viveiro de mudas e para a implantação da referida Sala Verde.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 166/2021****Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 166/2021, elaborada coletivamente por Cecília Aparecida do Carmo, da Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Vale do Rio Doce – CRSANS/VRD –, e outros, sugere alterações no Programa 120 – GESTÃO AMBIENTAL E SANEAMENTO –, previsto no projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022.

A proposta foi formulada durante o processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, promovido pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que foram recebidas sugestões por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, entre 18 e 29/10/2021, e em encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, vem a proposta a esta comissão para dela receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022 foi realizado por meio de consulta pública disponível no Portal da Assembleia no período de 18 a 29/10/2021 e de encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021, com

representantes da sociedade civil, organizados em cinco reuniões regionais e quatro reuniões temáticas, quando foram discutidas as nove áreas temáticas finalísticas que organizam os programas do PPAG.

Por meio da consulta pública ou dos encontros *on-line*, com o suporte informacional remoto de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes apresentaram sugestões de alterações no Programa 120 – Gestão Ambiental e Saneamento, da área finalística de Meio Ambiente, com objetivo de:

– Destinar R\$700.000,00, na ação 4321 – Promoção das Políticas Públicas de Saneamento – para implantação 100 unidades de sistemas integrados de tratamento de esgoto em áreas rurais (50 para a Bacia do Rio Doce e 50 para a do Jequitinhonha), utilizando tecnologias sociais, nos municípios da Bacia dos Rios Doce e Jequitinhonha;

– Acréscimo de R\$500.000,00 na meta financeira da Ação 4321 – Promoção das Políticas Públicas de Saneamento – com destinação aos municípios no entorno do Lago de Furnas, para o desenvolvimento de projetos de saneamento rural visando à descontaminação/despoluição da água da represa;

– Requerimento à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – solicitando providências para apoio à organização, ao fomento e à qualificação das organizações de catadores de material reciclável de base rural, para que possam ser beneficiadas futuramente com incentivo do Bolsa Reciclagem;

– Replicação de Tecnologias Sociais de Saneamento Rural como estratégia de recuperação integrada da capacidade produtiva da Bacia do Rio Mucuri, como a Fossa Séptica Biodigestora ou a Evapotranspiradora, bem como o Círculo de Bananeiras, que são soluções eficazes e com ampla literatura já consolidada. A proposta tem por objetivo a replicação dessas tecnologias já testadas na região, segundo suas especificidades, em pelo menos 10 comunidades quilombolas e 3 indígenas. Valor da proposta: R\$500.000,00 (quinhentos mil reais);

– Considerando a publicação, em 2020, do marco legal e regulatório do setor de saneamento:

– Analisar a implantação do processo de regionalização do setor de saneamento no Estado de Minas Gerais, sob a ótica dos elementos e dos princípios do Direito Humano à Água e ao Esgotamento Sanitário – DHAES;

– Comparar o modelo de regionalização do setor de saneamento do Estado de Minas Gerais com outros modelos no País, com foco na inclusão das populações em situação de vulnerabilidade, em especial, as populações rurais, com os seguintes objetivos: 1) avaliar a inclusão dos diversos grupos sociais nos processos decisórios; 2) verificar os impactos da regionalização sobre a aplicação das tarifas sociais e a proteção dos usuários em maiores condições de vulnerabilidade; 3) analisar como as empresas planejam ampliar o acesso da população rural e da população urbana em condições de vulnerabilidade aos serviços de água e esgotos; 4) verificar em que medida e de que forma os municípios com maior índice de vulnerabilidade estão inseridos nos arranjos regionais no Estado de Minas Gerias e nos outros modelos de regionalização no País; 5) analisar como municípios com mais baixo IDH e as populações em situação de vulnerabilidade, em especial as populações rurais, estão incluídas nos processos decisórios das unidades regionais; 6) analisar como as prestadoras de serviço abordam o acesso das populações vulnerabilizadas, em especial as populações rurais, aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, comparando o modelo de Minas Gerais como o de outros estados brasileiros.

– Ação nova – Tratamento de esgoto sanitário no Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha. Unidade Responsável: Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. – Copanor. Finalidade: Implantar e operacionalizar a coleta e o tratamento do esgoto sanitário nos municípios do Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha. Produto: Esgoto sanitário coletado/tratado. Público-Alvo: Usuários da infraestrutura administrativa e operacional da empresa (Copasa e Copanor). Meta física: 1 (Janela Orçamentária). Meta Financeira: 1.000 (Janela Orçamentária).

– Ação 8004 – Gestão ambiental e Saneamento: Meta Física: 1000 fossas de evapotranspiração, a serem implantadas nas zonas rurais. Meta financeira: R\$3.000.000,00.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta em epígrafe deve ser acolhida na forma de requerimento com pedido de providências à Secretaria de Estado de Governo – Segov – encaminhando os projetos e as atividades demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, para serem executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã –, e de requerimentos com pedidos de providências à Semad e à Copanor.

### **Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 166/2021 na forma dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente e relator – Virgílio Guimarães – Sávio Souza Cruz.

### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 166/2021, apresentada por Cecília Aparecida do Carmo, da Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Vale do Rio Doce – CRSANS/VRD, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências solicitando a execução dos projetos e atividades demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, indicados abaixo, no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

#### **INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES**

Projeto / Atividade – Implantação de 100 unidades de sistemas integrados de tratamento de esgoto em áreas rurais (50 para a bacia do Rio Doce e 50 para Jequitinhonha), utilizando tecnologias sociais, nos municípios da bacia do Rio Doce e Jequitinhonha, sendo priorizados os municípios de menor IDH.

Regionalização: Estadual

Valor: R\$500.000,00

Categoria Econômica da Despesa: corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4321 – Promoção das Políticas Públicas de Saneamento – UO: Semad

Projeto / Atividade – Elaboração de projetos de saneamento rural visando a descontaminação/despoluição das águas da Represa de Furnas e dos Rios Verde e Machado.

Regionalização: Estadual

Valor: R\$450.000,00

Categoria Econômica da Despesa: corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4321 – Promoção das Políticas Públicas de Saneamento – UO: Semad

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 166/2021, apresentada por Cecília Aparecida do Carmo, da Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Vale do Rio Doce – CRSANS/VRD –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que, no âmbito do Programa 120 – Gestão Ambiental e Saneamento, avalie a viabilidade da implantação de sistemas integrados de saneamento rural nas comunidades quilombolas e indígenas da região do Vale do Mucuri, por meio das seguintes tecnologias sociais já testadas nessa região: Fossa Séptica Biodigestora ou Evapotranspiradora e Círculo de Bananeiras.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 166/2021, apresentada por Cecília Aparecida do Carmo, da Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Vale do Rio Doce – CRSANS/VRD –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que, no âmbito do Programa 120 – Gestão Ambiental e Saneamento, avalie a viabilidade da implantação de 1.000 fossas de evapotranspiração ou outros sistemas integrados de tratamento de esgotos que utilizem tecnologia social, nas áreas rurais dos municípios da Região Intermediária de Montes Claros, com prioridade para os municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 166/2021, apresentada por Cecília Aparecida do Carmo, da Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Vale do Rio Doce – CRSANS/VRD –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que a implementação das Unidades Regionais de Saneamento Básico no Estado, em atendimento ao Novo Marco Legal do Saneamento (Lei Federal nº 14.026/2020), seja feita de forma a serem respeitados os elementos e os princípios do Direito Humano à Água e ao Esgotamento Sanitário – DHAES – e para que sejam comparados o modelo de regionalização adotado no Estado com outros no País, com foco na inclusão das populações em situação de vulnerabilidade, em especial as populações rurais.

Especificamente, solicita-se atenção especial para as seguintes questões: 1) incluir os diversos grupos sociais nos processos decisórios; 2) atentar para os impactos da regionalização sobre a aplicação das tarifas sociais e a proteção dos usuários em maiores condições de vulnerabilidade; 3) verificar como as empresas poderiam ampliar o acesso da população rural e da população urbana em condições de vulnerabilidade aos serviços de água e esgotos; 4) verificar como os municípios com maior índice de vulnerabilidade estão inseridos nos arranjos regionais em Minas Gerais e nos outros modelos de regionalização no País; 5) verificar como os municípios com mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – e as populações em situação de vulnerabilidade, em especial as populações rurais, estão incluídas nos processos decisórios das unidades regionais; 6) verificar como as prestadoras podem

garantir o acesso das populações vulnerabilizadas aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em especial as populações rurais.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 166/2021, apresentada por Cecília Aparecida do Carmo, da Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Vale do Rio Doce – CRSANS/VRD –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A – Copanor – pedido de providências para que sejam ampliados os serviços de coleta e tratamento de esgoto nos municípios do Vale do Jequitinhonha, em especial nos que estão localizados às margens dos Rios Jequitinhonha e Araçuaí.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 166/2021, apresentada por Cecília Aparecida do Carmo, da Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Vale do Rio Doce – CRSANS/VRD –, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que apoie a organização, o fomento e a qualificação das organizações de catadores de material reciclável de base rural, de modo que possam ser beneficiadas futuramente com o incentivo do Bolsa Reciclagem.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

### **PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 167/2021**

#### **Comissão de Participação Popular**

##### **Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 167/2021, elaborada coletivamente por Anderson Souza e Silva, da Associação de Desenvolvimento Comunitário e de Agricultura Familiar de Penha do Capim, e outros, sugere alterações no Programa 127 – Infraestrutura Rural e Agricultura Sustentável –, previsto no projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022.

A proposta foi formulada durante o processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, promovido pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que foram recebidas sugestões por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, entre 18 e 29/10/2021, e em encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, vem a proposta a esta comissão para dela receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

### Fundamentação

O processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022 foi realizado por meio de consulta pública disponível no Portal da Assembleia no período de 18 a 29/10/2021 e de encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021, com representantes da sociedade civil, organizados em cinco reuniões regionais e quatro reuniões temáticas, quando foram discutidas as nove áreas temáticas finalísticas que organizam os programas do PPAG.

Por meio da consulta pública ou dos encontros *on-line*, com o suporte informacional remoto de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes apresentaram sugestões de alterações no Programa 127 – Infraestrutura Rural e Agricultura Sustentável, da área finalística Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com os seguintes objetivos:

– Enviar requerimento à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa –, para que reforce o acompanhamento dos recursos oriundos do acordo firmado com a Vale para implantação de barraginhas, curvas de nível, lagunhos e projetos de recuperação de nascentes nos municípios que foram atingidos pelo rompimento da Barragem da Vale, principalmente aqueles da Bacia do Rio Paraopeba;

– Enviar requerimento à Seapa para solicitar o desenvolvimento de projeto para implantação de barragens, barraginhas e de melhoria de infraestrutura para atendimento dos municípios da bacia do Rio Doce;

– Destinar recursos à Ação 4512 – Recuperação Integrada da Capacidade Produtiva das Bacias – com alocação específica para a implantação de barraginhas, curvas de nível e projetos de recuperação de nascentes, nos municípios atingidos pelo rompimento das barragens da Samarco, na Bacia do Rio Doce;

– Acrescentar recursos na Ação 4495 – Construção de Barragens – para a construção de barragens para uso múltiplo de recursos hídricos em propriedades rurais nas regiões de Teófilo Otoni e Governador Valadares, assegurando atendimento ao Município de Resplendor. Valor estimado: de R\$250.000,00 a R\$500.000,00 para cada reservatório.

– Enviar requerimento à Seapa, com pedido de informações sobre o aproveitamento e a segurança da barragem do Rio Mosquito, no Município de Serranópolis;

– Destinar recursos à Ação 4448 – Mecanização do Campo – com alocação específica para a aquisição de pá carregadeira para construção de barraginhas para agricultores familiares das localidades de Alto Capim e Penha do Capim, no Município de Aimorés. Custo estimado: R\$900.000,00;

– Ampliar as metas da Ação 4492 – Irriga Minas – com acréscimo de 250 *kits* na meta física, no valor de R\$528.000,00;

– Enviar requerimento à Seapa para avaliar a possibilidade de inclusão de bomba vibratória (bomba-sapo) nos *kits* que compõem o produto da Ação 4492 – Irriga Minas;

– Na Ação 4512, alocar recursos na Região Intermediária de Teófilo Otoni para desenvolvimento de projeto executivo de recuperação de bacia hidrográfica, com foco na Bacia do Mucuri. Valor: R\$250.000,00;

– Enviar requerimento à Seapa para que dê especial atenção ao cercamento de nascentes, construção de barraginhas e terraceamentos, plantio de árvores nativas e frutíferas, patrolamento das estradas de acordo com as normas ambientais, enriquecimento de Áreas de Preservação Permanente – APPs –, matas ciliares e implantação de agroflorestas, recuperação do solo e da água de áreas degradadas e de estradas vicinais, garantindo qualidade de vida por meio da produção sustentável e permitindo o abastecimento racional e o uso da água potável na região do Mucuri;

– Alocar recursos na Ação 4448 – Mecanização no Campo – com destinação específica para aquisição dos seguintes equipamentos agrícolas para fomento da produção: 1) Trator agrícola: Comunidade dos Maias (Sul de Minas). Verificar entidade de



destino; 2) Trator agrícola e implementos: Comunidade Congo do Barroso (Rio Doce). Solicitação de R\$300.000. Verificar entidade de destino; 3) Tratores e subssoladores: Rede Leste de Bancos de Alimentos – Relba (Rio Doce). Verificar entidade de destino; 4) Microtrator, carreta de 5 toneladas, sulcador, debulhador de milho, lâmina/trator: Associação dos Produtores Rurais do Córrego do Padre Ângelo (Rio Doce). 5) Microtrator e implementos agrícolas: região do Rio Doce;

– Alocar recursos na Ação 4468 – Serviços de Infraestrutura Rural – com destinação específica para construção de imóveis a serem utilizados como sedes do Movimento de Representação Comunitária do Córrego Barroso e da Associação dos Moradores e Produtores Rurais e Amigos de Cuieté Velho, ambas no Rio Doce;

– Construir barraginhas e tanques de contenção, principalmente nos municípios do Norte de Minas e dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri;

– Recuperar nascentes com cercamento de olhos d'água e construção de barraginhas e caixas secas no Vale do Mucuri;

– Cercar nascentes, construir barraginhas e caixas secas nos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha;

– Acrescentar R\$800.000,00 na Região Intermediária de Teófilo Otoni, para ações de promoção de segurança hídrica no Rio Piauí, na Bacia do Rio Jequitinhonha;

– Desenvolver estratégias para recuperação de nascentes e cursos d'água nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, por meio de tecnologias sociais de cercamento de nascentes, construção de barraginhas, caixas secas, entre outras;

– Construir barragens (pequenas, médias e grandes);

– Construir barraginhas;

– Destinar recursos para projetos voltados à disponibilização de energia fotovoltaica para agricultores familiares, principalmente nas regiões Central e Norte de Minas;

– Distribuir energia solar na zona rural, principalmente para os poços artesianos;

– Destinar recursos à Ação 1044 – Sol de Minas – com alocação específica para elaboração de um plano para implantação de projetos de geração de energia solar fotovoltaica voltado para agricultores familiares. Destinar recursos da região estadual para as regiões Central e Norte de Minas;

– Elaborar projetos de barraginhas, curvas de nível, laguinhos e recuperação de nascentes e realizar Pagamento por Serviços Ambientais – PSA – no território dos municípios impactados pelo acidente da Vale, principalmente naqueles banhados pelo Rio Paraopeba;

– Acrescentar R\$800.000,00 na Região Intermediária de Teófilo Otoni, para desenvolver ações de promoção de segurança hídrica no Rio Gravatá, na Bacia do Rio Arauaí;

– Realizar estudo técnico para construção de pequeno barramento no curso dos Rios Piauí e Gravatá, para garantir o abastecimento da população local. Meta financeira: R\$100.000,00;

– Investir na recuperação e na preservação de nascentes por agricultores familiares, com recursos para a aquisição de insumos como madeira, telas e arame.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta em epígrafe deve ser acolhida na forma de requerimento com pedido de providências à Secretaria de Estado de Governo – Segov – encaminhando os projetos e as atividades demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, para serem executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã –, e de requerimentos com pedidos de informações às secretárias de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de pedidos de providências às secretarias de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de

Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Planejamento e Gestão, ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – e ao Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene.

### Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 167/2021 na forma dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente e relator – Virgílio Guimarães – Sávio Souza Cruz.

### REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 167/2021, apresentada por Anderson Souza e Silva, da Associação de Desenvolvimento Comunitário e de Agricultura Familiar de Penha do Capim, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para a execução dos projetos e das atividades demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, indicados abaixo, no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

#### INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto / Atividade – Contratação de projeto executivo para recuperação de bacia hidrográfica na bacia do Mucuri.

Regionalização: RI Teófilo Otoni

Valor: R\$ 250.000,00

Categoria Econômica da Despesa: corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4512 – Recuperação Integrada da Capacidade Produtiva das Bacias– UO: Seapa

Projeto/Atividade – Contratação de plano de segurança e desassoreamento de barragens para a barragem do rio Mosquito, município de Serranópolis

Regionalização: RI Montes Claros

Valor: R\$ 1.000.000,00

Categoria Econômica da Despesa: corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4494 – Gestão de barragens – UO: Seapa

Projeto/Atividade – Expansão da meta de distribuição de kits de irrigação do projeto Irriga Minas

Regionalização: Estadual

Valor: R\$528.000,00

Categoria Econômica da Despesa: corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4492 – Irriga Minas – UO: Seapa

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

### REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 167/2021, apresentada por Anderson Souza e Silva, da Associação de Desenvolvimento Comunitário e de Agricultura Familiar de Penha do Capim, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para a elaboração de projeto para recuperação da Bacia Hidrográfica do Rio Mucuri, que contemple atividades de cercamento de nascentes, construção de barraginhas e terraceamentos, plantio de árvores nativas e frutíferas, patrolamento das estradas de acordo com as normas ambientais, proteção e recuperação de Áreas de Preservação Permanente – APPs – e matas ciliares e implantação de agroflorestas, recuperação do solo e da água de áreas degradadas e de estradas vicinais, para garantir qualidade de vida por meio da produção sustentável e permitir abastecimento racional e o uso da água potável na região do Mucuri, com especial atenção às Sub-bacias dos Rios Piauí e Gravatá.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 167/2021, apresentada por Anderson Souza e Silva, da Associação de Desenvolvimento Comunitário e de Agricultura Familiar de Penha do Capim, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que, na execução da Ação 4512 – Recuperação Integrada da Capacidade Produtiva das Bacias –, sejam desenvolvidos e executados projetos para implantação de barragens e barraginhas e para a melhoria de infraestrutura para atendimento aos municípios da Bacia do Rio Doce.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 167/2021, apresentada por Anderson Souza e Silva, da Associação de Desenvolvimento Comunitário e de Agricultura Familiar de Penha do Capim, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que, no âmbito da Ação 4512 – Recuperação Integrada da Capacidade Produtiva das Bacias –, seja analisada a viabilidade de implantação de estruturas para captação de águas de chuva por meio de barraginhas e caixas secas, principalmente nas regiões Norte de Minas e dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 167/2021, apresentada por Anderson Souza e Silva, da Associação de Desenvolvimento Comunitário e de Agricultura Familiar de Penha do Capim, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que seja analisada a viabilidade de implantação de barraginhas, curvas de nível e projetos de recuperação de

nascentes na Bacia do Rio Paraopeba, por meio da aplicação de recursos oriundos do acordo firmado com a mineradora Vale, em razão do rompimento da barragem em Brumadinho.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 167/2021, apresentada por Anderson Souza e Silva, da Associação de Desenvolvimento Comunitário e de Agricultura Familiar de Penha do Capim, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que seja analisada a viabilidade de implantação de barraginhas, curvas de nível e projetos de recuperação de nascentes na Bacia do Rio Paraopeba, por meio da aplicação de recursos oriundos do acordo firmado com a mineradora Vale, em razão do rompimento da barragem em Brumadinho.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 167/2021, apresentada por Anderson Souza e Silva, da Associação de Desenvolvimento Comunitário e de Agricultura Familiar de Penha do Capim, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que, no âmbito da Ação 4512 – Recuperação Integrada da Capacidade Produtiva das Bacias –, sejam destinados apoio e recursos para os agricultores familiares para aquisição de madeira, telas e arames a serem utilizados na proteção, recuperação e preservação de nascentes.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 167/2021, apresentada por Anderson Souza e Silva, da Associação de Desenvolvimento Comunitário e de Agricultura Familiar de Penha do Capim, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que, na execução da Ação 4495 – Construção de Barragens –, seja dada especial atenção à região de Governador Valadares, assegurando atendimento ao Município de Resplendor.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 167/2021, apresentada por Anderson Souza e Silva, da Associação de Desenvolvimento Comunitário e de Agricultura Familiar de Penha do Capim, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de informações sobre a gestão e a prática do uso múltiplo das águas e a segurança da Barragem do Rio Mosquito, no Município de Serranópolis.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 167/2021, apresentada por Anderson Souza e Silva, da Associação de Desenvolvimento Comunitário e de Agricultura Familiar de Penha do Capim, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a gestão e a prática do uso múltiplo das águas e a segurança da Barragem do Rio Mosquito, no Município de Serranópolis.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 167/2021, apresentada por Anderson Souza e Silva, da Associação de Desenvolvimento Comunitário e de Agricultura Familiar de Penha do Capim, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que avalie a possibilidade de inclusão de bomba vibratória (bomba-sapo) nos *kits* que compõem o produto da Ação 4492 – Irriga Minas.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 167/2021, apresentada por Anderson Souza e Silva, da Associação de Desenvolvimento Comunitário e de Agricultura Familiar de Penha do Capim, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene – pedido de providências para que analise a viabilidade de elaboração de estudo técnico que contemple a oferta de *kits* fotovoltaicos para energização de poços tubulares profundos de uso coletivo no semiárido mineiro e de sua inserção no orçamento para 2023.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 167/2021, apresentada por Anderson Souza e Silva, da Associação de Desenvolvimento Comunitário e de Agricultura Familiar de Penha do Capim, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para que, no âmbito da Ação 4276 – Recuperação Ambiental –, seja analisada a viabilidade da implantação de estruturas para o cercamento e a proteção de nascentes nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 168/2021****Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 168/2021, elaborada coletivamente por Anna Crystina Alvarenga, da Articulação Mineira de Agroecologia, e outros, sugere alterações no Programa 49 – Desenvolvimento da Infraestrutura do Norte e Nordeste de Minas Gerais –, previsto no projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022.

A proposta foi formulada durante o processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, promovido pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que foram recebidas sugestões por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, entre 18 e 29/10/2021, e em encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, vem a proposta a esta comissão para dela receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022 foi realizado por meio de consulta pública disponível no Portal da Assembleia no período de 18 a 29/10/2021 e de encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021, com representantes da sociedade civil, organizados em cinco reuniões regionais e quatro reuniões temáticas, quando foram discutidas as nove áreas temáticas finalísticas que organizam os programas do PPAG.

Por meio da consulta pública ou dos encontros *on-line*, com o suporte informacional remoto de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes apresentaram sugestões de alterações no Programa 49 – Desenvolvimento da Infraestrutura do Norte e Nordeste de Minas Gerais –, da área finalística Infraestrutura e Mobilidade, com objetivo de destinar R\$1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil reais) para a Ação 4095 – Implantação de Cisterna de Consumo – e R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) para a Ação 8004 – Universalização dos Serviços de Saneamento na Área da Copasa –, com alocação específica para a construção de cisternas para reservação de água para consumo humano, cisternas de placas e cisternas de telhadão nos 15 municípios que compõem a Serra Geral, no semiárido mineiro, no valor de R\$7.500,00 por unidade.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta em epígrafe deve ser acolhida na forma de requerimento com pedido de providências ao Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene.

**Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 168/2021 na forma do requerimento anexo.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente e relator – Virgílio Guimarães – Sávio Souza Cruz.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 168/2021, apresentada por Anna Crystina Alvarenga, da Articulação Mineira de Agroecologia, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene – pedido de providências para que seja dada especial atenção ao atendimento de demandas dos 15 municípios da Serra Geral, no semiárido mineiro, na execução da Ação 4095 – Implantação de Cisterna de Consumo –, referente à instalação de cisternas para reservação de água para consumo humano, além de cisternas de placas e cisternas de telhadão, de uso geral.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 169/2021****Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 169/2021, elaborada coletivamente por Antônio Geraldo de Oliveira, do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba, e outros, sugere alterações no Programa 71 – Desenvolvimento da Infraestrutura Estadual, Municipal e Regional –, previsto no projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022.

A proposta foi formulada durante o processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, promovido pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que foram recebidas sugestões por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, entre 18 e 29/10/2021, e em encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, vem a proposta a esta comissão para dela receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022 foi realizado por meio de consulta pública disponível no Portal da Assembleia no período de 18 a 29/10/2021 e de encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021, com representantes da sociedade civil, organizados em cinco reuniões regionais e quatro reuniões temáticas, quando foram discutidas as nove áreas temáticas finalísticas que organizam os programas do PPAG.

Por meio da consulta pública ou dos encontros *on-line*, com o suporte informacional remoto de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes apresentaram sugestões de alterações no Programa 71 – Desenvolvimento da Infraestrutura Estadual, Municipal e Regional, da área finalística de Meio Ambiente, com objetivo de enviar requerimento à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – solicitando providências para que seja analisada a viabilidade da elaboração de projetos para

construção de bacias de retenção de cheias (piscinões) nas bacias hidrográficas das regiões do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba, com o objetivo de amortecer as vazões das cheias e garantir a oferta adequada de água em qualidade e quantidade.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta em epígrafe deve ser acolhida na forma de requerimento com pedido de providências à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra.

#### **Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 169/2021 na forma do requerimento anexo.  
Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente e relator – Virgílio Guimarães – Sávio Souza Cruz.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 169/2021, apresentada por Antônio Geraldo de Oliveira, do Comitê da Bacia Hidrográfica Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que analise a viabilidade de elaboração de projetos para construção de bacias de retenção de cheias (piscinões) nas bacias hidrográficas das regiões do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba, com o objetivo de amortecer as vazões das cheias e garantir a oferta adequada de água em qualidade e quantidade.

Sala das Reuniões, .... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 170/2021**

##### **Comissão de Participação Popular**

##### **Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 170/2021, elaborada coletivamente por André Aparecido Fernandes, do Conselho de Desenvolvimento Comunitário dos Maias, e outros, sugere alterações no Programa 164 – Acesso a Mercados –, previsto no projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022.

A proposta foi formulada durante o processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, promovido pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que foram recebidas sugestões por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, entre 18 e 29/10/2021, e em encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, vem a proposta a esta comissão para dela receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

##### **Fundamentação**

O processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022 foi realizado por meio de consulta pública disponível no Portal da Assembleia no período de 18 a 29/10/2021 e de encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021, com representantes da sociedade civil, organizados em cinco reuniões regionais e quatro reuniões temáticas, quando foram discutidas as nove áreas temáticas finalísticas que organizam os programas do PPAG.



Por meio da consulta pública ou dos encontros *on-line*, com o suporte informacional remoto de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes apresentaram sugestões de alterações no Programa 164 – Acesso a Mercados, da área finalística Agropecuária, com os seguintes objetivos:

– Alocação de recursos na Ação 4426, com destinação específica para desenvolvimento e manutenção de plataforma virtual para divulgação e comercialização de produtos da agricultura familiar – R\$600.000,00, aplicados em despesas de capital e regionalização Estadual;

– Alocação de recursos na Ação 4426, com vistas à estruturação de centro de distribuição dos alimentos produzidos pelos agricultores familiares mineiros, organizados em cooperativas e associações, nos valores de R\$900.000,00 (investimento) e R\$800.000,00 (custeio), na Região Intermediária de Belo Horizonte;

– Apoio financeiro para a estruturação da Cooperativa Raízes dos Vales – no Vale do Rio Mucuri, no valor de R\$300.000,00;

– Alocação de recursos na Ação 4538, com destinação específica para a capacitação e organização dos agricultores familiares, visando a comercialização institucional para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae –, no valor de R\$ 500.000,00, regionalização Estadual;

– Apoio à realização da Feira Estadual da Agricultura Familiar – Agriminas –, com acréscimo de recursos na ação 4424, regionalização Estadual, no valor de R\$ 700.000,00.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta em epígrafe deve ser acolhida na forma de requerimento com pedido de providências à Secretaria de Estado de Governo – Segov – encaminhando os projetos e as atividades demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, para serem executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã –, e de requerimentos com pedidos de providências à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa.

### Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 170/2021 na forma dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente e relator – Virgílio Guimarães – Sávio Souza Cruz.

### REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 170/2021, apresentada por André Aparecido Fernandes, do Conselho de Desenvolvimento Comunitário dos Maias, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para a execução dos projetos e das atividades demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, indicados abaixo, no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

#### INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto / Atividade – Apoio à realização da Feira Estadual da Agricultura Familiar – Agriminas,

Regionalização: RI Belo Horizonte

Valor: R\$400.000,00

Categoria Econômica da Despesa: corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4424 – Apoio às Feiras Livres – UO: Seapa

Sala das Reuniões, de novembro de 2021.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 170/2021, apresentada por André Aparecido Fernandes, do Conselho de Desenvolvimento Comunitário dos Maias, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que estude, em parceria com a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – Unicafes –, o desenvolvimento de projeto executivo para a estruturação de centro de distribuição dos alimentos produzidos pelos agricultores familiares mineiros, na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH –, e a possibilidade de alocação de recursos para essa finalidade no orçamento para o ano de 2023.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 170/2021, apresentada por André Aparecido Fernandes, do Conselho de Desenvolvimento Comunitário dos Maias, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que estude, em parceria com entidades representativas da agricultura familiar, o desenvolvimento de projeto executivo para a criação de uma plataforma digital pública de apoio à comercialização e divulgação de produtos da agricultura familiar do Estado, com vistas à alocação de recursos no orçamento para 2023.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

### **PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 171/2021**

#### **Comissão de Participação Popular**

##### **Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 171/2021, elaborada coletivamente por Rogerio Ramos do Prado, da Associação dos Feirantes das Feiras Livres de Alfenas, e outros, sugere alterações no Programa 135 – Garantia Safra –, previsto no projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022.

A proposta foi formulada durante o processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, promovido pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que foram recebidas

sugestões por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, entre 18 e 29/10/2021, e em encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, vem a proposta a esta comissão para dela receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

### Fundamentação

O processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022 foi realizado por meio de consulta pública disponível no Portal da Assembleia no período de 18 a 29/10/2021 e de encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021, com representantes da sociedade civil, organizados em cinco reuniões regionais e quatro reuniões temáticas, quando foram discutidas as nove áreas temáticas finalísticas que organizam os programas do PPAG.

Por meio da consulta pública ou dos encontros *on-line*, com o suporte informacional remoto de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes apresentaram sugestões de alterações no Programa 135 – Garantia Safra, da área finalística Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com os seguintes objetivos:

– Requerer à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – que mobilize suas empresas vinculadas com o objetivo de realizar acompanhamento das alterações climáticas no Sul de Minas e levantamento prévio dos agricultores familiares cujas culturas estão sujeitas a geadas.

– Requerer à Seapa que estude a viabilidade da criação de seguro agrícola voltado para a agricultura familiar e financiado por recursos estaduais que inclua a aquicultura, ou que promova perante as autoridades federais com vistas a possibilitar o enquadramento da aquicultura em alternativas de seguro.

– Solicitar dos bancos maior rigor no cumprimento da Lei de Crédito Rural, de 1965, bem como do Manual de Crédito Rural – MCR –, do Banco Central do Brasil, em especial na linha de Crédito Produtivo Orientado de Investimento – Pronaf Produtivo Orientado –, assegurando-se que cada projeto aprovado conte com seu responsável técnico e sua respectiva anotação de responsabilidade técnica – ART.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta em epígrafe deve ser acolhida na forma de requerimentos com pedidos de providências à Seapa e ao Banco Central do Brasil.

### Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 171/2021 na forma dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente e relator – Virgílio Guimarães – Sávio Souza Cruz.

### REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 171/2021, apresentada por Rogerio Ramos do Prado, da Associação dos Feirantes das Feiras Livres de Alfenas, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que mobilize suas empresas vinculadas com o objetivo de realizar acompanhamento das alterações climáticas no Sul de Minas e levantamento prévio dos agricultores familiares cujas culturas estão sujeitas a geadas.

Sala das Comissões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 171/2021, apresentada por Rogerio Ramos do Prado, da Associação dos Feirantes das Feiras Livres de Alfenas, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que promova gestão perante as autoridades federais com vistas a possibilitar o enquadramento da aquicultura em alternativas de seguro de renda.

Sala das Comissões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 171/2021, apresentada por Rogerio Ramos do Prado, da Associação dos Feirantes das Feiras Livres de Alfenas, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Banco Central do Brasil pedido de providências para que aja com maior rigor na fiscalização da execução das linhas de Crédito Produtivo Orientado de Investimento – Pronaf Produtivo Orientado –, de forma a garantir a aplicação das regras do Manual de Crédito Rural – MCR.

Sala das Comissões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

### PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 172/2021

#### Comissão de Participação Popular

##### Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 172/2021, elaborada por Rogerio Ramos do Prado, da Associação dos Feirantes das Feiras Livres de Alfenas, sugere alterações no Programa 129 – Certificação de Produtos Agropecuários e Agroindustriais – Certifica Minas –, previsto no projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022.

A proposta foi formulada durante o processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, promovido pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que foram recebidas sugestões por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, entre 18 e 29/10/2021, e em encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, vem a proposta a esta comissão para dela receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

##### Fundamentação

O processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022 foi realizado por meio de consulta pública disponível no Portal da Assembleia no período de 18 a 29/10/2021 e de encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021, com representantes da sociedade civil, organizados em cinco reuniões regionais e quatro reuniões temáticas, quando foram discutidas as nove áreas temáticas finalísticas que organizam os programas do PPAG.

Por meio da consulta pública ou dos encontros *on-line*, com o suporte informacional remoto de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes apresentaram sugestão de alteração no Programa 129 – Certificação de Produtos Agropecuários e Agroindustriais – Certifica Minas –, da área finalística Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com objetivo de acrescentar R\$600.000,00 (seiscentos mil reais) na Ação 4377 – Certificação de Produtos Agropecuários e Agroindustriais –, nas regiões intermediárias de Varginha e Pouso Alegre (R\$300.000,00 para cada uma), com destinação específica para certificação no Sul de Minas.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta em epígrafe deve ser acolhida na forma de requerimento com pedido de providências à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – para que dê maior atenção no atendimento à região Sul de Minas no âmbito do Programa Certifica Minas.

#### **Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 172/2021 na forma do requerimento anexo.  
Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente e relator – Virgílio Guimarães – Sávio Souza Cruz.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 172/2021, apresentada por Rogerio Ramos do Prado, da Associação dos Feirantes das Feiras Livres de Alfenas, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que, na execução da Ação 4377 – Certificação de Produtos Agropecuários e Agroindustriais –, do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023, dê maior atenção à região Sul de Minas.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

### **PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 173/2021**

#### **Comissão de Participação Popular**

##### **Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 173/2021, elaborada coletivamente por Moisés Inácio Franco, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, e outros, sugere alterações no Programa 59 – Inova Agro Gerais –, previsto no projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022.

A proposta foi formulada durante o processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, promovido pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que foram recebidas sugestões por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, entre 18 e 29/10/2021, e em encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, vem a proposta a esta comissão para dela receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

### Fundamentação

O processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022 foi realizado por meio de consulta pública disponível no Portal da Assembleia no período de 18 a 29/10/2021 e de encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021, com representantes da sociedade civil, organizados em cinco reuniões regionais e quatro reuniões temáticas, tendo sido discutidas as nove áreas temáticas finalísticas que organizam os programas do PPAG.

Por meio da consulta pública ou dos encontros *on-line*, com o suporte informacional remoto de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes apresentaram sugestões de alterações no Programa 59 – Inova Agro Gerais, da área finalística de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com objetivo de alocar recursos na Ação 4435 – Conectividade rural – com destinação específica ao desenvolvimento de estudo de universalização do acesso à internet a toda a zona rural e expansão desse acesso para áreas remotas do Estado, gerando valor, oportunidade de comercialização, renda, trabalho e qualidade de vida. (Valor: R\$1.000.000,00, com regionalização Estadual).

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta em epígrafe deve ser acolhida na forma de requerimento com pedido de providências encaminhando à Secretaria de Estado de Governo – Segov – os projetos e as atividades demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, para serem executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

### Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 173/2021 na forma do requerimento anexo.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente e relator – Virgílio Guimarães – Sávio Souza Cruz.

### REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 173/2021, apresentada por Moisés Inácio Franco, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para a execução dos projetos e atividades demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, indicados abaixo, no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

#### INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

Projeto / Atividade – Desenvolver estudo de universalização do acesso à internet de alta velocidade para toda zona rural e expandir acesso à internet para áreas remotas de Minas Gerais.

Regionalização: Estadual

Valor: R\$200.000,00

Categoria Econômica da Despesa: corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4435 – Conectividade rural – UO: Seapa

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 174/2021****Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 174/2021, elaborada coletivamente por Anderson Souza e Silva, da Associação de Desenvolvimento Comunitário e de Agricultura Familiar de Penha do Capim, e outros, sugere alterações no Programa 88 – Minas Sem Fome –, previsto no projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022.

A proposta foi formulada durante o processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, promovido pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que foram recebidas sugestões por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, entre 18 e 29/10/2021, e em encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, vem a proposta a esta comissão para dela receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022 foi realizado por meio de consulta pública disponível no Portal da Assembleia no período de 18 a 29/10/2021 e de encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021, com representantes da sociedade civil, organizados em cinco reuniões regionais e quatro reuniões temáticas, quando foram discutidas as nove áreas temáticas finalísticas que organizam os programas do PPAG.

Por meio da consulta pública ou dos encontros *on-line*, com o suporte informacional remoto de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes apresentaram sugestões de alterações no Programa 88 – Minas Sem Fome, da área finalística da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com os seguintes objetivos:

– Alocar recursos na Ação 1011 – Fomento para o Desenvolvimento do Setor Agropecuário –, com destinações específicas para a aquisição de veículo para transporte de insumos agrícolas para agricultores familiares no Jequitinhonha/Mucuri (Associação dos Agricultores Familiares do Vale do Mucuri – Associação Mãe Esperança); para a aquisição de veículo para transporte para os pontos de comercialização da produção de agricultores familiares da Associação dos Moradores e Produtores Rurais e Amigos de Cuieté Velho; para a aquisição de caminhão-baú refrigerado para transporte de produtos da Associação de Desenvolvimento Comunitário e da Agricultura Familiar de Penha do Capim; e para fornecimento de sementes de hortaliças e grãos, mudas de frutíferas e pintainhas de postura aos agricultores familiares.

– Alocar recursos na Ação 1011 – Fomento para o Desenvolvimento do Setor Agropecuário – para a aquisição de um veículo Fiat Strada Endurance, cabine Plus, ano 2022, com meta financeira prevista de R\$90.000,00.

– Alocar recursos na Ação 1011 – Fomento para o Desenvolvimento do Setor Agropecuário – para aquisição de microtratores com enxada rotativa para as associações e cooperativas de agricultores familiares e para as Escolas Família Agrícola no Estado, no valor de R\$1.387.280,00.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta em epígrafe deve ser acolhida na forma de requerimento de pedido de providências à Secretaria de Estado de Governo – Segov – encaminhando os projetos e as atividades demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, para serem executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

**Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 174/2021 na forma do requerimento anexo.  
Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente e relator – Virgílio Guimarães – Sávio Souza Cruz.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 174/2021, apresentada por Anderson Souza e Silva, da Associação de Desenvolvimento Comunitário e de Agricultura Familiar de Penha do Capim, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para a execução dos projetos e atividades demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, indicados abaixo, no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.

**INDICAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES**

Projeto / Atividade – Aquisição de veículos de carga de capacidade média com baú para apoiar agricultores familiares.

Regionalização: Estadual

Valor: R\$900.000,00

Categoria Econômica da Despesa: Capital

Sugestão de remanejamento: Ação 1011 – Fomento para o desenvolvimento do setor agrário – UO: Emater

Projeto / Atividade – Aquisição de microtratores com enxada rotativa para as associações e cooperativas de agricultores familiares e para as Escolas Família Agrícola no Estado.

Regionalização: Estadual

Valor: R\$1.387.280,00

Categoria Econômica da Despesa: Capital

Sugestão de remanejamento: Ação 1011 – Fomento para o desenvolvimento do setor agrário – UO: Emater

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 175/2021****Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 175/2021, elaborada coletivamente por Anna Crystina Alvarenga, da Articulação Mineira de Agroecologia, e outros, sugere alterações no Programa 87 – Assistência Técnica e Extensão Rural para o Estado de Minas Gerais –, previsto no projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022.

A proposta foi formulada durante o processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, promovido pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que foram recebidas sugestões por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, entre 18 e 29/10/2021, e em encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021.



Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/11/2021, vem a proposta a esta comissão para dela receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

### Fundamentação

O processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022 foi realizado por meio de consulta pública disponível no Portal da Assembleia no período de 18 a 29/10/2021 e de encontros *on-line* realizados entre 20/10 e 8/11/2021, com representantes da sociedade civil, organizados em cinco reuniões regionais e quatro reuniões temáticas, quando foram discutidas as nove áreas temáticas finalísticas que organizam os programas do PPAG.

Por meio da consulta pública ou dos encontros *on-line*, com o suporte informacional remoto de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes apresentaram sugestões de alterações no Programa 87 – Assistência Técnica e Extensão Rural para o Estado de Minas Gerais, da área finalística Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com os seguintes objetivos:

- Promover capacitações sobre a implantação de Sistemas Participativos de Garantia – SPG – e de vigilância popular sobre o uso adequado de agrotóxicos;
- Desenvolver projeto que abarque a finalidade da extinta Ação 4209 – Inclusão Produtiva das Mulheres do Campo, Apoio à produção sustentável, agregação de valor e comercialização – na perspectiva da produção e do abastecimento, incluindo a produção em espaços rurais e urbanos nos diferentes municípios;
- Fortalecer iniciativas e empreendimentos das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais, visando à qualificação das cadeias produtivas e à ampliação da segurança econômica da região do Vale do Mucuri;
- Desenvolver projeto que abarque a finalidade da extinta Ação 4242 – Fomento à Produção Sustentável da Agricultura, Criação Animal, Extrativismo e Pesca Familiar – Transição Agroecológica;
- Incentivar a implantação de Sistemas Agroflorestais – SAFs;
- Desenvolver projeto que abarque o objetivo do extinto Programa 059 – Apoio à Produção Sustentável, Agregação de Valor e Comercialização – Do Campo à Mesa e, em seu âmbito, destacar: estímulo a sistemas alimentares a partir dos circuitos curtos de produção e abastecimento por meio do apoio às feiras livres da agricultura familiar; implantação de campos de sementes crioulas e bancos comunitários de sementes crioulas; resgate da finalidade das Ações 4238 – Juventude rural e Educação do Campo e 4251 – Apoio aos Projetos Profissionais dos Jovens Egressos das Escolas Famílias Agrícolas – Efas – e de escolas técnicas agrícolas; apoiar projetos pedagógicos em escolas do campo da rede estadual e a agricultura urbana agroecológica.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta em epígrafe deve ser acolhida na forma de requerimentos com pedidos de providências à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais – Emater-MG.

### Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 175/2021 na forma dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente e relator – Virgílio Guimarães – Sávio Souza Cruz.

### REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 175/2021, apresentada por Anna Crystina Alvarenga, da Articulação Mineira de Agroecologia, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais – Emater-MG – pedido de providências para que, no âmbito da execução da Ação 4210 – Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar, seja dada especial atenção ao Vale do Mucuri, inclusive por meio do desenvolvimento de projetos de fortalecimento de iniciativas e empreendimentos das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais, visando à qualificação das cadeias produtivas e à ampliação da segurança econômica local.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 175/2021, apresentada por Anna Crystina Alvarenga, da Articulação Mineira de Agroecologia, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais – Emater-MG – pedido de providências no sentido de que promova ações de capacitação sobre implantação de Sistemas Participativos de Garantia – SPG – e de vigilância popular sobre o uso adequado de agrotóxicos.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 175/2021, apresentada por Anna Crystina Alvarenga, da Articulação Mineira de Agroecologia, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais – Emater-MG – pedido de providências para que, no âmbito da execução do Programa 87 – Assistência Técnica e Extensão Rural para o Estado de Minas Gerais, na Ação 4210 – Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar, seja desenvolvido projeto que abarque a finalidade da extinta Ação 4209 – Inclusão Produtiva das Mulheres do Campo, Apoio à produção sustentável, agregação de valor e comercialização – na perspectiva da produção e do abastecimento, do campo à mesa, incluindo a produção em espaços rurais e urbanos.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 175/2021, apresentada por Anna Crystina Alvarenga, da Articulação Mineira de Agroecologia, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais – Emater-MG – pedido de providências para que, no âmbito da execução do Programa 87 – Assistência Técnica e Extensão Rural para o Estado de Minas Gerais, na Ação 4210 – Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar, seja desenvolvido projeto que abarque a finalidade da extinta Ação 4242 – Fomento à Produção Sustentável da Agricultura, Criação Animal, Extrativismo e Pesca Familiar – Transição Agroecológica.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 175/2021, apresentada por Anna Crystina Alvarenga, da Articulação Mineira de Agroecologia, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais – Emater-MG – pedido de providências para que, no âmbito da execução do Programa 87 – Assistência Técnica e Extensão Rural para o Estado de Minas Gerais, na Ação 4210 – Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar, seja desenvolvido projeto de estímulo à implantação de Sistemas Agroflorestais – SAFs.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 175/2021, apresentada por Anna Crystina Alvarenga, da Articulação Mineira de Agroecologia, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais – Emater-MG – pedido de providências para que, no âmbito da execução do Programa 87 – Assistência Técnica e Extensão Rural para o Estado de Minas Gerais, na Ação 4210 – Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar, sejam desenvolvidos projetos que abarquem os objetivos do extinto Programa 059 – Apoio à Produção Sustentável, Agregação de Valor e Comercialização – Do Campo à Mesa, e que, em seu âmbito, sejam destacados: o estímulo a sistemas alimentares a partir dos circuitos curtos de produção e abastecimento por meio do apoio às feiras livres da agricultura familiar; a implantação de campos de sementes crioulas e bancos comunitários de sementes crioulas; o resgate da finalidade das Ações 4238 – Juventude rural e Educação do Campo e 4251 – Apoio aos Projetos Profissionais dos Jovens Egressos das Escolas Famílias Agrícolas – Efas – e de escolas técnicas agrícolas; e o apoio a projetos pedagógicos em escolas do campo da rede estadual e à agricultura urbana agroecológica.

Sala das Reuniões, ... de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular.



### **COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE**

#### **COMUNICAÇÃO**

– O presidente despachou, em 24/11/2021, a seguinte comunicação:

Do deputado Carlos Pimenta em que notifica o falecimento de Luiz Pires Filho, médico, ex-provedor da Santa Casa de Montes Claros, ocorrido em 13/11/2021, em Montes Claros. (– Ciente. Oficie-se.)



### **CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO**

#### **CORRESPONDÊNCIA**

– O 1º-secretário despachou, em 24/11/2021, a seguinte correspondência:

## OFÍCIOS

Da Secretaria de Estado de Fazenda, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.445/2021, da Comissão de Defesa do Consumidor. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Fazenda, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.399/2021, do deputado Elismar Prado. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.247/2019, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.514/2021, da Comissão do Trabalho. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.556/2021, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Procon Assembleia – Espaço Cidadania, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.639/2021, da Comissão de Assuntos Municipais. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Kátia Rocha, presidente da Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos de Minas Gerais – Federassantas –, solicitando apoio das deputadas e deputados desta Casa para a aprovação do Projeto de Lei Federal nº 1.417/2021, que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro emergencial pela União às santas casas e aos hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde – SUS –, no exercício de 2021, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no combate à pandemia de covid-19. (– À Comissão de Saúde.)

Do Sr. Hugo René de Souza, presidente do Sindicato dos Servidores da Tributação, Fiscalização e Arrecadação do Estado de Minas Gerais, encaminhando manifestação contrária à aprovação do Projeto de Lei nº 3.137/2021, do deputado João Magalhães, com base nas razões que apresenta. (– Anexe-se ao referido projeto de lei.)

Do Sr. Rafael Godinho Nogueira, coordenador do Procon de Patos de Minas, encaminhando cópia da Recomendação Administrativa nº 2/2021/Procon para ciência da ausência de norma destinada a regular a cobrança de *couvert* artístico no Estado, com vistas a, caso se entenda conveniente, apresentar projeto de lei sobre a matéria. (– Às Comissões de Cultura e de Defesa do Consumidor.)

Da Sra. Cristina Freire, representante da Vale S.A., apresentando esclarecimentos, em resposta a reivindicações da Comissão dos Atingidos de Taquaras, de Esmeraldas, sobre os critérios adotados para concessão de insumos para municípios abrangidos pela restrição de uso da água do Rio Paraopeba. (– Às Comissões de Direitos Humanos, de Saúde e de Meio Ambiente.)



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 22/11/2021, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato, relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Ana Gabriela Lombardi Serafim, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

**AVISO DE LICITAÇÃO****Pregão Eletrônico nº 39/2021****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 81/2021**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que a sessão pública virtual do pregão eletrônico em epígrafe, que tem como objeto selecionar a proposta mais vantajosa para prestação de serviços de atendimento telefônico e telemarketing e de serviços de registro e credenciamento dos ingressantes nas dependências da ALMG, foi adiada para as 10 horas do dia 29/11/2021.

Belo Horizonte, 25 de novembro de 2021.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

**AVISO DE LICITAÇÃO****Pregão Eletrônico nº 81/2021****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 157/2021**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 16/12/2021, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para aquisição de licenças de *software*.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br).

Belo Horizonte, 25 de novembro de 2021.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

**AVISO DE LICITAÇÃO****Pregão Eletrônico nº 62/2021****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 125/2021**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 17/12/2021, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para serviço de *upgrade* de *scanners* de microfilme da marca E-ImageData/Kodak, modelo ScanPro 2000, incluindo o fornecimento de peças.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br).

Belo Horizonte, 25 de novembro de 2021.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

**TERMO DE CONTRATO Nº 115/2021**

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação do Bairro Bela Vista. Objeto: doação de bens móveis classificados como antieconômicos. Vigência: a partir da data de assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, inciso II, alínea “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.



**ERRATA**

**CORRESPONDÊNCIA**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 25/11/2021, na pág. 12, sob o título “Ofícios”, onde se lê:

“Da Sra. Alessandra Márcia Vaz de Lima Chiste da Silva, encaminhando informações para subsidiar o Projeto de Lei nº 3.268/2021”, leia-se:

“Da Sra. Alessandra Márcia Vaz de Lima Chiste da Silva, encaminhando informações para subsidiar o Projeto de Lei nº 3.083/2021”.